

**Janine Petersen**

Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina – Década de 1980

**Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC**

**Florianópolis, 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
COORDENAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**Formação de Grupos Feministas em Santa Catarina – década de 1980**

**Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História, área de Concentração História Cultural, Curso de Pós-Graduação em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina sob a orientação da professora Doutora Joana Maria Pedro.**

**Janine Petersen**

**Florianópolis, fevereiro de 2006.**

## AGRADECIMENTOS

Muitas vezes os caminhos em nossa vida se mostram difíceis e tortuosos. Bom seria se pudéssemos ter a maturidade e discernimento necessários para trilhá-los já no início do percurso. Encontramos pedras, pisamos em falso, caímos, somos derrubados muitas vezes... em outras vezes notamos que pegamos a estrada errada e temos que perfazer todos os passos. Então percebemos que o mais importante não é aonde chegaremos, mas o que aprendemos durante o trajeto. No decorrer da tessitura deste trabalho, muito aprendi. Não apenas sobre a história das mulheres, mas também sobre a minha própria história. A reconhecer meus limites, meus medos, minhas angústias e principalmente a respeitar todos os sentimentos que emergem em meio aos conflitos. A construção da História muito se assemelha às nossas vidas. Somos feitos de fragmentos, de rupturas, não podemos esperar respostas prontas e linearidades, pois, construímos-nos o tempo todo. Mas durante todo o processo, encontramos pessoas especiais, que nos erguem a cada queda e que vibram conosco a cada conquista. A estas pessoas devo minha gratidão:

Em primeiro lugar a Deus, que me deu a vida e a capacidade de errar, acertar, cair e levantar, sempre em busca do melhor caminho.

À minha orientadora, Joana Maria Pedro, inteligente e corajosa, a mulher mais admirável que já conheci. Que com sua paciência, competência e carinho, sempre me estendeu a mão, me direcionando e dividindo comigo seu tempo e seu conhecimento.

À minha grande e maravilhosa amiga Lenita, que com amor sempre soube me dar os melhores conselhos.

Ao Cláudio, que sempre esteve ao meu lado...

A todos os que amo, meu muito obrigada!

## SUMÁRIO

**RESUMO**

**ABSTRACT**

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>06</b>
<b>PARTE I: TRAJETÓRIAS FEMINISTAS: DE QUESTÕES POLÍTICAS A QUESTÕES ESPECÍFICAS .....</b>	<b>20</b>
<b>PARTE II: PERCORRENDO UM CAMINHO: MOVIMENTO FEMINISTA EM SANTA CATARINA .....</b>	<b>44</b>
3.1- Representações sobre o feminismo em Santa Catarina nas décadas de 60 e 70 .....	<b>44</b>
3.2- Um movimento: construção de um feminismo catarinense na década de 80 .....	<b>71</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>116</b>
<b>FONTES .....</b>	<b>119</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>122</b>

## **RESUMO**

Este trabalho tem por escopo perceber a partir de que momento mulheres que se entendiam como sujeitos feministas passaram a se constituir como grupos em Santa Catarina. Através da análise de fontes de circulação local e das entrevistas com mulheres que vivenciaram a experiência do feminismo em Santa Catarina, tornou-se possível historicizar a construção de um movimento feminista organizado na década de 1980, bem como a publicização dos discursos sobre o feminismo e as discussões trazidas e encampadas por este movimento. Observando ainda como as mulheres se construíram como sujeitos históricos, participando de uma trajetória de lutas, buscando autonomia e liberdade.

## **ABSTRACT**

This work has for scope to perceive since what moment women who understood themselves as feminist persons had passed to constitute themselves as groups in Santa Catarina. Through the analysis of sources of local circulation and interviews with women who had lived deeply the experience of the feminism in Santa Catarina, one became possible to historicize the construction of a feminist movement organized in the decade of 1980, as well the publicizing of the speeches about the feminism and the discussions brought and expropriated for this movement. Observing too how the women had constructed themselves as historical citizens, participating in a trajectory of fights, searching autonomy and freedom.

## INTRODUÇÃO

Múltiplos e complexos são os caminhos apresentados àqueles que adentram ao mundo da pesquisa histórica. Entender os meandros que permeiam a construção dos sujeitos, se torna uma tarefa rica e instigante, na medida em que se apresentam mais dúvidas que certezas, contradições implícitas e explícitas. Ao fazer parte da pesquisa “A medicalização da contracepção. 1960-1980”, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Joana Maria Pedro, todo um mundo de novos significados e possibilidades foi-me apresentado. Através das leituras e discussões, um novo tema emerge como foco de meu interesse e curiosidade: o Movimento Feminista, suas significações e seu campo de atuação. Acompanhar os trajetos percorridos por mulheres e alguns homens que lutavam pela conquista de direitos e contra discriminações culturalmente instituídas, tornou-se uma proposta demasiada enleadora para ser deixada ao acaso. Os embates travados pelo feminismo têm contribuído para enriquecer os espaços onde se processam subjetividades, metáforas, paradoxos, novos e vetustos conceitos que permeiam a vida pública e privada de todos os indivíduos.

Ao realizar a pesquisa, novas questões e desafios se apresentavam: este movimento foi homogêneo? De que forma as mulheres se construía(m) como sujeitos feministas? Quando e como este movimento surgiu em Santa Catarina? Os questionamentos ao tema se apresentaram como um campo repleto de novas possibilidades de pesquisa, onde novos olhares sobre a história das mulheres poderiam ser lançados. A partir dessas indagações, se delineou o objetivo deste trabalho, que tenciona perceber a partir de que momento, mulheres que se entendem como sujeitos feministas, passam a se organizar como grupo em Santa Catarina.

O feminismo, entendido como um movimento social que luta contra as desigualdades e discriminações sofridas pelas mulheres, tem um amplo histórico de atuação. Mas uma coisa é o ser feminista, uma questão individual; uma outra coisa é um conjunto de mulheres que se reúne para discutir questões individuais, passando a apresentar uma questão coletiva. Uma organizando e que portanto apresenta uma certa visibilidade. Já havia mulheres feministas em Santa Catarina há muitos anos atrás, mas uma coisa é ser feminista, uma outra coisa é quando estas feministas passam a se organizar coletivamente, constituindo grupos. A partir de que momento as redes de conhecimento e interação vão sendo estabelecidas?

Para estudar a organização do movimento feminista em Santa Catarina foi necessário recorrer às falas das próprias feministas. A fonte fundamental para este trabalho são as experiências que vêm das memórias de mulheres que fizeram parte destes movimentos. Através da metodologia da história oral foi possível dar voz às mulheres, inscrevendo-as na história como sujeitos de um importante movimento social do país. Um importante referencial para o entendimento desta metodologia são os diversos artigos constantes do livro organizado por Marieta Ferreira e Janaina Amado, intitulado “Usos e abusos da História Oral”. No entender destas autoras, a função da história oral como método está em estabelecer e ordenar procedimentos de trabalho, apresentando os vários tipos de entrevistas, as formas de transcrições possíveis, e as relações que podem ser estabelecidas entre o pesquisador e seus entrevistados, enfim, clarear todas as vantagens, desvantagens e viabilidades dos procedimentos. Porém é imprescindível destacar que à

história oral cabe levantar os questionamentos e não solucioná-los; formular as perguntas, mas não proporcionar as respostas.<sup>1</sup>

Silvia Salvatici, em seu artigo “Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres”, apresenta o tema como um novo campo aberto às pesquisadoras feministas. De acordo com esta autora, em um primeiro momento a história oral foi utilizada para introduzir fontes de outras naturezas nas pesquisas, como forma de reinserir atores e atrizes do passado, e para dar voz às mulheres, que por muitos anos estiveram relegadas ao segundo plano na construção histórica. O problema é que muitos viram estas falas como um novo tipo de ‘verdade’. Só a partir de um crescimento e amadurecimento da pesquisa é que emergiu o conceito de ‘pluralidade’. E o que era considerado um uníssono, a ‘voz das mulheres’, foi percebido como um conjunto de múltiplas e diferentes vozes. No início dos anos 1980, ocorreu uma mudança decisiva na forma de se trabalhar com a história oral. A subjetividade das entrevistas, antes vista como uma limitação, passa a ser valorizada: “... a atenção passou a ser dada menos ao que é dito, e mais ao modo como histórias são narradas”. Para Salvatici, a história oral de mulheres contribuiu para ampliar as fronteiras da história, suscitando novas questões. A pesquisa feminista sobre memória tornou possível que algumas experiências individuais e coletivas do passado fossem inscritas e reconhecidas como parte da história.<sup>2</sup>

Em um instigante artigo sobre a relevância da memória para os estudos da História, Marlene de Fáveri aborda a memória como importante para o entendimento das experiências humanas. Segundo esta autora, através de testemunhos orais é possível

---

<sup>1</sup> FERREIRA, M. de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da História Oral. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996.

<sup>2</sup> SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. História Oral. Volume 8, n. 1, janeiro-junho de 2005.

recuperar vivências apagadas ou silenciadas pela historiografia. Estas experiências não devem ser vistas como evidentes e indiscutíveis, antes

sejam vistos sujeitos imbricados em múltiplas possibilidades, construindo-se e sendo construídos nas diferentes experiências, como a do gênero, da negritude, da raça, sexualidade, etc. As identidades são fluidas, transitórias – há dissensos, tensões, grupos de poder que eliminam oposições. Situações de conflito implicam cotidianos imersos em enfrentamentos, lugares onde se travam lutas, onde se demarcam exclusões, portanto, onde se forjam mecanismos de sobrevivência, e, onde ações têm que ser constantemente reinventadas, sejam quais forem os embates aí presentes.<sup>3</sup>

Para esta autora, a memória deve ser percebida

como um processo dinâmico, também um discurso que reelabora, resignifica, filtra, e deposita na linguagem oral. Recolher memórias de mulheres pauta-se nos cuidados de percebê-las em múltiplas situações e interrelações, sem cair na dicotomia formal dos papéis ou de que a memória seria/estaria estruturada a partir de papéis definidos, tradicionais. Este não é um caminho fácil, entretanto, é mister que nos desnudem de formas preconcebidas, naturalizantes e universais.<sup>4</sup>

Entrevistei mulheres que militaram ou estiveram envolvidas com o Movimento durante o período estudado. Nestas entrevistas, procurei dar maior visibilidade ao meu tema, pois em outras fontes, o assunto não é contemplado de forma satisfatória. Deste modo as entrevistas tornaram-se importante referencial para o desenvolvimento da problemática. Por meio dos depoimentos, foi possível perceber como as feministas catarinenses foram se constituindo como sujeitos e como o Movimento pôde emergir em meio ao contexto local. Por meio das falas das entrevistadas, pode-se observar as “resistências” e preconceitos enfrentados pelas feministas. Estas entrevistas não serão utilizadas para preencher lacunas,

---

<sup>3</sup> FÁVERI, Marlene de. Questões para estudos de história, memória e gênero. *Revista Alcane*, n.6. Itajaí: Univali, nov. 2001, p. 68.

<sup>4</sup> Idem, p. 71.

pois não são entendidas como fontes secundárias, são documentos construídos no presente, passíveis de análise como fontes históricas.

As mulheres entrevistadas olham para seu passado com as concepções do presente. É de suma importância salientar que não há uma pretensão de um passado verdadeiro, mas sim, de construir uma história a partir de lembranças, de perceber como estas mulheres estão se construindo como sujeitos sociais na sua experiência com o feminismo. Trata-se de uma tarefa complexa, pois nada é esquecido ou lembrado ao acaso. A própria fala, ou narrativa do entrevistado é uma construção baseada nos valores do presente.

Ao rememorar suas trajetórias, as mulheres estão resignificando o passado e construindo-se como sujeitos. Os fatos evocados pela memória não são os mesmos ocorridos há anos atrás, pois conforme Marina Maluf enfatiza, as pessoas já não são as mesmas. As percepções, idéias e juízos de valor alterados, imprimem seus significados nas construções da memória. Não há como erradicar da narrativa o ponto de vista, a incerteza, a contradição e a parcialidade: “toda palavra reflete uma perspectiva particular esculpida por fatores sócio-culturais, políticos e pessoais”.<sup>5</sup>

Maluf destaca que as memórias só terão significado, se inseridas em seu contexto social. As narrativas pessoais só têm valor, por estarem inscritas na trama coletiva da existência social. A memória, nas palavras de Marina, “transforma-se em fonte histórica justamente porque o indivíduo está impregnado de elementos que ultrapassam os limites de seu próprio corpo e que dizem respeito aos conteúdos comuns dos grupos ao qual pertence ou pertenceu”. E falando especificamente das memórias femininas, Marina Maluf incita que tanto as experiências das mulheres, como suas falas, “só são compreendidas e só ganham relevância histórica se tomadas de uma perspectiva social e de gênero.

---

<sup>5</sup> MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Sicialiano, 1995, p. 34.

Acompanhar o reencontro das imagens reconstituídas de outros tempos é um modo de conhecer o lugar do qual essas mulheres falam, como falam e a importância que atribuem aos seus papéis e aos fatos narrados: é uma oportunidade de se retrair a realidade”.<sup>6</sup>

Segundo a professora e historiadora Margarida de Souza Neves:

Fazer memória, e, por decorrência, escrever memórias não é um exercício hedonístico, retrospectivo, feito de costa para a vida e o tempo presente. Talvez seja possível inclusive afirmar que não é assim sequer quando é essa a intenção daquele que escreve, uma vez que a escrita da memória, pessoal ou coletiva, individual ou social, sempre expressará a construção de uma identidade e nunca deixará de revelar um projeto futuro.<sup>7</sup>

Nos dizeres de Jacy Alves de Seixas, seria ingênuo pensar em uma memória, assim como em uma história, desinteressada, que buscasse o conhecimento puro e descompromissado do passado. Para a autora, a memória teria um destino prático, “realiza a síntese do passado e do presente visando ao futuro, contrai os momentos passados para deles ‘se servir’ e para que isso se manifeste em ações interessadas”<sup>8</sup>. Desta forma a memória transportaria um atributo fortemente ético, influenciando sobre as condutas dos indivíduos e dos grupos sociais: “Não que interfira direta e voluntariamente sobre as ações e seus objetivos, fixando-os e calculando-os previamente, mas atuando no sentido essencialmente ético de *induzir condutas*, de interferir na (im)possibilidade mesma das ações”<sup>9</sup>.

As mulheres, em suas narrativas, resignificam o passado a partir de valores e percepções do presente. Cada depoente tem uma história, uma trajetória de vida singular. E

---

<sup>6</sup> MALUF, M. Op. Cit., p. 84-89.

<sup>7</sup> NEVES, Margarida de Souza. História, memória e memorialística. In: Esboços. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, n.1, 2004, p.1.

<sup>8</sup> SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org) Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 53-54.

<sup>9</sup> Idem.

para perscrutar os caminhos percorridos por estas mulheres na história do feminismo em Santa Catarina, foi necessário ouvir suas falas e os sentidos atribuídos por elas aos meandros de suas vivências. As entrevistas vieram a partir das redes de conhecimento, indicações e informações, principalmente de minha orientadora, Joana Maria Pedro, e de Clair Castilhos. A partir do início das entrevistas, as próprias depoentes indicavam nomes de outras mulheres que poderiam contribuir com a pesquisa. Todas as dezesseis mulheres entrevistadas foram muito solícitas e gentis, cedendo seu tempo e partilhando suas histórias. São elas: Clair Castilhos, Professora do Departamento de Saúde Pública da UFSC; Neusa Dias, Integrante da Casa da Mulher Catarina; Vera Fermiano, Integrante da Casa da Mulher Catarina; Zuleika Lenzi, Professora Aposentada do Departamento Sociologia e Ciência Política da UFSC; Cleidi de Albuquerque, Professora da UDESC; Eglê Malheiros, Professora Aposentada de História; Ane Beck, Professora Aposentada do Departamento de Antropologia da UFSC; Teresa Sell, Professora Aposentada do Departamento de Filosofia da UFSC; Mara Lago, Professora do Departamento de Psicologia da UFSC; Júlia Guivant, Professora do Departamento Sociologia e Ciência Política da UFSC; Regina Lisboa, Professora do Departamento de Antropologia da UFSC; Marise Maravalhas, Professora Aposentada do Colégio de Aplicação da UFSC; Maria Amélia Dickie, Professora do Departamento Antropologia da UFSC; Maria Inês Paulilo, Professora do Departamento Sociologia e Ciência Política da UFSC; Isabel Régis, Professora do Departamento Sociologia e Ciência Política da UFSC.

Foram utilizados como fonte de pesquisa alguns periódicos que divulgaram e construíram imagens e representações sobre o movimento feminista. Tais como: O Estado, A Gazeta e Diário Catarinense de Florianópolis, Jornal de Santa Catarina de Blumenau, A

Notícia de Joinville, representando assim os jornais de maior circulação nas principais cidades de Santa Catarina.

Para a realização da pesquisa, baseei-me em alguns conceitos. Para a leitura, análise de jornais, e entendimento de como o assunto foi lido e representado pelas próprias feministas, tomarei de Roger Chartier os conceitos de leitura e representação. No livro “A História Cultural entre práticas e representações”<sup>10</sup>, Chartier fala de representações como apropriações do real, sentidos dado ao outro, construídas de acordo com interesses de grupos que as formulam. Fala também do objeto da história cultural, que segundo ele, deve levar em conta o lugar e o momento em que é construída uma realidade social. Nos artigos podem ser lidos os elementos normatizadores direcionados a constituir padrões. Entendo que o que se produz nestes jornais são representações sobre um assunto. Assim, estes referenciais teóricos trazidos por Chartier, ajudarão a discutir e entender as representações do movimento feminista feito pelos jornais e pelas próprias feministas. Ainda segundo Roger Chartier, “as percepções no social (...) produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade às custas de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.<sup>11</sup> Versando sobre a multiplicidade de usos do livro, o que pode ser estendido também aos textos de jornais, Chartier afirma:

Uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler, são elas próprias, múltiplas, diferentes segundo as épocas, os lugares, os ambientes (...) o impresso, sempre, é tomado dentro de uma rede de práticas culturais e sociais que lhe dá sentido. A leitura não é uma invariante histórica – mesmo nas suas modalidades mais físicas -, mas um gesto, individual ou coletivo,

---

<sup>10</sup> CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

<sup>11</sup> Idem, p.17.

dependente das formas de sociabilidade, das representações do saber ou do lazer, das concepções da individualidade.<sup>12</sup>

As representações presentes na mídia impressa são produzidas em consonância com o contexto histórico, e são resultado das relações de determinado momento, permeado por relações de poder, mas também onde há espaço para negociações e improvisos. Através da interpretação de representações é possível perceber padrões e valores de um período, identificar elementos que estão construindo ‘verdades’ de uma época.

Os jornais são lugares de produção e divulgação de enunciados, que são permeados pelo contexto histórico, pelas exigências de mercado e pela subjetividade dos jornalistas. Podem ser entendidos como documentos importantes para a compreensão dos discursos que estão sendo colocados à disposição dos leitores, interagindo portanto, no processo de constituição de subjetividades.

Embora padrões de comportamento e prescrições normativas sejam divulgados pela mídia, não quer dizer que são necessariamente apropriados. Roselane Neckel ressalta que os temas divulgados possibilitam aos leitores múltiplas interpretações e utilizações. Porém, as vivências vão depender das escolhas de cada pessoa. Os preceitos veiculados podem ou não ser adotados pelos indivíduos. Segundo esta autora, “a mídia vai sendo percebida como formação histórica que vai se definindo em meio à experiência social e aos sujeitos”. Ao mesmo tempo em que contribui para divulgar temas que reforçam preconceitos, são utilizados em muitos momentos como espaço de transformação nas idéias e nas vivências.<sup>13</sup>

Para os conceitos “emergência” e “relações de poder”, as análises de Michel Foucault são imprescindíveis. Este autor desconstrói a idéia de verdade. Segundo ele, todas

---

<sup>12</sup> CHARTIER, Roger. Leituras e leitores na França do antigo regime. São Paulo : Editora UNESP, 2004, p. 173.

<sup>13</sup> NECKEL, Roselane. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). 2004. Tese (Doutorado em História), PUC - Pontifícia Universidade Católica , São Paulo, 2004, p. 41-43.

as coisas, inclusive a verdade, são construídas. Isto nos ajuda a entender que os discursos sobre o feminismo e a autonomia das mulheres, refletem o contexto em que estão inseridos, e são usados muitas vezes como legitimadores para outros objetivos. Em “Nietzsche, a Genealogia e a História”<sup>14</sup> Foucault discute sobre a diferença de origem e genealogia, dizendo basicamente que a origem é falsa, sendo também fabricada em determinado momento, buscando legitimar algum discurso ou pensamento. A genealogia é o método para se perceber as construções sociais, para fazer vir à tona os embates e os interesses de determinado momento que estabeleceram regras e 'verdades'. Segundo ele, o que se tem é a dispersão e não a unidade. E todas as coisas, inclusive a verdade, são construídas.

Outro livro do mesmo autor intitulado “A ordem do discurso”<sup>15</sup> deu-nos subsídios para compreensão dos discursos como um elemento de poder. Como na pesquisa nos deparamos com discursos, entre eles o feminista, e o discurso das próprias mulheres, quando as entrevistamos, ficamos cientes através desta obra, que cada sociedade e cada “categoria” produz seus discursos, que são permeados por poderes e são resultados de relações diferentes. Cada sociedade tem seus procedimentos próprios de controlar, selecionar, organizar, dominar a produção de discursos. Através destes procedimentos é que se faz a diferenciação entre o louco, e os convencionalmente chamados “normais”, entre o que é verdade e o que deve ser descartado. A mulher, através de alguns discursos, foi considerada inferior ao homem e incapaz de realizar determinadas tarefas como pensar, por exemplo. E estes mesmos discursos serviram para legitimar essas ditas “verdades”.<sup>16</sup>

---

<sup>14</sup> FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a Genealogia e a História. In Microfísica do poder. 4 ed. Rio de Janeiro : Graal, 1984.

<sup>15</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

<sup>16</sup> Idem.

Os discursos e representações publicados nos jornais constroem sentidos, que interagem com os processos de construções de cada sujeito. A ordem do discurso desloca-se constantemente, construindo verdades, estabelecendo questões e negligenciando outras. Os discursos interagem com o momento em que emergem, sendo resultados de relações de poder. Ao analisar os artigos dos jornais, deve-se levar em conta que estes discursos foram produzidos em meio aos embates de uma época e tentar perceber as relações em que estavam inseridos.

Foucault diz-nos que o discurso “é uma violência que fazemos às coisas, como uma prática que lhe impomos em todo caso. Devem ser tratados como práticas descontínuas que às vezes se cruzam, mas também se excluem ou ignoram.”<sup>17</sup> E que “todo sistema de educação é uma maneira política de manter ou modificar a apropriação dos discursos, com saberes e os poderes que eles trazem consigo.”<sup>18</sup> Percorrendo as práticas discursivas, os diversos procedimentos que restringem e controlam os discursos, o autor afirma que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que , pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”<sup>19</sup>

O sujeito é produzido, constituído por um discurso, e as coisas não têm sentido fora dele. Na medida em que foram se constituindo como sujeitos feministas, as mulheres entrevistadas elaboraram um discurso sobre si mesmas, nomeando o que significa feminismo e as relações que foram sendo estabelecidas ao se organizarem enquanto grupos autônomos. Em suas práticas discursivas as mulheres elaboram significados para as práticas sociais e constroem suas ‘verdades’ em relação ao feminismo, designando o que é feminismo, quais as pessoas estão qualificadas para se denominarem feministas e definindo

---

<sup>17</sup> FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p.52.

<sup>18</sup> Idem, p. 44.

<sup>19</sup> Idem, p.10.

quais são as práticas autorizadas para se constituir um movimento. Estes discursos são produzidos dentro de contextos históricos específicos, permeados por relações de poder.

O passado é sempre focado com os valores e as concepções do presente. Portanto, quando lemos os artigos dos periódicos estamos lendo a partir do presente ou, quando entrevistamos mulheres, sabemos que elas falam no presente sobre o seu passado, já com outras visões e experiências.

As mulheres se constituem como sujeitos históricos a partir de suas experiências. Joan Scott afirma que é preciso “dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que tem experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência.” Mas as experiências não devem ser entendidas como uma origem, como uma explicação, como evidências em si. Antes devem ser historicizadas como produtoras de identidades, como “aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz o conhecimento”.<sup>20</sup>

As experiências se dão dentro da cultura, portanto são construídas a partir de um local social, onde os sujeitos estão sob situações e condições que transpassam suas escolhas. As experiências são sempre contestáveis, sempre políticas.<sup>21</sup>

Marlene de Faveri, em uma reflexão sobre o uso da palavra experiência nos estudos históricos, relaciona a experiência à atribuições de sentidos dados às vivências. E afirma que a experiência, enquanto ‘categoria’ de análise, “transcende os papéis sociais; mesmo que os relatos sejam individuais, falam de relações – logo, não de identidade fixa”. As identidades emergem a partir de momentos históricos específicos, logo, “se a identidade só pode ser ‘apreendida’ na experiência da relação, portanto, não é fixa, dizer que certo grupo

---

<sup>20</sup> SCOTT, Joan W. “Experiência”. SILVA, Alcione L. da; LAGO, M. C.; RAMOS, Tânia R. (Orgs). Falas de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 27.

<sup>21</sup> Idem, p. 41 e 48.

tem uma identidade ou que uma pessoa pertence a certa “identidade” carrega essencialismos”.<sup>22</sup> De acordo com Marlene de Faveri, “sendo que a experiência serve como uma forma de se falar sobre o que aconteceu, analisar seus significados implica ver a natureza discursiva, revendo interpretações”.<sup>23</sup>

Ao narrarem suas memórias, as mulheres entrevistadas estão significando suas vivências e se construindo como sujeitos feministas. As experiências vividas marcam as trajetórias pessoais, que são compostas e recompostas o tempo todo. Ao enunciarem suas experiências, as entrevistadas estão atribuindo sentidos ao seu passado.

Metodologicamente esta dissertação foi estruturada em duas partes. Na primeira parte busquei refazer a trajetória dos feminismos no Brasil, desde as mulheres que se auto-denominavam feministas, no início do século XX, especialmente na defesa do voto para às mulheres, até o surgimento do “novo” feminismo nas décadas de 1960 e 1970. Recompôr o momento histórico onde surgiu o que se chama de específico feminino, problematizando-se a situação de opressão das mulheres na sociedade. Aborda-se ainda nesta parte do trabalho, a história do feminismo brasileiro com suas reivindicações e conquistas, bem como este movimento se difunde a partir das décadas de 1970 e 1980.

A segunda parte está subdividida em duas. No primeiro tópico abordo as discussões trazidas sobre o feminismo nas décadas de 1960 e 1970, procurando mostrar como este foi sendo construído e representado pela mídia impressa. Procurei também observar, através de entrevistas, como as feministas catarinenses se constituíam como sujeitos em meio ao contexto de Ditadura Militar. No segundo tópico, tomando como ponto de partida as memórias das mulheres que vivenciaram o feminismo em Santa Catarina, busquei perceber

---

<sup>22</sup> FÁVERI, Marlene de. Sobre experiência, gênero e história: reflexões necessárias. Anais - X Encontro Estadual de História: História: Trabalho, cultura e poder. Florianópolis: UFSC, ANPUH/SC, 2004, p. 3-4.

<sup>23</sup> Idem, p. 7.

a partir de que momento, mulheres que se entendiam como sujeitos feministas, passaram a se constituir como grupos. A partir da análise das narrativas e de fontes de circulação local foi possível dar visibilidade à maneira em que emerge no cenário catarinense os grupos feministas, bem como às questões em que estes estavam inseridos.

A divisão da dissertação, desta forma, teve como objetivo melhor organizar a narrativa sobre a construção da organização do movimento feminista catarinense. A partir das memórias das entrevistadas e de jornais da época busquei reconstituir a luta de um grupo de mulheres catarinenses por autonomia, direitos e participação igualitária na sociedade.

**PARTE I:**  
**TRAJETÓRIAS FEMINISTAS: DE QUESTÕES POLÍTICAS A QUESTÕES**  
**ESPECÍFICAS**

Deslocado dos grandes centros, o movimento feminista em Santa Catarina começou na década de 80, embora tenha havido alguns ‘acontecimentos’ no final da década de 70. Na “primeira onda feminista” no Brasil, onde eram priorizados os direitos políticos da mulher, incluindo-se aqui o movimento sufragista da década de 20, Santa Catarina não teve participação. E apesar de frágil, o movimento feminista em Santa Catarina teve uma participação mais expressiva nesta “segunda onda do feminismo”, que no Brasil teve início na década de 70. “O feminismo chamado de ‘Segunda Onda’ surgiu depois da Segunda guerra Mundial e deu prioridade às lutas pelo direito ao corpo, ao prazer, e contra o patriarcado. Neste momento, uma das palavras de ordem era: ‘o privado é político’”.<sup>24</sup>

Muito se discutiu sobre o surgimento do feminismo no Brasil pós-década de setenta, chamado de feminismo de “Segunda Onda”. Várias escritoras, inclusive feministas, elegem o ano de 1975, promulgado pela ONU como Ano Internacional da Mulher, como ano do ressurgimento do movimento feminista. Este ano foi com certeza um impulsionador do feminismo, um espaço aberto que contribuiu com o movimento, mas as reflexões sobre o feminismo e grupos feministas iniciam-se antes de 1975. Em 1972, um grupo de mulheres de São Paulo passa a se reunir para discutir sobre questões que lhes eram pertinentes. Célia Sampaio e Walnice Nogueira Galvão viajam aos Estados Unidos e Europa,

---

<sup>24</sup> PEDRO, Joana Maria. As leituras francesas do feminismo francês e as identificações com o feminismo no Brasil. Inédito, digitado, p. 1.

respectivamente, quando tomam contato com o ‘novo feminismo’. Ao retornarem ao Brasil convidam outras mulheres para dialogarem sobre este incipiente “movimento”.<sup>25</sup>

Além de Célia Sampaio e Walnice Nogueira Galvão, participaram das reuniões também Betty Mindlin, Maria Malta Campos, Maria Odila Silva Dias e mais tarde, Marta Suplicy. Era um grupo fechado, onde “não havia nenhuma formalização de organização interna, as reuniões centravam-se em temas pré-escolhidos, mas não havia pauta, nem exposição preparada, nem lição de casa, discutia-se tudo: de Virginia Woolf e Anaïs Nin a doenças venéreas, embora tenham demorado um pouco para falar de sexualidade.”<sup>26</sup> Este grupo, o primeiro grupo feminista organizado do Brasil, chamado de Grupo de 72, após tentativas de ampliação e de programação de atividades em parceria com outros, se dissolveu em 1975.<sup>27</sup>

No Rio de Janeiro, também no ano de 1972, foi formado um grupo de reflexão por Branca Moreira Alves, que havia contatado o feminismo durante seus estudos nos Estados Unidos. Este durou apenas até 1973.

Fica patente a relação dos grupos de reflexão com o movimento feminista internacional. Conforme Joana Pedro, “a organização de grupos de reflexão foi uma tática aprendida com o feminismo francês e norte-americano. Tanto a vertente francesa como a norte-americana foram resultado em grande parte, do contato de brasileiras que estiveram nos Estados Unidos e Europa para realizar estudos, em exílio forçado ou voluntário”.<sup>28</sup>

No decorrer da história, muitas manifestações contra as injustiças e desigualdades cometidas contra as mulheres foram feitas. Mas o Feminismo no Brasil, só tornou-se

---

<sup>25</sup> COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. Cadernos de Pesquisa. Agosto de 1988, n.66, Editora Cortez, p. 65.

<sup>26</sup> Idem, p. 65.

<sup>27</sup> Idem, p. 67.

<sup>28</sup> PEDRO, Joana Maria. As leituras francesas do feminismo francês e as identificações com o feminismo no Brasil. Inédito, digitado, p. 4.

movimento social organizado a partir das primeiras décadas do século XX, quando as mulheres se juntaram na luta pelo direito ao voto. A luta pelo voto feminino no Brasil diferiu dos Estados Unidos e Inglaterra, países em que a luta teve características de movimento de massas. Nos dois países o sufrágio iniciou-se em 1848 e 1865 respectivamente. A historiadora norte-americana June Hahner, em seu livro sobre a emancipação feminina, afirma que “os movimentos pelos direitos da mulher no mundo inteiro estavam vinculados a uma classe de mulheres instruídas com algum tempo livre. Mas a natureza de cada movimento, como tudo, aliás, depende das circunstâncias históricas específicas”.<sup>29</sup> No Brasil, algumas mulheres se manifestaram ainda no século XIX para que a Constituição da República no Brasil, aprovada em 1891 contivesse o direito de voto para as mulheres. Mas o Ministro do Interior do Governo Provisório, Cesário Alvim, no “Regulamento Eleitoral que ditou a forma da eleição da Assembléia Constituinte”, proibiu o voto feminino.<sup>30</sup> Explicitando sobre a negativa ao voto feminino, Miriam Moreira Leite afirma que assim como no Brasil, outros lugares do mundo entendiam os interesses políticos como uma extensão do domínio doméstico. E ponderando sobre os espaços conquistados pelas mulheres, afirma o seguinte:

Foi nas profissões consideradas especializações de atividades domésticas (parteira, enfermeira, professora, hoteleira) que as mulheres começaram a conquistar um espaço público; foi nos centros urbanos que a mulher começou a ver no voto (como eleitora, candidata e vencedora) uma extensão dos seus direitos. O voto feminino foi discutido já na Assembléia Constituinte de 1891 e considerado o caminho da dissolução da família brasileira, pois, para a maioria dos deputados dessa assembléia, era indiscutível e inapelável o papel da mulher no lar e na família, e o sufrágio feminino parecia-lhes uma ousadia anti-social. Apesar de

---

<sup>29</sup> HAHNER, June E. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003, p. 26.

<sup>30</sup> ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed. Vozes, 1980, p. 91.

algumas vozes de protesto, as mulheres não foram incluídas (nem sequer as alfabetizadas) entre os eleitores brasileiros em 1891.<sup>31</sup>

A educação para homens e mulheres era diferenciada. Às mulheres que tinham acesso à educação eram ensinados temas intrinsecamente ligados aos papéis femininos de esposa e mãe. Além de que a educação, tanto para homens quanto para mulheres, estava atrelada às boas condições sociais. O magistério era uma das profissões aceitas como dignas e possíveis às mulheres, entendido por muitos como uma extensão das ‘funções naturais’ de esposa e mãe. Um pequeno grupo de defensoras dos direitos das mulheres, na segunda metade do século XIX, proclamou a insatisfação quanto aos papéis atribuídos às mulheres e enfatizavam a importância da educação na busca pela independência econômica e social. A educação era vista como fator primordial para a emancipação feminina e a melhoria de status. Aos poucos a questão da igualdade política vai adentrando nas discussões pela emancipação feminina. E de acordo com Hahner, assim como na Europa e Estados Unidos, no Brasil a questão feminina passou a fazer parte das discussões dos responsáveis pela opinião pública nacional. E a expressão feminismo passou a ser corrente na primeira década do século XX.<sup>32</sup>

Mais tarde, em 1910, a professora Deolinda Daltro instituiu, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino, no intuito de retomar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que desde a constituinte de 1891 havia sido esquecido. Em 1917, sob sua organização, ocorre uma passeata com a participação de 84 mulheres, deixando admirada a população do Rio de Janeiro.<sup>33</sup>

---

<sup>31</sup> LEITE, Miriam Moreira. Outra face do feminismo. São Paulo: Ed. Ática, 1984, p.36.

<sup>32</sup> HAHNER, J. E. Op. Cit., 2003, p. 73-250.

<sup>33</sup> ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed.Vozes, 1980, p. 95.

O movimento brasileiro, conforme afirma June Hahner, se inspirou nos Estados Unidos e na Europa. Após a I guerra Mundial, muitos países europeus concederam às mulheres o direito ao voto. O exemplo destas nações, conjuntamente com as relações pessoais estabelecidas com as principais líderes sufragistas do exterior, “impulsionaram a formação de organizações oficiais dos direitos femininos no Brasil”.<sup>34</sup>

Uma das figuras centrais no embate travado pelos direitos das mulheres no Brasil, Bertha Maria Júlia Lutz, volta ao país em 1918, após sete anos de estudo na Europa. Durante estes anos passados no exterior, ela entrou em contato com o sufragismo na Inglaterra. Pouco tempo depois de retornar ao Brasil, Bertha Lutz escreveu um artigo conclamando as mulheres a se organizarem para lutar contra as discriminações e pelo direito de assumir responsabilidades políticas. Este artigo, segundo Hahner, lançou formalmente o movimento sufragista feminino no Brasil.<sup>35</sup>

Em 1920, a bióloga Bertha Lutz, assumindo-se feminista através da imprensa, juntamente com a professora Maria Lacerda de Moura, fundou a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher. Neste mesmo ano, Bertha Lutz organizou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que impulsionou e levou adiante a luta pelo sufrágio feminino.<sup>36</sup>

O movimento por direitos políticos no Brasil estabeleceu ligações com organizações e com militantes sufragistas de outros países, fato que conferia respaldo e legitimidade à luta brasileira.<sup>37</sup>

Em seu livro sobre a contribuição de Maria Lacerda de Moura para a luta das mulheres, Miram Moreira Leite fala sobre a amplidão e importância dos temas abordados

---

<sup>34</sup> HAHNER, J. E. Op. Cit., 2003, p. 267.

<sup>35</sup> Idem, p. 288.

<sup>36</sup> TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve História do Movimento Feminista no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993, p. 44.

<sup>37</sup> HAHNER, J. E. Op. Cit., 2003, p. 294.

nos escritos desta feminista. Maria Lacerda lança seu primeiro livro em 1918, já refletindo sobre a situação das mulheres. Uma das críticas predominantes em seus escritos diz respeito à contradição entre os padrões ideais e reais que coexistiam na sociedade de sua época, considerados por ela como “hipocrisia social”. Em suas obras posteriores, Maria Lacerda passou a divulgar a luta pelo direito à cidadania, à educação; o direito ao amor e ao casamento por livre opção, a maternidade consciente, contra o reducionismo da mulher ao papel de procriadora, contra os preconceitos às mulheres escritoras, etc.<sup>38</sup>

A partir de 1921, Maria Lacerda de Moura não mais se interessa pela luta que reivindicava direito político de voto para as mulheres. Contudo, é importante ter presente que, a singularidade de seu trabalho, segundo Miriam Moreira Leite, “provém da articulação que estabelece entre o problema da emancipação feminina e a luta pela emancipação do indivíduo no capitalismo industrial, cujo recrudescimento ela apontou nos regimes fascistas que então se estruturavam”.<sup>39</sup>

Um aspecto importante a ser destacado é o contexto em que estas mobilizações estão ocorrendo. Nos dizeres de Branca Moreira Alves, a década de 20 foi uma época “conturbada”, que estaria anunciando transformações futuras:

A classe operária se organizava, os intelectuais rompiam com o pensamento tradicional, as classes médias buscavam uma forma de ter representado seus interesses. Em 1922 deu-se a Semana da Arte Moderna, que revolucionou o pensamento artístico brasileiro; foi fundado o Partido Comunista; e estourou a primeira revolta tenentista, no Forte de Copacabana.<sup>40</sup>

---

<sup>38</sup> LEITE, Miriam Moreira. Outra face do feminismo. São Paulo: Ed. Ática, 1984, p.21.

<sup>39</sup> Idem, p.28.

<sup>40</sup> ALVES, B. M. Op. Cit., p.110.

Um debate jurídico e ideológico sobre o papel social das mulheres foi travado nas décadas de 20 e 30.<sup>41</sup> O direito ao voto foi sendo conquistado aos poucos nos Estados. Assim quando após a Revolução de 30, em 1932, Getúlio Vargas promulgou por decreto-lei o direito de voto às mulheres, este já era exercido em 10 Estados brasileiros, passando a ser incorporado à Constituição brasileira de 1934. “Se o movimento sufragista não se confunde com o feminismo ele foi no entanto, um movimento feminista, por denunciar a exclusão da mulher da possibilidade de participação nas decisões públicas.”<sup>42</sup> No entanto, June Haner ressalta que o movimento pelo voto não teve a intenção de mudar o papel da mulher na sociedade ou a própria sociedade. “Era um movimento de classe média por direitos políticos, por uma reforma jurídica que garantisse o voto às mulheres que alcançassem as mesmas qualificações que os homens”.<sup>43</sup> Branca Moreira Alves complementa esta idéia, dizendo que não se pode exigir do feminismo do início do século uma crítica da sociedade do papel tradicional da mulher, se as mulheres não tinham os direitos mais básicos, ainda tendo que ultrapassar barreiras “mais óbvias”. “Lutavam por vencer os tremendos obstáculos sociais, culturais, jurídicos, políticos e econômicos que tolhiam o seu desenvolvimento”.<sup>44</sup>

Logo após a conquista do direito ao voto, houve uma desmobilização das mulheres e com o golpe de Estado de Getúlio Vargas ocorrido em 1937, “a luta da mulher fundiu-se praticamente com a de todo o povo, que resistia à ditadura e defendia a democracia”.<sup>45</sup> Durante a Segunda Guerra Mundial as mulheres participaram da luta em favor da democracia, contra o nazi-fascismo. E com o fim da guerra em 1945 e com a

---

<sup>41</sup> LEITE, M. M. Op. Cit., p.33.

<sup>42</sup> ALVES, B. M.; PITANGUY, J. Op. Cit., p. 48.

<sup>43</sup> HANHER, J. E. Op. Cit., p. 99.

<sup>44</sup> ALVES, B. M. Op. Cit., 1980, p. 94.

<sup>45</sup> TELES, M. A. A. Op. Cit., p. 47.

democratização do país, várias mulheres se mobilizaram em torno de campanhas nacionais. Foi criado no Rio de Janeiro o Comitê de Mulheres pela Democracia, com o objetivo de que as mulheres fizessem parte da busca e conquista da igualdade de direitos.

No ano de 1947 dois acontecimentos foram importantes: a criação do jornal Momento Feminino, no Rio de Janeiro, editado por Arcelina Mochel e que circulou por quase dez anos tendo boa aceitação entre as mulheres e a criação da Federação das Mulheres do Brasil (FMB), com a proposta de debater questões relativas à mulher. Essas organizações tinham a influência do PCB – Partido Comunista Brasileiro. A partir de então, o dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher e o Dia das mães passaram a ser comemorados com programações e festas especiais. Do início do século até a década de 60, as lutas desenvolvidas pelas mulheres foram intensas. Mas “esse primeiro momento do feminismo organizado e atuante não se caracterizava por ser revolucionário ou abertamente contestatório”.<sup>46</sup> As mulheres se envolveram em questões políticas gerais, tais como a luta pela democracia, pela Anistia e pela paz mundial. As reivindicações específicas ficavam restritas à igualdade entre homem e mulher e conquista de espaço no mercado de trabalho. O tema da sexualidade era considerado tabu até mesmo entre algumas feministas, que preferiam militar em torno de questões “mais estritamente político e trabalhista”.<sup>47</sup> Algumas feministas, individualmente, fizeram publicações sobre temas voltados à sexualidade, como por exemplo, em 1932, Maria Lacerda de Moura publicava, pela Civilização Brasileira, o livro “Amai e... não vos multipliqueis” discutindo acerca da contracepção. Mas no movimento em geral, “questões relativas à libertação da mulher,

---

<sup>46</sup> GOLDEMBERG, M. Op. Cit., p.29.

<sup>47</sup> Idem.

como autonomia, controle da fertilidade, aborto, sexualidade, não eram sequer mencionadas”.<sup>48</sup>

Estas atividades embora não tenham um cunho propriamente feminista, mostram a presença das mulheres na esfera pública. Com o Golpe de 64 há novamente uma desmobilização e as associações femininas “praticamente desapareceram”. Mas algumas mulheres continuaram “participando dos movimentos organizados de oposição ao regime, bem como das manifestações e atos públicos”.<sup>49</sup>

### **O surgimento do “novo” feminismo**

A partir dos anos 60, o movimento feminista passa a fazer novos questionamentos. Não apenas sobre as desigualdades no exercício do direito, “mas questiona as raízes culturais destas desigualdades”. Segundo Mirian Goldenberg, o ponto de partida foi a leitura de “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, obra em que denuncia as raízes culturais da desigualdade sexual, refutando o determinismo biológico e afirma “não se nasce mulher, torna-se mulher”.<sup>50</sup>

Para Lucila Scavone, a obra de Beauvoir, “O Segundo Sexo”, publicada em 1949 na França e traduzido no Brasil em 1962, é o desencadeador do feminismo atual, fundamentando e desencadeando as lutas modernas. “As teses deste livro sobre liberdade sexual, liberação da prática da contracepção e do aborto, podem ser consideradas um marco da passagem do feminismo igualitarista para a fase do feminismo ‘centrado na mulher

---

<sup>48</sup> TELES, Maria de Almeida. Op. Cit., p.51.

<sup>49</sup> ALVES, B. M.; PITANGUY, J. Op. Cit., p. 71.

<sup>50</sup> GOLDENBERG, Mirian. Op. Cit., p. 31.

sujeito’, dando os elementos necessários para a politização das questões privadas, que eclodiram com o feminismo contemporâneo”.<sup>51</sup>

O contexto do mundo na época, também contribuiu para esses questionamentos:

As grandes mudanças que o mundo atravessava no pós-guerra, a guerra fria dividindo a Alemanha e levando o conflito até a Coréia e mais tarde ao Vietnam, as teorias terceiro-mundistas, a consolidação das conquistas da revolução chinesa, a deteriorização econômica e política do continente sul-americano, o desafio proposto pela Revolução Cubana, entre outros, acabaram por criar um clima de insatisfação e crise que não apenas afetava as relações interpessoais como ao mesmo tempo criava condições para a discussão de novas idéias, no plano social e político. Os acontecimentos de maio de 1968, na França e na Alemanha, foram um marco importantíssimo nesse panorama. A questão do “específico feminino” se insere nesse clima de contestação geral.<sup>52</sup>

A crítica de Simone de Beauvoir torna-se um referencial na medida em que “delineia os fundamentos da reflexão feminista que ressurgirá a partir da década de 60”. Betty Friedan, psicóloga e escritora norte-americana, “apoiando-se nos postulados teóricos do estudo de Beauvoir”<sup>53</sup> escreve o famoso e polêmico livro “Mística Feminina”<sup>54</sup>, publicado em 1963 no EUA, no qual a autora expõe o papel da mulher na sociedade norte-americana da época. Este livro teve sua tradução publicada no Brasil em 1971. No ponto de vista de Friedan, entre as décadas de 40 e 50 ocorreu um “retrocesso” na luta das mulheres. A imprensa, a sociedade e as próprias mulheres passaram a “cultuar” a imagem de mulher submissa, recatada e que se dedicasse exclusivamente ao lar.

A mística feminina afirma que o valor mais alto e o compromisso único da mulher é a realização de sua feminilidade. [...] O erro, diz a mística, a raiz do problema feminino no passado, é que as mulheres invejavam os

<sup>51</sup> SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. In MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp, 2001, p. 138.

<sup>52</sup> GOLDENBERG, Mirian. Op. Cit., p. 31.

<sup>53</sup> ALVES, B. M.; PITANGUY, J. Op. Cit., p. 52.

<sup>54</sup> FRIEDAN, Betty. Mística feminina. Vozes Limitada: Rio de Janeiro, 1971.

homens, tentavam ser como eles , em lugar de aceitar sua própria natureza, que só pode encontrar realização na passividade sexual, no domínio do macho, na criação dos filhos e no amor materno.<sup>55</sup>

Ao afirmar que nos anos transcorridos após a Segunda Guerra Mundial, o foco da cultura americana voltou-se para a idealização da realização feminina, Friedan recorre a expedientes pitorescos para narrar sobre as ambições e os anseios da norte-americana apregoados naquela época:

Milhões de mulheres moldavam sua vida à imagem daquelas bonitas fotos de esposa suburbana beijando o marido diante do janelão da casa, descarregando um carro cheio de crianças no pátio da escola e sorrindo ao passar o novo espalhador de cera no chão de uma cozinha impecável. Faziam pão em casa, costuravam a roupa da família inteira e mantinham a máquina de lavar e secar em contínuo funcionamento. Mudavam os lençóis duas vezes por semana, em lugar de uma só, faziam cursos de tapeçaria e lamentavam suas pobres mães frustradas, que haviam sonhado seguir uma carreira. Seu sonho único era ser esposa e mãe perfeita. Sua mais alta ambição, ter cinco filhos e uma bonita casa. Sua única luta, conquistar e prender o marido. Não pensavam nos problemas do mundo para além de suas paredes do lar e, felizes no seu papel de mulher, desejavam que os homens tomassem as decisões mais importantes, e escreviam, orgulhosas, na ficha do recenseamento: «Ocupação: dona de casa».<sup>56</sup>

Friedan denuncia que “havia uma estranha discrepância entre a realidade de nossa vida de mulher e a imagem à qual nos procurávamos amoldar, imagem que apelidei de mística feminina.”<sup>57</sup> O distanciamento entre o ideal de realização feminina promulgado pela sociedade e a realidade, evidenciava o “problema sem nome”. As queixas de muitas mulheres estavam intrinsecamente ligadas às palavras ‘vazia’, ‘incompleta’, ‘insatisfeita’. Este mal, segundo a escritora, era “uma insatisfação, uma estranha agitação, um anseio de que ela [mulher norte-americana] começou a padecer em meados do século XX”.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> FRIEDAN, B. Op. Cit., p. 40.

<sup>56</sup> Idem, p. 20.

<sup>57</sup> Idem., p. 11.

<sup>58</sup> Idem, p.17.

Mas a “a mística feminina” não se perpetuou, pelo contrário, em meados da década de 60, ressurgiu o movimento feminista nos Estados Unidos. Este foi o país pioneiro na construção de um “novo feminismo”, de onde surgiu o Movimento de Liberação da Mulher. O próprio livro de Betty Friedan, “A Mística Feminina”, foi um marco para este movimento. O feminismo ressurgido na década de 60 diferia do feminismo do início do século XX, que possuía uma luta apenas emancipatória e igualitária, lutando pela igualdade de direitos entre ambos os sexos, educação feminina e pelo direito ao voto<sup>59</sup>. Também viam na autonomia dos grupos a possibilidade de se fazer uma luta mais específica, pois percebiam que as mulheres deveriam tomar consciência do fato de que os sexos são categorias, além de biológicas, socialmente construídas, constituindo uma espécie de classe; além de que os fatos da esfera privada passaram a ser encarados como fatos sociais e políticos a partir dos grupos de autoconsciência que eram extremamente importantes neste país<sup>60</sup>. No entendimento de Anette Goldberg, os grupos de autoconsciência eram: “(...) pequenos grupos em cujas reuniões as participantes pudessem falar de suas experiências pessoais e confrontá-las com as demais, o que deveria levá-las a constatar que seus problemas não eram únicos nem particulares, mas que faziam parte de toda uma vivência social de opressão compartilhada por todas as mulheres.”<sup>61</sup>

Este movimento pouco a pouco surgirá em países Europeus, como França, Itália e também no Brasil.

---

<sup>59</sup> GOLDBERG, Anette Velasco e Cruz. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na França e no Brasil. Pg. 33-59. In. O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual / organização de Madel T. Luz-Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

<sup>60</sup> GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997, p. 96.

<sup>61</sup> GOLDBERG, A. Op. Cit., p. 6.

O movimento feminista no Brasil contemporâneo, que teve sua maior expressão na década de 70, esteve intimamente articulado com outros movimentos sociais da época: movimentos populares, movimentos políticos. Conforme Cynthia Sarti, o feminismo militante no Brasil surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura.<sup>62</sup> Uma política de alianças entre o feminismo, partidos de esquerda e Igreja Católica foi possível, pois todos lutavam contra o regime autoritário. Mesmo divergindo dessas instituições e muitas vezes tendo rugas com elas, devido ao período da Ditadura Militar, os espaços eram aproveitados para as discussões. Então discordâncias eram evitadas, assuntos como aborto e sexualidade ficavam restritos à pequenos grupos de reflexão. Com o processo de abertura em andamento é que questões especificamente femininas vão sendo discutidas mais abertamente e vão ganhando mais espaço.

Segundo Mariza Correa, um traço comum às feministas da época é que eram mulheres de esquerda e profissionais. E mesmo que a imprensa tentasse homogeneizar o movimento, eram mulheres muito distintas e com concepções muito diversas.<sup>63</sup>

Em outubro de 1962 foi criada no Brasil a revista Cláudia, que segundo Anette Goldberg, “foi o primeiro periódico feminino fruto de uma concepção distinta daquela que se encontrava na base de inúmeras revistas de fotonovela de grande circulação na época.”<sup>64</sup> Em 1963 a Editora Abril contratou a escritora Carmen da Silva para que respondesse as inúmeras perguntas que eram enviadas para a redação por mulheres cheias de dúvidas,

---

<sup>62</sup> SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp 2001, p. 32.

<sup>63</sup> CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp 2001, p.15.

<sup>64</sup> GOLDBERG, A. Op. Cit., p.18.

preocupações, inquietações. E seus artigos influenciaram muitas mulheres, inclusive muitas futuras militantes feministas.<sup>65</sup>

Carmem da Silva escreveu na revista Cláudia, na seção “A arte de ser mulher” por 22 anos ininterruptos (1963-1985). Seu trabalho pode ser visto como um espaço criado para a discussão, difusão e propagação do feminismo. Conforme Ana Rita Fonteles Duarte, os escritos de Carmem se inserem no “conjunto de atitudes de contestação à ordem estabelecida para as relações entre homens e mulheres, na sociedade brasileira das décadas de 1960 e 1970.”<sup>66</sup> A situação de opressão das mulheres na sociedade passa a ser questionada e problematizada, o que acaba por nomear-se de ‘específico feminino’. E como neste contexto as revistas femininas passaram a se popularizar e de certa forma a ‘ditar regras’, sendo importantes veiculadoras de discursos e costumes, Carmem tinha uma poderosa arma nas mãos. Com seus artigos podia discutir temas e atingir muito mais facilmente às mulheres, levando a um questionamento sobre suas vidas.

A trajetória de Carmem da Silva é marcada pela negociação e utilização de estratégias para a conquista e manutenção de espaço junto às leitoras e à própria Abril.<sup>67</sup> Esse expediente foi muito utilizado pelo movimento feminista em geral: usar estratégias, burlar regras, usar espaços disponibilizados para outros fins para discussão do feminismo. Principalmente diante da Ditadura.

Os responsáveis pela revista Cláudia não queriam que ela estivesse ligada ou fosse associada à palavra feminismo, pois faria com que perdesse “campo” diante da sociedade conservadora e afastaria anunciantes de produtos domésticos. Mas as discussões trazidas

---

<sup>65</sup> GOLDBERG, A. Op. Cit., p.19.

<sup>66</sup> DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmem da Silva - entre história e memória, uma feminista na imprensa brasileira. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002, p. 14.

<sup>67</sup> Idem, p. 14-35.

pelo movimento feminista principalmente na década de 70 de certa forma influenciaram, ou estiveram presentes também na revista. A presença de uma articulista como Carmem da Silva, que trouxe à tona temas que muitas vezes destoavam com o restante da revista, demonstra que este periódico abriu espaço para discussão e “a possibilidade de vozes dissonantes dentro de uma mesma revista”. Eram discutidos temas mais polêmicos no meio de anúncios e artigos que reafirmavam a “naturalização” da essência feminina. Nada é feito fora de contexto, a própria entrada de Carmem na revista reflete uma ‘demanda’. A mudança de comportamento e também a mudança que estava ocorrendo nas relações de gênero, exigia da mídia respostas e enfoques que estivessem acompanhando tais mudanças.<sup>68</sup>

Carmem também é apontada como uma introdutora do feminismo às suas leitoras. Mediava os temas e explanava-os de forma sutil para não chocar. Tinha o cuidado de ir de forma branda e gradual, fazendo um trabalho de conscientização e reflexão sobre os problemas, preconceitos e angústias femininos, questionando os papéis sexuais. Usou nos dizeres de Ana Duarte, a sua coluna como tribuna para introduzir as discussões feministas.

Em 1964 instala-se no Brasil uma Ditadura Militar. A censura e a repressão se instalaram no país progressivamente. As forças populares organizadas foram coibidas, principalmente sindicalistas, estudantes, jornalistas e advogados. Vários intelectuais e políticos de esquerda se exilaram, acolhidos principalmente nas embaixadas latino-americanas do Chile e de países europeus, enquanto presídios eram inaugurados para os que se opunham à revolução.<sup>69</sup> Assim, enquanto em países que mantiveram a democracia

---

<sup>68</sup> DUARTE, A. R. F. Op. Cit., p. 48-50.

<sup>69</sup> TELES, M. A. Op. Cit., p. 55.

observou-se a organização dos movimentos feministas promovendo amplas discussões, no Brasil as possibilidades de debate foram restritas, quando não impedidas pela ditadura.<sup>70</sup>

Sair do Brasil e se exilar em certos países após o golpe militar em 1964 e principalmente após o acirramento da pressão com o AI-5, foi a opção de muitos intelectuais de esquerda. A maior parte das mulheres que partiram, o fizeram para seguir seus companheiros. E muitas entraram em contato com o movimento de liberação das mulheres em países europeus, que no início da década de 70 “se encontrava em pleno apogeu, na fase da proliferação dos grupos de consciência, das grandes passeatas e outras formas de mobilização em torno de questões ligadas ao corpo, à sexualidade, à opressão patriarcal dentro e fora da família”.<sup>71</sup>

Danda Prado, ex-militante socialista, contribuiu para a organização do Grupo de Mulheres Latino-Americanas em Paris em 1972, de cunho feminista. Algumas brasileiras também tomaram contato com o feminismo nos Estados Unidos, no início dos anos 70, e criaram formas de divulgá-lo no Brasil através de cartas e artigos enviados.<sup>72</sup>

O Movimento Feminista no Brasil ressurgiu na década de 70 com outras reivindicações. Trouxe à tona temas da vida privada e do cotidiano como: a sexualidade, a contracepção, a violência, a maternidade, o aborto, as questões salariais, impulsionando um “questionamento político-cultural”.<sup>73</sup> Numa agitada conjuntura, as mulheres voltaram a emergir de forma organizada no cenário político nacional. Setores Progressistas da Igreja Católica, juntamente com clubes de mães, criaram e impulsionaram o Movimento de Custo de Vida, no qual faziam reivindicações de creches, cooperativas e congelamento de preços.

---

<sup>70</sup> GOLDBERG, A. Op. Cit.

<sup>71</sup> Idem, p. 70.

<sup>72</sup> GOLDBERG, A. Op. Cit., p. 71-77 e 151.

<sup>73</sup> MANINI, Daniela. Crítica Feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. In Cadernos AEL. Campinas. Nº ¾, 1995-1996, p. 46-47.

Concomitantemente, a ONU instituiu 1975, como o Ano Internacional da Mulher, inaugurando a década da mulher. Esta oportunidade inédita, “abre um campo de possibilidades há muito restrito e limitado pelo regime autoritário”.<sup>74</sup>

Algumas mulheres aproveitaram a oportunidade e sob o patrocínio da ONU e da Associação Brasileira de Imprensa - ABI, realizaram uma “Semana de Pesquisas sobre o Papel e o Comportamento da Mulher Brasileira” de 30 de junho a 6 de julho de 1975, no Rio de Janeiro. A partir deste evento foi criada a primeira associação neofeminista: o Centro da Mulher Brasileira – CMB - e começaram a se organizar grupos de mulheres em outros estados.<sup>75</sup>

Em um texto sobre as identificações feministas, Joana Pedro, faz uma crítica sobre como 1975 tem sido considerado ano fundador do feminismo. Este, conjuntamente com o evento ocorrido na ABI e a criação do CMB, são pensados como marcos fundadores do feminismo no Brasil.<sup>76</sup> O Ano Internacional da Mulher, instituído pela Onu, inegavelmente teve uma grande importância para a organização e divulgação do feminismo brasileiro. Mas, como já tratado no início deste trabalho, a organização de grupos feministas antecede esta data. As manifestações e discussão de idéias e posturas feministas é anterior a este ano. Cabe destacar, que ainda em 1971, através de Rose Marie Muraro viabilizou-se a vinda de Betty Friedan ao Brasil para o lançamento do livro “Mística Feminina”. A estada de Friedan foi noticiada por toda a imprensa, o que segundo Ana Maria Colling, serviu para a discussão das questões específicas das mulheres.<sup>77</sup>

---

<sup>74</sup> GOLDBERG, A. Op. Cit., p. 94-96.

<sup>75</sup> Idem, p. 96.

<sup>76</sup> PEDRO, Joana Maria. As leituras francesas do feminismo francês e as identificações com o feminismo no Brasil. Inédito, digitado, p. 7.

<sup>77</sup> COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997, p. 42.

Em 1975, surgiu o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, espaço onde várias brasileiras puderam expressar-se sobre temas da vida privada, pela primeira vez. As participantes do Círculo enviavam cartas, documentos e publicações aos grupos feministas no Brasil que haviam se formado a partir de 1975. Segundo Cynthia Sarti, o processo de modernização acompanhado da efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. 1975, Ano Internacional da Mulher, propicia o cenário para o impulso do movimento no Brasil, ainda marcado pela luta política contra o regime. Grupos políticos de mulheres passaram a existir abertamente, como o Brasil Mulher, Nós Mulheres, Movimento Feminino pela Anistia.<sup>78</sup>

### **Publicações Feministas**

Embora o movimento tenha produzido publicações anteriormente, somente com o espaço aberto pelo Ano Internacional da Mulher é que houve condições favoráveis para o surgimento dos jornais feministas: Brasil Mulher (Londrina, 1975-80) Nós mulheres (São Paulo, 1976-78) e Mulherio (São Paulo, 1981-87). Mas a influência foi notavelmente mais forte e marcante, a partir do retorno das exiladas em 1979 com a lei da Anistia. Estas traziam a influência de um movimento feminista atuante, sobretudo, na Europa. “De retorno aos vários estados de onde provinham, as ex-integrantes do círculo criaram grupos

---

<sup>78</sup> SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp 2001, p. 36.

de mulheres ou integraram os já existentes, imprimindo-lhes novas direções e até em alguns casos, provocando fracionamentos e criando novos grupos”.<sup>79</sup>

Cabe destacar, que tanto Brasil Mulher como Nós mulheres, foram publicados por associações. Respectivamente Sociedade Brasil Mulher e Associação de Mulheres. Segundo Rosalina Leite, o fato destes jornais estarem vinculados a uma associação, já demonstra que eram instrumentos de divulgação de coletivos de mulheres organizadas, refletindo o pensamento político da militância feminista e, portanto, davam cobertura a assuntos não veiculados pela imprensa geral, na época sob forte censura política.<sup>80</sup>

As militantes de ambos os jornais eram provenientes ou filiadas da esquerda. O Brasil Mulher era formado por mulheres militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), da Ação Popular Marxista Leninista (APML), e do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8). E o Nós mulheres, predominantemente composto por filiadas ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e autônomas.<sup>81</sup>

O Brasil Mulher, surgiu como um jornal no intuito de contribuir para a transformação da sociedade, sem ser rigorosamente feminista. Foi publicado até o 2º número em Londrina, passando posteriormente a ser publicado em São Paulo. Tratava mais sobre questões públicas, como saneamento básico, necessidade de creches e desigualdades sociais, focalizando superficialmente questões de âmbito privado, tais como a sexualidade, aborto e contracepção. Questões específicas sobre a condição das mulheres eram preteridas em detrimento dos problemas gerais da sociedade. Isto é explicitado através das seguintes palavras:

---

<sup>79</sup> GOLDBERG, A. Op.Cit., p. 32.

<sup>80</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 11(1) : 234-241, jan-jun/2003. p. 235.

<sup>81</sup> Idem, p. 236.

A luta pela emancipação da mulher não está em momento nenhum desvinculada da luta pelas soluções dos problemas gerais da sociedade. Por isso, nos unimos à manifestação coletiva por melhores condições de vida, de trabalho, por uma anistia ampla e irrestrita, por liberdades democráticas.<sup>82</sup>

O Nós Mulheres, já se proclamava feminista, desde sua criação. Era mais radical no questionamento do machismo e da discriminação cultural das mulheres. Este periódico deixava em segundo plano a sexualidade, a feminilidade e a beleza, palavras que para o feminismo da época, estavam associadas à fraqueza, burrice, futilidade. As feministas de ambos jornais defendiam a causa das mulheres pobres, não se assumindo inteiramente como sujeitos também discriminados. No jornal Nós Mulheres esta posição transparece da seguinte forma:

Acreditamos que a liderança da luta feminista cabe às mulheres das classes trabalhadoras que não são só oprimidas enquanto sexo, mas também enquanto classe. (...) Por isso, NM continuará defendendo a perspectiva das mulheres trabalhadoras, registrando suas lutas e, ao mesmo tempo, tentando avançar na discussão de todos os aspectos que envolvem a repressão da mulher – e que vão desde o lugar ocupado por ela na estrutura produtiva até a própria repressão sexual.<sup>83</sup>

Segundo Marisa Correa, o jornal Nós mulheres, lançado em junho de 76, não sobreviveu por muito tempo: era feito numa base de trabalho voluntário e coletivo, e as participantes acabaram se dispersando por outros grupos, algumas continuaram a se encontrar em outras instituições. A mais importante, a Fundação Carlos Chagas (SP), tinha uma grande concentração de profissionais preocupadas com a situação da mulher, reunidas no Departamento de pesquisas educacionais sob a direção da psicóloga Carmem Barroso. Com o apoio da fundação Ford, lá se constituiu um importante núcleo aglutinador de

<sup>82</sup> Brasil Mulher. Editorial nº 7. Junho de 1977.

<sup>83</sup> Nós Mulheres. Editorial nº 7. Março de 1978.

pesquisadoras e feministas. O 1º Concurso que oferecia bolsas para estudar a situação da mulher foi em 1978. Três anos depois a Fundação investiu na criação do Mulherio. Este tinha uma equipe técnica e as matérias eram assinadas, algumas haviam pertencido ao Nós Mulheres. Muitas das mulheres que participaram do Nós Mulheres estavam agora integrando o quadro dos novos partidos políticos, criados com a “abertura” de 1979. Outras participavam de ONGs também criadas a partir da redemocratização, ou ainda nas agências do governo (Conselhos estaduais da condição feminina e o Conselho Nacional da Condição da Mulher, por exemplo) ou Universidades.<sup>84</sup>

Já o jornal Mulherio, nasceu em um contexto diferente, após a anistia e já no processo de abertura política. Isso permitiu que as mulheres pudessem assumir sua feminilidade e se voltassem para temas mais ligados ao privado. Estes temas passaram a ser tratados de forma mais ‘aberta’, já que a pressão da Ditadura era agora bem mais amena. As mulheres poderiam agora expressar seus sentimentos e anseios. Este jornal se propunha a abarcar e abrir espaço a todos os feminismos, tratando sobre temas diversos, de forma mais aberta e menos dogmática.<sup>85</sup> Este jornal nascido já dentro de uma nova perspectiva do feminismo, busca desconstruir os estereótipos femininos e valorizar as questões especificamente femininas, como aponta a passagem que segue:

Mulherio, por sua vez, nada mais é do que ‘as mulheres’. É o que somos, é o que este jornal será. Sim, nós vamos nos assumir como mulherio e, em conjunto, pretendemos recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas. De uma maneira séria e consciente, mas não mal-humorada, sisuda ou dogmática.<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp 2001, p.19.

<sup>85</sup> FERREIRA, Verônica. Entre emancipadas e quimeras - Imagens do feminismo no Brasil. Cadernos AEL. Campinas: nº 34, 1995/1996, p. 170-195.

<sup>86</sup> Mulherio. Editorial. Março/Abril de 1981.

O ano de 1979 foi um ano que influenciou o desenvolvimento do movimento feminista na década de 80. Pois além da anistia aos exilados e presos políticos, ocorre também a reforma partidária, que acaba com o bipartidarismo que vigorava desde o ano de 1965. A reforma dividiu as feministas, que até então se agrupavam no MDB, entre PMDB e PT. E com isso uma nova divisão se dá: “de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação”.<sup>87</sup>

### **Difusão do feminismo nos anos 80**

Nos anos 80 o movimento de mulheres no Brasil estava bastante difundido e considerado por muitos, um movimento forte. Explicitou-se um discurso em que estavam em jogo as relações de gênero. As idéias feministas difundiram-se no cenário social do país, não só pelas porta-vozes, mas do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava. Os grupos feministas alastraram-se pelo país. E houve penetração do movimento em sindicatos, partidos, associações, legitimando a mulher como sujeito social particular.<sup>88</sup>

Segundo Miriam Goldemberg, os anos 80 iniciam-se de forma bastante próspera para as mulheres brasileiras, em diversos aspectos. São criados centros de estudos sobre a mulher nas universidades sendo que o primeiro centro, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM), foi criado em 1981 na PUC-RJ. Cresce o número de teses sobre temas

---

<sup>87</sup> PINTO, Céli R. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 68.

<sup>88</sup> SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp 2001, p. 42.

exclusivamente femininos. Surge o que se poderia chamar de “feminismo acadêmico”. As forças armadas, a polícia civil e militar começam a aceitar mulheres em seus quadros.<sup>89</sup>

Os anos 80 se iniciam com muita euforia, grandes conquistas, grandes discussões... Mas a segunda metade desta década é considerada por muitos um período de desmobilização do feminismo. Com a abertura política, o retorno à democracia, muitas feministas passam a atuar em órgãos federais, a conquistar espaços públicos e à integrar quadros de partidos políticos, agora não mais clandestinos. Há, nas falas de muitas feministas, uma dispersão. Já, segundo outras, o que ocorre é uma atuação diferente. Pois as passeatas, manifestações de rua, pichações, já não são mais necessárias devido à legalização dos espaços destinados às mulheres.

Na perspectiva de Miriam Goldberg, ao mesmo tempo em que significou um período repleto de “ganhos”, os anos 80 marcaram também, um momento de desmobilização política, onde ocorre uma nova fase de reestruturação do país e um acanhamento dos movimentos sociais organizados, dentre eles o movimento feminista. Muitas organizações feministas, criadas nos anos 70, foram perdendo aos poucos sua representatividade e sendo desativadas. “O feminismo deixa de ser algo praticado em alguns grupos reduzidos e específicos para tornar-se algo mais difuso, perpassando vários espaços da sociedade”.<sup>90</sup>

Também nos anos 80, as feministas muito discutiram sobre a criação de órgãos voltados à defesa dos direitos da mulher, fomentados e apoiados pelo Estado. Surgem ao longo da década fortes grupos feministas temáticos, entre os quais se destacaram os que

---

<sup>89</sup> GOLDEMBERG, M. Op. Cit., p 40.

<sup>90</sup> Idem, p.41.

passaram a tratar da violência contra a mulher e da sua saúde. E em 1985 ocorreu uma vitória: a criação das delegacias policiais com atendimento específico às mulheres.<sup>91</sup>

É interessante observar que enquanto em outras cidades do Brasil nos anos 80 o feminismo está se articulando de maneira diferente, com a extinção de alguns grupos, inclusive, em Santa Catarina é na década de 80 que se formam os grupos feministas. É no início desta mesma década que a discussão feminista e sobre o feminismo passa a ter uma maior visibilidade neste estado. Embora de forma não tão expressiva quanto em outros lugares do país, Santa Catarina teve participação na construção da história do feminismo no Brasil, como passa a ser explicitado na continuação deste trabalho.

---

<sup>91</sup> Idem, p. 43.

**PARTE II:**  
**PERCORRENDO UM CAMINHO: MOVIMENTO FEMINISTA EM**  
**SANTA CATARINA**

**3.1 - Representações sobre o feminismo em Santa Catarina nas décadas de 60 e 70**

Enquanto em outros países ocorria divulgação e desenvolviam-se reflexões sobre a conquista de novos papéis sociais e políticos para as mulheres, no Brasil as possibilidades de discussão e luta estavam restringidas pelo regime ditatorial em que o país estava submetido. Embora considerado mais tardio em relação a outros países ocidentais, o feminismo no Brasil emerge ainda dentro do período da Ditadura.

O Movimento Feminista em Santa Catarina, surge mais tardiamente, se comparado ao feminismo de grandes centros como Rio e São Paulo. Mas não se deve, contudo, ignorar a importância deste Movimento aqui. Assim como no feminismo em geral, aqui também a militância se dá a partir da classe média. Mulheres intelectualizadas discutem, promovem e divulgam idéias que passam a ser aderidas mais tarde pela mídia e passadas a outras classes.

O “Movimento Feminista” foi amplamente divulgado no Brasil. Mas, de que maneira a imprensa catarinense o retratou? Nesta parte do trabalho aponta-se para este enfoque: como foi se constituindo uma história do Movimento Feminista em Santa Catarina ou, mais precisamente, como este Movimento foi sendo apropriado pela mídia impressa.

Isso não significa que através das páginas dos jornais seja possível traçar um retrato fiel do contexto de uma época. Os jornais, assim como as revistas, são representações do mundo social e correspondem a interesses dos grupos que os produzem e as percepções sociais, trazidas por eles, não podem ser vistas como discursos neutros. Mas, através das

notas, torna-se possível perceber as escolhas que estavam sendo feitas ou os assuntos e discussões que estavam sendo priorizados. Tem-se acesso também ao que estava sendo lido e divulgado em um determinado período de nossa história. Embora seja necessário ressaltar que todo o discurso é sempre susceptível de múltiplas leituras e o sujeito da recepção não é passivo, uma “folha em branco” onde as intenções do produtor são facilmente depositadas, ou registradas. Cada leitor faz sua apropriação e incute seus próprios conceitos e valores no que está sendo lido, como afirma Michel De Certeau: “O livro é um efeito (uma construção) do leitor. Este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventamos nos textos outra coisa que não aquilo que era a ‘intenção’ deles. (...) Combina seus fragmentos e cria algo não sabido no espaço organizado por sua capacidade de permitir uma pluralidade indefinida de significações”.<sup>92</sup>

Na década de 60, nas notas dos jornais locais, não se fala propriamente de um movimento organizado, não vemos a palavra feminismo sendo divulgada, mas em meados desta década, embora de forma sutil, se discute questões relativas à autonomia das mulheres, ou sua participação em assuntos que dizem respeito diretamente a elas. A emancipação feminina é abordada como algo dado, e são apresentados dados sobre a pílula anticoncepcional associando-a, ou discutindo sobre a liberdade das mulheres, mas dentro do contexto familiar, conforme podemos observar na nota abaixo, publicada no jornal O Estado em 1964:

A dinâmica social contemporânea, que se centraliza na industrialização, movimentação demográfica, elevação do padrão de vida e emancipação da mulher, tem nos levado cada vez mais a encarar e tentar ajudar na solução de problemas que até há alguns anos pertenciam exclusivamente ao mundo masculino. E é assim que a mulher é chamada a debater o problema do planejamento familiar, na tentativa de formá-la

---

<sup>92</sup> DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994, p. 272.

qualificativamente e não quantitativamente como antes. Esta atitude parece-nos tanto mais justa, quanto sabemos até onde, hoje repousa sobre a mulher a responsabilidade da formação moral, estudos e muitas vezes até a material dos filhos.(...) Com o desenvolvimento da ciência e tecnologia, novos sistemas foram oferecidos às famílias de todo o mundo, provocando controvérsias e curiosidade. O mais focalizado, ultimamente, de tais sistemas tem sido o vulgarmente conhecido como “pílulas miraculosas”, que nada mais é que simulação do estado gestacional com inibição da formação do óvulo feminino e, por conseqüência, a ampliação do período infecundo.<sup>93</sup>

Poucos dias após a notícia acima, outro artigo do mesmo periódico retorna ao tema das “pílulas milagrosas”, e também sobre as novas ‘dinâmicas, novo papel, novas atribuições, nova realidade’ dadas às mulheres, particularmente as casadas, na intenção da preservação e valorização da família. O conceito de família e os ‘anseios naturais’ da mulher ainda evocavam uma naturalização da função de mãe e esposa. Mas já se vislumbra uma transformação, visto que a notícia trata como fato dado a mulher estar ligada a tarefas extra-lar:

Já faz parte do passado o tempo em que a mulher casada dedicava-se unicamente ao cuidado do lar e da família. Hoje a emancipação feminina e a luta pela vida, solicitam a mulher para mil outros problemas aos quais ela não se pode recusar, pois fazem parte de seus deveres de cidadã. Como harmonizar então o mais sincero anseio da mulher: ser boa mãe, com suas novas obrigações?(...) Igreja, cientistas, autoridades são unânimes em apontar o planejamento da família como a solução ideal.(...) Recentemente os veículos brasileiros ocuparam-se com a descoberta de fermentos utilizados sob a forma de “pílulas miraculosas” (como apelidadas pela nossa imprensa) é apontada como a solução correta seja do ponto de vista científico, seja estético, seja moral - para a solução do problema. uma explicação franca junto ao médico da família é muito proveitosa.<sup>94</sup>

As notícias de jornais, ou outros veículos midiáticos, refletem o contexto de seu tempo. Na década de 60 em que é divulgada a pílula anticoncepcional e começa sua

<sup>93</sup> Problemas femininos se expandem: família. O Estado, Florianópolis, 21 fev. 1964, p. 2.

<sup>94</sup> Mulher cada vez mais solicitada. O Estado, Florianópolis, 06 mar. 1964, p. 2.

comercialização no Brasil, percebemos através de algumas notas, a preocupação das mulheres e as dúvidas sobre esta medicalização de seus corpos. As feministas brasileiras que conseguiram um espaço de atuação na década de 70, assumiam tardiamente uma luta que já começava na Europa e Estados Unidos no início da década de 60. Uma das reivindicações do movimento versa sobre o livre exercício da sexualidade, da reprodução e da contracepção, entendidos como extensão do direito à informação e ao acesso a métodos contraceptivos seguros.<sup>95</sup>

A desvinculação entre sexo e procriação, não poderia ser sequer pensado há algumas décadas devido a posição da Igreja Católica em relação à sexualidade, recriminando o ato sexual como forma de prazer, e pela inexistência de anticoncepcionais mais eficazes. Com o surgimento de contraceptivos orais à base de hormônios sintéticos, desenvolvidos em 1954, por Gregory Pincus e John Rock,<sup>96</sup> e popularizado a partir da década de 60, é que as mulheres puderam ter maior autonomia sobre seus corpos e sexualidade. A primeira pílula anticoncepcional chamada ENOVID, produzida pelo laboratório Searle, foi aprovada nos Estados Unidos pelo FDA – Food and Drug Administration, em 1960, e passou a ser comercializada no Brasil em 1962.<sup>97</sup> A pílula proporcionou um maior controle da escolha do momento da maternidade, se esta fosse desejada.

Buscando uma opção mais segura e que lhes trouxesse maior autonomia sobre seus corpos, as feministas defendiam a liberdade de escolha das mulheres e lutavam para que o

---

<sup>95</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é o Feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985, p. 50-60.

<sup>96</sup> GREER, Germaine. Sexo e Destino: A política da fertilidade humana. Rio de Janeiro: Rocco, 1987, p. 177.

<sup>97</sup> A velha pílula. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 maio 1972.

governo propiciasse informações sobre a contracepção e condições para que pudessem utilizar os meios adequados à elas, quando quisessem evitar uma gravidez, se quisessem.

Outro tópico constante da luta feminista refere-se a desnaturalização de características entendidas como eminentemente femininas. Há exemplos de artigos que falam sobre a naturalização de traços e emoções femininas. A divulgação na década de 60 de notícias sobre as mulheres estava voltada para essa valorização de características “genuinamente” femininas, onde as emoções são ressaltadas. Em um artigo de 1966, discutia-se, superficialmente, as vantagens e desvantagens de ser mulher, colocando que a melhor coisa de ser mulher é a possibilidade de ter o homem. Calma, frivolidade, intempestividade, segundo o artigo seriam naturalmente intrínsecos a cada mulher. Eis o artigo do jornal A nação de 1966:

É evidente que há desvantagem em ser mulher, mesmo no tempo de emancipação que hoje correm. (...) Apesar de tudo isso, há compensações. Imensas. A maior, a mais rica, a mais deliciosa de todas é naturalmente o homem. (...) A feminilidade está novamente em ascensão. Uma das alegrias de ser mulher de que nunca abdicamos é o direito de ser frívola. (...) Nossa superfície tempestuosa, com emoções que se agitam desordenadamente como ondas, esconde uma de nossas grandes vantagens – a calma profunda que as mulheres realmente femininas carregam com elas, e na qual outros vêm aquecer-se a convite. (...) Tudo bem pesado, creio que poderíamos ter pior destino do que o de pertencer ao segundo sexo.<sup>98</sup>

A forma preconceituosa que trata o artigo, reflete um dos entendimentos que encontrava grande eco na sociedade: a biologia como determinante das características dos sexos, não apenas físicas, mas comportamentais. Traços construídos culturalmente são vistos como inerentes aos seres humanos, criando padrões, definindo papéis de gênero e reforçando preconceitos. Este artigo traz também clara referência ao livro de Beauvoir, “O

---

<sup>98</sup> As vantagens de ser mulher. A Nação, Florianópolis, 23 mar. 1966, p. 2.

Segundo Sexo”, embora o articulista não tenha deixado claro se esta referência foi intencional ou apenas um termo incorporado na linguagem da época.

Em um artigo de meados da década de 60 do jornal A Nação, o feminismo é criticado como um dos maiores problemas sociológicos, pois desvirtuaria a mulher de seu posto natural e faria com que ela tivesse contato com vícios e atitudes anti-femininas. Mas o autor também defende um feminismo moderado, que segundo ele não tiraria das mulheres o amor por suas funções naturais, mesmo que estas viessem a manter outras atividades que não no lar. Neste texto encontramos uma crítica ao feminismo e outro exemplo de exaltação da naturalização:

...o feminismo é um dos mais cruciantes problemas da sociologia doméstica contemporânea...firmado este ponto de vista, examinemos outra face do problema: o trabalho feminino em regra geral é um mal por que afasta a mulher do posto que naturalmente lhes compete na engrenagem social: a direção do lar. (...) O feminismo integral leva a mulher a concorrer em todo o terreno com o homem (...) Fã-las perder o recato natural, ingressar nos vícios sociais do fumo, da bebida, etc. (...) O feminismo integral deve ser combatido, para o perfeito equilíbrio social. Mas há o feminismo moderado, (...) são as mulheres que não pretendem desbancar os homens, não se futilizam nem se masculinizam por uma posição social. Terminada essa tarefa voltam ao lar, e conservam por ele o mesmo amor de antes. Tal feminismo moderado é digno de todo o encorajamento sempre que necessário.<sup>99</sup>

No artigo acima, tanto o feminismo quanto o trabalho extra-lar feminino são apontados como causadores de vícios e como fatores de desequilíbrio da instituição familiar. O articulista defende claramente a dupla jornada de trabalho, uma das questões veementemente combatida pelo feminismo, que reivindica uma divisão de tarefas justa entre os sexos, combatendo a determinação de papéis de gênero. A dupla jornada é um exemplo de ontem que permanece nos dias de hoje para muitas mulheres. Isto demonstra

---

<sup>99</sup> BECKHAUSER, Adatao. A mulher na sociedade moderna. A Nação, Florianópolis, 08 maio 1965, p. 7.

que para se obter relações igualitárias, são necessárias mais que mudanças econômicas, é preciso que ocorram mudanças nas representações culturais.

Um aspecto importante que merece ser destacado são os mitos e estereótipos de longa duração que envolvem o termo feminismo. Esta designação esteve por muito tempo associada a conotações desqualificantes. Homens e mulheres que se assumissem como feministas enfrentavam dificuldades expressas pela ironia, pelo riso, pela piada ou pelo enfrentamento puro e simples de homens e mulheres desta sociedade. As feministas eram identificadas a masculinização, recebendo tratamento caricato. Rachel Soihet afirma que a busca pela emancipação feminina era vista pelos diversos setores da sociedade como uma ameaça à ordem estabelecida. E para desmoralizar essa luta e reforçar o mito de inferioridade e passividade das mulheres, expedientes como a ironia e a comédia eram correntemente utilizados. Nas charges e caricaturas, as feministas são apresentadas como feias e masculinizadas, como recurso para ridicularizá-las, e a essencialização dos papéis de gênero são sempre ressaltados na imprensa do século XIX e XX.<sup>100</sup> Seria interessante poder afirmar que tais desqualificações ficaram nos discursos do passado, infelizmente ainda há muito preconceito e desconhecimento do termo feminismo nos dias atuais.

Não tivemos oportunidade de auferir como estas notícias repercutiam entre as mulheres catarinenses, mas pudemos perceber como o feminismo estava sendo apropriado e divulgado pela imprensa local. Na década de 70 ainda estava em voga a discussão sobre o trabalho extra-lar da mulher. A questão de conciliar o trabalho com os “deveres” de mãe, esposa e dona-de-casa permeavam vários debates. Uma questão comum naquela época, eram empresas contratarem apenas mulheres solteiras, demitindo-as ao casarem. Um exemplo deste acontecimento é noticiado em 1972 pelo Jornal de Santa Catarina:

---

<sup>100</sup> SOIHET, Rachel. Pisando no “sexo frágil”. Nossa História. Ano I, nº 3, jan. 2004.

Brasília (AJB - JSC) Mais de 60 funcionárias da firma Audiplan foram demitidas por serem casadas. A alegação da firma é de que não dispõe de dinheiro para pagar salário família e licença para gestantes. (...) Em face da situação de desespero, algumas funcionárias tentaram comover os chefes, prometendo que não teriam filhos, mostrando inclusive envelopes de anticoncepcionais como prova, numa tentativa desesperada de conservar o emprego.<sup>101</sup>

O feminismo lutou contra este tipo de discriminação que suprime direitos e interfere na liberdade de escolha das mulheres. A essencialização de algumas características femininas e um enorme preconceito são evidenciados no artigo abaixo, escrito em 1973. A naturalização de algumas emoções e condutas como sendo inerentes ao sexo feminino, são utilizados para legitimar preconceitos e podar participações mais efetivas de mulheres, cerceando-lhes muitos de seus direitos.

BELO HORIZONTE (AJB - JSC) – (...) O juiz explica que não se trata de preconceitos (o fato de não serem escolhidas mulheres para o corpo de jurados em Belo horizonte), e sim de uma homenagem à mulher que, por sua delicadeza de espírito, não tem condições emocionais de suportar os debates que muitas vezes se prolongam noite adentro. Além disso, a mulher é um ser extremado e radicaliza tudo. Com ela não há meio termo, ou é ódio ou é amor. (...) Para o juiz Afonso Soares Ferreira, a mulher não deveria ser juiz de Direito, dadas as situações difíceis que é obrigada a enfrentar, principalmente quando dirige processo de estupro ou de sedução.<sup>102</sup>

Expedientes como o usado pelo juiz citado no texto acima, foram usados muitas vezes ao decorrer da história para justificar a manutenção de espaços masculinos. A naturalização de características como eminentemente femininas como a fragilidade e a docilidade, são usadas para legitimar ações machistas que marginalizavam mulheres e lhes negavam o direito à conquista de espaços. Roselane Neckel, em sua tese de doutoramento, ressalta que a independência financeira e a maior liberdade das mulheres inquietava

---

<sup>101</sup> Demissão em massa de mulheres casadas. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 06 abr. 1972, p. 06.

<sup>102</sup> O juiz e suas frágeis mineiras. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 04 jan. 1973, p. 07.

estudiosos, que recorriam à “natureza sensível” das mulheres para dissuadi-las de maiores exigências em nome da maternidade. Entretanto, as novas experiências vivenciadas por mulheres da classe média nas décadas de 60 e 70, “romperam com os limites da linha divisória entre os espaços de ação para homens e mulheres, quebrando representações de gênero constituídas cultural e politicamente em outras épocas”.<sup>103</sup> Atualmente as mulheres já realizaram grandes ganhos, se fazendo presentes em praticamente todas as áreas de atuação, ocupando novos espaços na sociedade brasileira e colocando em xeque representações correntes que remetiam à sua inferioridade em relação aos homens. Referenciando ainda, a nota de jornal supracitada, cabe destacar o grande número de mulheres atuantes das áreas jurídicas dos dias atuais.

Há a preocupação em perceber como as notícias sobre o feminismo são passadas à Santa Catarina. No texto abaixo, percebemos que há uma circularidade de informações e que os catarinenses têm acesso ao que está ocorrendo sobre o feminismo no resto do Brasil e também no mundo. É também uma demonstração da participação de feministas, e de um movimento ativo na sociedade, que está inserido em várias questões discutidas em âmbito público. Neste artigo do jornal O Estado de maio de 1973, entra em pauta um outro tema bastante relevante, questão defendida pela maioria das feministas – planejamento familiar. Estas feministas estão defendendo direitos iguais, onde homens e mulheres tenham o mesmo tratamento, seja nos direitos como nos deveres. O planejamento familiar está sendo visto como uma incumbência que deve ser dividida entre as famílias e o Estado.

As líderes feministas Romy Medeiros da Fonseca e Rose Marie Muraro aplaudiram ontem a notícia de que o Estado Maior das Forças Armadas está colocando em execução um dispositivo constitucional que exigirá da

---

<sup>103</sup> NECKEL, Roselane. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). 2004. Tese (Doutorado em História), PUC - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004, p. 59.

mulher e do eclesiástico a prestação do serviço militar. “Mas somos a favor do serviço que possa humanizar o desenvolvimento nada bélico”. Disseram elas que essa sugestão foi aprovada pelo Conselho Nacional de Mulheres e apresentada ao presidente Médice no ano passado, para que fosse criado um serviço civil feminino, que ajudaria o governo no esforço da alfabetização, Primeiros socorros e administração de creches a serem construídas.

(...)deve-se cuidar agora da fase desse processo “que é o do planejamento familiar – não controle da população, mostrando quantos filhos se deve ter, e principalmente quando eles devem nascer, e o da instalação de creches, que poderiam ser administradas gratuitamente por jovens de 18 a 21 anos que participassem desse serviço cívico feminino”.<sup>104</sup>

Considerando os jornais como instâncias de produção e de divulgação de enunciados, pode-se perceber os tipos de discursos que são autorizados. Através da nota supradita, evidencia-se que em meio ao contexto de Ditadura Militar, antes da instituição do Ano Internacional da Mulher, mulheres são chamadas feministas. A palavra ‘líderes’ denota certo conhecimento de feminismo como um movimento. Embora o assunto trazido à baila não tenha teor contestatório, o fato de estar sendo publicado pode ser entendido como uma conquista de espaço para divulgação.

A organização do feminismo em Santa Catarina foi mais tardia em relação a outros centros urbanos. Surgindo no início dos anos 80 a partir de discussões e espaços obtidos na Universidade e dentro de partidos políticos, inicialmente o PMDB. Uma das críticas ao feminismo catarinense o denomina como muito acadêmico ou institucionalizado. Para Clair Castilhos, embora tenha havido várias manifestações, principalmente comemorações do dia internacional da mulher, celebrado em oito de março: “Aqui em Santa Catarina é interessante, é um pouco diferente dos outros Estados. Primeiro que o movimento é muito institucionalizado, é muito dentro de partidos.”<sup>105</sup> Estas comemorações ganharam destaque nos jornais como a nota que segue sobre o ano de 1982:

<sup>104</sup> Feminista apóia serviço militar. *O Estado*, Florianópolis, 03 maio 1973, p. 5.

<sup>105</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

Aqui em Santa Catarina, uma série de eventos vão marcar a data, mas todos com um ponto em comum. Não esquecer nunca que o dia é para mostrar e fazer avançar as lutas desenvolvidas pelos diversos grupos feministas existentes no Estado. “Não queremos um dia festivo, queremos um dia de luta”, explica a líder feminista e vereadora (PMDB) Clair Castilhos, que hoje à tarde, juntamente com diversos grupos feministas catarinenses, vai lançar na Praça XV as bases para criação de um “Conselho Municipal da Condição Feminina”.<sup>106</sup>

Há uma espécie de disputa dentro do movimento feminista entre as ‘militantes’ e as ‘acadêmicas’. São críticas dirigidas às duas partes, pondo em oposição reflexão e ação. O que as diferencia? Quem disse isso? Como se construiu essa idéia de que as feministas acadêmicas não têm uma visão social? Ou que as militantes não refletem sobre as questões que permeiam o cotidiano das mulheres? Essa definição de espaços de intervenção aparece nas falas das depoentes.

Cabe deslindar a diferença entre feminismo e movimento feminista. Se entender como um sujeito feminista, ter uma postura contra ações discriminatórias, ser coerente com uma ideologia que lute contra preconceitos de gênero é uma questão individual. Desta forma o feminismo se fez presente há muito tempo no Brasil e mesmo em Santa Catarina. Mas uma coisa bem diferente são os movimentos organizados. Mulheres com objetivos comuns que passam a se reunir em determinado momento para discutir e lutar contra fatores que as discriminam enquanto sujeitos femininos. Esta passa a ser uma questão coletiva, e, nesta parte do trabalho pretende-se demonstrar a partir de que momento, mulheres que se entendem como sujeitos feministas, passam a se organizar como grupo em Santa Catarina.

---

<sup>106</sup> As Mulheres querem ocupar espaços. Não só no seu dia. O Estado, Florianópolis, 08 mar. 1985, p. 6.

Para trabalhar com o feminismo em Santa Catarina foi necessário recorrer às falas das próprias feministas. As entrevistas são fontes de suma importância, pois, através delas pode-se construir a História a partir das falas das pessoas que a vivenciaram. Pode-se acompanhar a constituição do movimento feminista e destes sujeitos feministas, através destas memórias. Segundo Montenegro:

A capacidade de narrar uma história, um fato, uma experiência ou mesmo um sentimento está associada a dois fatores: por um lado, à descrição dos detalhes dos elementos que são projetados, de forma tão rica que se assemelham a um quadro que vai sendo redesenhado à nossas vistas; por outro, à capacidade de recuperar o lado imaginário do que era vivenciado individual e coletivamente em relação ao acontecimento narrado.<sup>107</sup>

Trabalhar com a memória ou com documentos produzidos por ela, como as entrevistas, embute a necessidade de recorrer e circundar-se de trabalhos que tragam luz sobre o processo de composição das lembranças. Faz-se imperativo buscar as particularidades da memória em constituição, por vezes idealizada e idealizadora. Nas entrevistas pudemos perceber como as mulheres se constroem como sujeitos. Ao serem questionadas a partir de que momento se perceberam como feministas, várias delas afirmaram que sempre haviam sido, mesmo que não houvesse o conhecimento da palavra “feminista” designando um conjunto de atitudes e formas de pensar:

Olha, eu acho que a minha vida inteira eu já era feminista, só não sabia que o nome era esse...<sup>108</sup>

Então desde menina, nove dez anos, eu comecei a observar o quanto àquela sociedade era conservadora, tradicional e machista. As mulheres tinham atividades muito limitadas, eram essencialmente donas-de-casa, e até quando surgia alguma mulher que fosse ‘estranha no ninho’, com

---

<sup>107</sup> MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: Cultura Popular Revisitada. São Paulo: Contexto, 1994, p. 152.

<sup>108</sup> Entrevista com Vera Fermiano, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 22/05/2003.

padrões de comportamento um pouco diferente, as próprias mulheres as hostilizavam. Tudo isso me incomodava muito, desde cedo... É como eu te disse, eu sempre tive essas idéias... Nunca tive preconceito de dizer que era feminista.<sup>109</sup>

Bem, eu sempre fui feminista. Desde criança. E até achei estranho, no nosso I Fazendo Gênero, tinha uma mesa de mulheres feministas, elas chegaram contando a respeito de suas experiências no feminismo e até uma delas é minha amiga, Susana Funck. Bem, a Susana na mesa com outras pessoas, falou textualmente: ‘Nós que nos separamos na década de 60 e viramos feministas...’ Eu pensei, que engraçado, eu não virei feminista, eu sempre fui feminista. Desde criança eu fazia protestos, achava que os homens tinham privilégios, na cidade onde eu morava especialmente. Me revoltava um pouco o fato de ser menina e não poder fazer certas coisas que os meninos podiam fazer.<sup>110</sup>

Esses depoimentos devem ser problematizados e entendidos como resultados de construção de identidades. Elas se constroem como sujeitos “feministas”, recorrendo à infância para explicar sua identificação. Joana Pedro discutindo sobre a produção de subjetividades, versa sobre mulheres que se identificaram com o feminismo, “também pensado como pertencente a processos de produção subjetiva. Por sua vez, cada uma destas pessoas constituiu uma criação: apropriou-se dos componentes da subjetividade, produzindo singularidades”.<sup>111</sup> Mesmo com muitos elementos em comum nas trajetórias e nas falas destas feministas, cada uma delas tem um entendimento e uma significação própria dos fatos narrados. Cada uma produz sua subjetividade de forma muito peculiar. Conforme Gattari e Rolnik, a construção de subjetividades se dá a partir da interação com o social:

Seria conveniente dissociar radicalmente os conceitos de indivíduo e de subjetividade. Para mim, os indivíduos são o resultado de uma produção de massa. O indivíduo é serializado, registrado, modelado. (...) A

<sup>109</sup> Entrevista com Neusa Dias, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 21/05/2003.

<sup>110</sup> Entrevista com Mara Lago, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 30/07/03.

<sup>111</sup> PEDRO, Joana Maria. O gênero de uma geração: identificação com o feminismo no período da Ditadura militar. In: MOTTA, Alda Britto; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia (Orgs). Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA, 2005, p. 32.

subjetividade não é passível de totalização ou de centralização no indivíduo. Uma coisa é a individuação do corpo. Outra é a multiplicidade dos agenciamentos da subjetivação: a subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro do social.

(...) A subjetividade está em circulação nos conjuntos sociais de diferentes tamanhos: ela é essencialmente social, e assumida e vivida por indivíduos em suas existências particulares.<sup>112</sup>

As memórias de cada indivíduo vêm marcadas com as experiências vivenciadas. Nada é esquecido ou lembrado ao acaso. A própria fala, ou narrativa do entrevistado é uma construção baseada nos valores do presente. O passado forja-se a partir das concepções do presente. O movimento de lembrar e esquecer está diretamente ligado às necessidades e aos desejos atuais daquele que está narrando, condicionado ao pensamento histórico ‘dominante’ ou que está em ascensão.<sup>113</sup>

Ainda nesta perspectiva de construção de subjetividades, é importante salientar que as feministas brasileiras, as catarinenses inclusive, tiveram acesso às obras de referência do feminismo estrangeiro. Livros como “Mística Feminina”, de Friedan e “O Segundo Sexo”, de Beauvoir, são citados nas entrevistas. As impressões sobre as leituras são muito díspares e apropriadas de maneiras muito singulares. Para Teresa Sell, foi através do livro de Friedan que ela pôde ter maior conhecimento sobre o feminismo e assimilar melhor os acontecimentos da época: “Então a consciência disso tudo me veio melhor com o livro da Betty Friedan, ‘Mística Feminina’. Foi mais ou menos em 73. A queima dos sutiens que foi aquele escândalo todo, mas a gente já estava entranhada nesse processo de perceber que é uma atitude de mulher que tem identidade própria e que não está vinculada à atitude do homem”<sup>114</sup>. Para Eglê Malheiros, “O Segundo Sexo”, tem uma importância singular como

<sup>112</sup> GATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996. p.33. Apud: PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. Sujeito e laço social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000, p. 35 e 36.

<sup>113</sup> CHARTIER, Roger. A História Cultural entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1988.

<sup>114</sup> Entrevista com Teresa Sell, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 13/07/2003.

atividade precursora do feminismo. Esta informação é explicitada por ela da seguinte maneira: “É bom a gente falar das atividades precursoras, ainda antes de 64 o livro da Simone de Beauvoir foi um livro importantíssimo, ‘O Segundo Sexo’. Eu recebi o livro em francês e li. Às vezes a gente estava em um grupo de amigos e um amigo dizia, não deixa a Eglê sozinha com as mulheres, por que ela vai colocar caraminholas na cabeça delas”<sup>115</sup>. Já no depoimento de Maria Amélia Dickie, o livro de Simone de Beauvoir foi uma leitura muito difícil, que ao mesmo tempo em que a fascinava, a agredia: “eu me via obrigada a refletir sobre coisas que me machucavam, que pra mim eram muito difíceis. Eu só consegui realmente parar pra pensar sobre isso, quando eu pude encontrar interlocutoras que também estariam falando no plano teórico”<sup>116</sup>.

Ao serem convidadas a nomear suas leituras e ponderar sobre elas, as entrevistadas estão resignificando seu passado e seu conhecimento a partir de suas concepções do presente. As falas devem ser observadas com desconfiança, não como falsas, mas como construções que selecionam o que é considerado mais importante. O sentido dado ao texto é uma construção subjetiva e todo o discurso é sempre susceptível de múltiplas leituras. Conforme Chartier: “Do mesmo conjunto de textos, com efeito, várias leituras podem ser propostas, e nenhuma delas pode pretender esgotar a totalidade de suas compreensões possíveis”<sup>117</sup>.

Para se escrever a história, uma das coisas a se levar em grande consideração é o momento em que se está pesquisando. O contexto forma e é formado pelos conflitos e acontecimentos que emergem à sua volta. Não se deve imaginar uma linha coesa entre o

---

<sup>115</sup> Entrevista com Eglê Malheiros, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 17/06/2003.

<sup>116</sup> Entrevista com a Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

<sup>117</sup> CHARTIER, Roger. Leituras e leitores na França do antigo regime. São Paulo : Editora UNESP, 2004, p. 381

tempo e o objeto de pesquisa, pois a construção da história se dá através de rupturas e permanências.

Em meados da década de 60, a agitação política e social tomava conta do país. Tanto os grupos de esquerda quanto de direita radicalizavam suas posições. No dia 31 de março de 1964, dava-se a rebelião das forças armadas contra o governo de João Goulart, este, sem condições de resistir ao golpe, deixou Brasília em 1º de Abril e exilou-se no Uruguai. Iniciou-se assim o Regime ditatorial, que por 21 anos deixou o país sob a dominação dos militares. A Ditadura foi marcada pela perseguição, pela tortura, por mortes e desaparecimentos. O direito ao voto foi cassado. Foram sucessões de atos institucionais, atos complementares, leis de segurança nacional e decretos-lei. Um regime forte, destinado a conservar a ordem, entendendo como desordem qualquer manifestação de opinião contrária à sua.<sup>118</sup>

Como resposta à Ditadura e em luta para que os brasileiros exilados pudessem ter devolvida a sua cidadania, em 1975, foi organizado o Movimento Feminino pela Anistia. Coordenado nacionalmente por Teresinha Zerbini, esposa de um militar deposto pelo regime militar, este movimento tinha o propósito de mobilizar a opinião pública contra as arbitrariedades do governo militar. Esposas, mães, filhas e companheiras saíam às ruas para denunciar prisões, assassinatos, torturas e desaparecimento dos atingidos pela repressão. Foram criados núcleos deste movimento em vários estados do país, incluindo aqui Florianópolis, onde teve uma atuação relativamente forte. Como estratégia de ação as militantes se utilizavam de estereótipos de gênero para manutenção do espaço de discussão. O mito da fragilidade e do sentimento maternal como características naturais do sexo feminino eram recorridos como táticas de luta. Cleide Albuquerque refere-se ao uso destas

---

<sup>118</sup> COTRIM, Gilberto. História e Consciência do Brasil. 2 Ed. São Paulo : Ed. Saraiva, 1995.

práticas: “A gente discutia muito se tinha que ser só pelo feminino. Diziam que politicamente era melhor, amolecia, por que se tivessem homens junto, as autoridades, os militares não seriam amolecidos pelas mulheres. Que elas dariam esse tom de mãezinha, de menina boazinha, que não assustaria os militares. Eu nunca achei que isso era legal”.<sup>119</sup>

Trata-se de uma estratégia e negociação para a conquista de espaço. A utilização destas táticas para ampliar discussões e conquistar ‘campo’ foi muito corrente durante todo o período de Ditadura. Um exemplo do emprego destes mecanismos para burlar regras e para a obtenção de direitos, com êxito inclusive, se deu na Argentina. Neste país, durante o regime ditatorial implantado em 1976, houve dura repressão e utilização de métodos como seqüestro, tortura e desaparecimento de pessoas. Em 28 de abril de 1977, uma quinta-feira, surge o grupo de mães da praça de maio. Eram mulheres que em busca de notícias de seus filhos desaparecidos, iam conhecendo umas as outras e notando semelhanças entre seus casos; mães que passavam pela mesma situação. Decidiram manifestar-se em frente à sede do governo, a Casa Rosada, esperando uma resposta às suas petições, mas já sabendo que pelo estado de sítio vigente, ficava proibido o direito a reuniões. Nesse momento eram 14 mães, que foram dispersadas pacificamente pela polícia. No entanto, elas já haviam combinado de reunirem-se todas as quintas-feiras às 5 horas da tarde naquele mesmo local. Em outubro já eram aproximadamente 800 mães a reunirem-se na praça de maio todas as quintas-feiras. Elas fizeram sua luta tornar-se conhecida nacional e internacionalmente, angariando apoio por todo o mundo. Enquanto o governo e a própria sociedade as considerava fracas ou sem importância, por serem mulheres, elas foram tomando um espaço para suas reivindicações e conquistando legitimidade e apoio para sua luta. Conforme afirma Piera Paula Oria:

---

<sup>119</sup> Entrevista com Cleide Albuquerque, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 13/06/2003.

(...) essa situação de menosprezo e subestimação que a sociedade mostrou diante destas mulheres, concomitante com o mito de mãe (madre), tão forte e arraigados na nossa cultura ocidental e cristã, estas foram circunstâncias que as forneceram, deixando pouco tempo e espaço que elas souberam aproveitar. Quando os militares se sentiram incomodados pelas suas reivindicações e a sociedade ficou impactada com as denúncias, já era tarde para os inimigos: o drama já era conhecido nacional e internacionalmente.<sup>120</sup>

No Brasil, conforme as próprias entrevistadas, acontecia algo parecido com o feminismo. Em meio a um governo ditatorial, esta tática foi utilizada pelo feminismo, que aliava-se em determinados momentos e de certa maneira à Igreja para não ter problemas com o regime vigente. Com 1975 sendo instituído pela ONU como Ano Internacional da Mulher, concede-se ao feminismo a possibilidade de abertura de espaços de discussão. Muitos outros grupos, com outros objetivos inclusive, aproveitaram os espaços criados pelo feminismo para reunirem-se.

Em todo o país ocorriam censuras, perseguições e aprisionamentos. A prisão era uma possibilidade permanente para os militantes das organizações de esquerda. Em Santa Catarina as prisões aconteceram em 1975: “aqui, se não me engano, foram 35 prisões, 35 presos, quase todos professores da Universidade, estudantes, trabalhadores. Em Criciúma tinha um pessoal que trabalhava no carvão. Era tudo uma coisa muito escondida, camuflada”.<sup>121</sup> Esse acontecimento aqui em Santa Catarina foi denominado “Operação Barriga Verde”.

A “Operação Barriga Verde” foi uma manobra política que tinha por objetivo procurar subversivos ou inimigos do estado militarizado, realizada em novembro de 1975. Deu-se sob o governo do General Ernesto Geisel, que havia assumido em 1974, com o

---

<sup>120</sup> ORIA, Piera Paola. Mães e avós da praça de maio: símbolos de dignidade humana. P.179-189. In: Revista de Ciências Sociais. Vol 1, n.1. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1986.

<sup>121</sup> Entrevista com Marise Maravalhas, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 08/08/03.

projeto político da “Distensão”: proporcionar a abertura política do país, liberalizando aos poucos o regime ditatorial. Mas havia duas forças antagônicas dentro das forças armadas: os chamados “castelistas”, que apoiavam a distensão e os “linha-dura”, que eram contrários à abertura política. Conforme Jaci Vieira, os comunistas sempre foram considerados como inimigos do Exército e sempre estiveram nos discursos destes. Ainda segundo este autor, os militantes e simpatizantes do Partido Comunista Brasileiro – PCB eram usados como bodes-expiatórios nos projetos políticos dos “linha-dura”.<sup>122</sup>

A “Operação Barriga Verde” teve sua preparação em São Paulo e principalmente Curitiba, quando o catarinense Wladimir Amarante, que pertencia ao partido comunista em Santa Catarina e que também era membro da Juventude do Movimento Democrático Brasileiro (JMDB), foi preso sob a acusação de participação em reuniões clandestinas e por distribuição de material político subversivo.<sup>123</sup>

Através da tortura utilizada contra Wladimir Amarante, os órgãos de repressão conseguiram nomes e endereços de militantes e simpatizantes catarinenses que faziam oposição ao regime militar. Os órgãos repressores realizaram uma investigação durante cinco meses, que desencadearam em 4 de novembro de 1975 a “Operação Barriga Verde”: as primeiras prisões em vários municípios de Santa Catarina tais como Florianópolis, Criciúma, , Itajaí, Blumenau e Joinville. Não havia mandados de busca e apreensão pelos órgãos responsáveis. O respaldo utilizado para a realização destas prisões era o Ato Institucional nº 5, AI-5, instalado pelo governo Costa e Silva, que visava proibir atividades e manifestações sobre assuntos políticos. Os aprisionamentos foram realizados quase que

---

<sup>122</sup> VIEIRA, Jaci Guilherme. Historia do PCB em Santa Catarina- da sua gênese até a operação Barriga Verde- 1922 a 1975. 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994, p. 53-71.

<sup>123</sup> Idem, p. 58.

simultaneamente, com a diferença máxima de dois dias entre o primeiro, impossibilitando a comunicação entre os perseguidos.<sup>124</sup>

Depois de presos os militantes e simpatizantes do PCB de Santa Catarina foram enviados ao Comando da 5ª Região Militar, em Curitiba, para serem interrogados e julgados, onde passaram por violência física e psicológica. Somente em 15 de novembro o 5º Comando apresentou um comunicado onde noticiava que algumas pessoas estavam sendo presas para “desfazer” a trama comunista subversiva. Os meios de comunicação eram constantemente supervisionados pelos órgãos repressores que determinavam o que poderia ou não ser divulgado.<sup>125</sup>

Dos 42<sup>126</sup> implicados na “Operação Barriga Verde”, 38 tiveram decretada prisão preventiva e 4 foram liberados em seguida. Iniciou-se um longo processo que para alguns demorou 4 anos para ser concluído. O julgamento aconteceu em 10 de fevereiro de 1978, quando a 5ª Circunscrição Judiciária Militar absolveu 26 dos 42 envolvidos na tentativa de reorganização do PCB em Santa Catarina, condenando 16 a cumprir pena de 2 a 4 anos.<sup>127</sup>

Mas em vários outros pontos do país estavam ocorrendo as prisões por “ideais”. Então, algumas mulheres ligadas aos presos políticos catarinenses foram a São Paulo em busca de ajuda no Movimento Feminino pela Anistia. Após esse episódio, essas mulheres, mais ou menos em torno de 10, criaram aqui em Santa Catarina o núcleo do Movimento Feminino pela Anistia, porém, vinculado a São Paulo. As reuniões se davam em uma sala alugada no centro da cidade, que era a sede do movimento. Segundo Marise Maravalhas,

---

<sup>124</sup> VIEIRA, J. G. Op. Cit., p. 59-61.

<sup>125</sup> Idem, p. 62-63.

<sup>126</sup> A relação dos nomes dos presos políticos encontra-se em: VIEIRA, J. G. Op. Cit., p. 67.

<sup>127</sup> VIEIRA, J. G. Op. Cit., p. 69-74.

“a Anistia foi dada e o grupo se extinguiu”.<sup>128</sup> Era tudo muito hierarquizado e a postura tradicional e conservadora da Teresinha Zerbini, era criticada e questionada por muitas das mulheres. Este movimento foi considerado por algumas das entrevistadas, como de grande relevância para Florianópolis: “O Movimento Feminino pela Anistia aqui em Florianópolis foi precursor de outros movimentos de massa. Acho que o Movimento Feminino pela Anistia foi mais importante aqui em Florianópolis, teve mais peso, nessa época, do que qualquer grupo de mulheres”.<sup>129</sup> Este movimento teve certa repercussão na sociedade, sendo inclusive noticiada uma das suas atividades:

Hoje é o Dia Internacional da Mulher. E o Movimento Feminino pela Anistia realiza às 20 horas, na Assembléia Legislativa uma palestra sobre “O trabalho da mulher no Brasil”, com a advogada Marly Cardone, professora da Universidade de São Paulo e Universidade do Rio de Janeiro. Marly tem inúmeros trabalhos já publicados em revistas sobre assuntos trabalhistas e principalmente ao que se refere à mulher brasileira.<sup>130</sup>

Na construção das trajetórias individuais, múltiplas relações e identificações fizeram-se presentes em várias das falas. Um exemplo é a atuação no campo da esquerda e a luta contra a Ditadura. Muitas entrevistadas participaram do Movimento Feminino pela Anistia – MFA de Florianópolis.

Como o feminismo de “Segunda Onda” no Brasil surge na década de 70, mas aflora de forma mais significativa em 1975, com o Ano Internacional da Mulher, instituído pela ONU, ele não enfrentou a parte mais repressora da Ditadura. Nessa época já eram soprados os primeiros ares de uma abertura, a repressão já era um pouco mais amena. Embora mais sutil, o controle ainda estava vigente. Portanto, todo um cuidado ainda se fazia necessário.

---

<sup>128</sup> Idem.

<sup>129</sup> Entrevista com Regina Lisboa, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 08/08/03.

<sup>130</sup> Movimento pela Anistia faz palestra no dia da mulher. A Gazeta, Florianópolis, 08 mar. 1978, p. 1.

Questionadas sobre a influência do regime ditatorial no feminismo catarinense, quase todas as entrevistadas responderam que não houve impedimento por parte da Ditadura. Ao contrário, justamente por haver dificuldade de discussão de outras questões, as mulheres se voltaram a buscar seu espaço, como se a Ditadura houvesse aberto brechas permitindo que várias questões fossem levantadas, dentre elas o feminismo: “Quando a Ditadura foi ficando mais enfraquecida, ou sem tanto apoio, embora muitas vezes com uma sanha muito grande ainda, mas quando há aquela abertura lenta, gradual etc, as pessoas que queriam ter uma atividade política e ampliar a abertura, digamos assim, elas vão pra vários caminhos, e um desses é o movimento feminista”.<sup>131</sup>

É preciso esclarecer que o feminismo em Santa Catarina como um movimento organizado surge num período de destensionamento do regime ditatorial. Portanto a repressão é bem mais amena. Cabe deslindar também, que muitas feministas utilizaram os estereótipos de gênero como forma de manutenção de espaços. Enquanto a ditadura as visse através destes estereótipos, as mulheres poderiam se organizar e refletir tanto sobre questões de cunho social como individual.

Segundo as entrevistas, havia um certo descaso em relação a grupos de mulheres, vistos como “inofensivos”. Na fala de Vera Fermiano, a Ditadura ignorou completamente o movimento de mulheres, por não o entenderem como um movimento político, “achavam que era um bando de mulherzinhas batendo em panelas, reclamando de preço alto, e dentro disso, o movimento de mulheres foi se ampliando. Num primeiro momento a mulherada foi pras ruas reivindicar liberdade, não tortura, toda essa coisa. Isso não perturba a ordem social, isso não é político. Essa era a visão deles... E a mulherada aproveitou”.<sup>132</sup>

---

<sup>131</sup> Entrevista com Eglê malheiros, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 17/06/2003.

<sup>132</sup> Entrevista com Vera Fermiano, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 22/05/2003.

Este mesmo enfoque sobre como a Ditadura pensava o feminismo é dado por Cleide Albuquerque, onde grupos de mulheres ou o próprio feminismo, não eram vistos como políticos. A repressão se dava principalmente contra os que estivessem combatendo diretamente a política oficial, partidária e o discurso econômico. Os grupos não políticos, no sentido tradicional, teriam maior facilidade em se organizar. Isto é explicitado através de suas palavras: “tu não eras preso por ser do movimento feminista ou do movimento negro, ou homossexual. Eu acho que a Ditadura obrigou a se abrirem outras brechas e de uma maneira indireta ela foi minada por eles mesmos. Então esses discursos não econômicos, não políticos, no sentido tradicional, começaram a se organizar. Isso no Brasil inteiro”.<sup>133</sup>

O espaço dado a discussões sobre questões especificamente femininas era usado para discussões políticas, já que as mulheres não sofriam uma repressão direta: “Por que justamente a Ditadura proibiu outros tipos de discussão, e em 1975 a ONU decretou o Ano Internacional das Mulheres, a gente aproveitava as discussões sobre mulher pra discutir política, toda a discriminação”.<sup>134</sup>

Interessante observar que nas falas não se denota uma preocupação com a Ditadura em relação ao feminismo. Entretanto outros textos nos apontam que havia sério controle pelos órgãos de repressão a qualquer grupo, inclusive de mulheres. Segundo Joana Pedro, o feminismo foi identificado em muitos momentos com o comunismo pelos governantes da Ditadura.<sup>135</sup>

Na fala de várias das entrevistadas, por vezes parece claro que a Ditadura, nesse momento, prejudicou movimentos sociais no geral, mas de certa forma “contribuiu” para o

---

<sup>133</sup> Entrevista com Cleide Albuquerque, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 13/06/2003.

<sup>134</sup> Entrevista com Maria Inês Paulilo, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 18/08/03.

<sup>135</sup> PEDRO, Joana Maria. O gênero de uma geração: identificação com o feminismo no período da Ditadura militar. In: MOTTA, Alda Britto; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia (Orgs). Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA, 2005, p. 34.

feminismo especificamente: “Acho que a Ditadura ajudou, deu força. Na medida em que havia certas atividades políticas que estavam restritas, se procuravam outros canais de participação. Eu acho que isso foi importante para dar força ao movimento feminista no início”.<sup>136</sup>

Para Clair Castilhos, a Ditadura dificultou a organização de movimentos como um todo, mas não impossibilitou uma interlocução com o movimento de mulheres, pois o próprio machismo dos militares entendia que os cuidados com os homens, no caso os presos e exilados, era função das mulheres. Grupos de mães e esposas eram mais facilmente tolerados do que quaisquer outras organizações com caráter minimamente mais político. A Ditadura, para Clair não trouxe nem prejuízo específico e nem favorecimento para o movimento feminista. Em seu entendimento, quando começou a se falar mais intensamente sobre feminismo no Brasil, em 1975 em diante, a Ditadura Militar já estava entrando em declínio devido à derrocada econômica após o ‘fim do milagre’.<sup>137</sup>

Em algumas falas, a luta contra o regime ditatorial é vista como um ‘despertar’ da consciência, abrindo possibilidades para a reflexão de outras questões pertinentes ao contexto social, como fica explicitado na fala de Mara Lago: “Eu acho que a Ditadura prejudicou todos os movimentos, mas ao mesmo tempo conscientizou também. A gente teve que lutar contra, e ficou mais atento a algumas coisas”.<sup>138</sup>

Já a Professora Maria Amélia, não entendia as discussões feministas como ameaçadoras da ordem vigente, mas como uma desconstrução de paradigmas; uma transformação com viés mais intimista, com a modificação de conceitos arraigados: “Não

---

<sup>136</sup> Entrevista com a Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

<sup>137</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

<sup>138</sup> Entrevista com Mara Lago, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 30/07/03.

me parecia que eu estivesse ameaçando a ordem estabelecida pelos militares. Eu estava ameaçando uma outra ordem, muito mais profundamente inculcada na gente.”<sup>139</sup>

Eglê Malheiros narra um episódio interessantíssimo ocorrido no início da retomada do feminismo aqui no Brasil. Ainda no período de Ditadura Militar as mulheres tiveram um espaço para levantar questões específicas e instigar outras mulheres. Percebe-se através da narrativa, o anseio, a avidez com que muitas mulheres aproveitaram esse espaço. Como se os grilhões dos preconceitos, das normas sociais, das posturas estereotipadas estivessem sendo rompidos gerando uma liberdade e uma leveza tão esperada. Como se naquele momento a vigilância e os olhares de censura não estivessem sobre elas, ou não lhes importasse. Um aguardado rompimento de padrões.

Eu ainda estava no Rio quando a Heloneida Studart e outras, fizeram no teatro da Lagoa se não me engano, um espetáculo chamado **Só para Mulheres**. Eram discussões, músicas, cantos, uma espécie de revista teatral, em que só podia entrar mulher. E teve um êxito enorme, encheu a sala. Eu fui a uma matinê e estava lotada. Era curioso por que a platéia parecia estar em uma panela de pressão e que tinham aberto. Então tinha desde assuntos realmente sérios e pertinentes, até anedotas meio licenciosas, que não se pensaria naquela época que uma mulher contasse uma anedota daquela, mas como se estava entre amigas... E a curiosidade dos homens era enorme, queriam saber do que é que se falava, então eu achava mais interessante do que era dito no palco era a reação das mulheres da platéia. Coisas que hoje são corriqueiras. Foi um momento de rompimento, a questão feminista foi jogada pra rua. Deixou de ser pequenos grupos. Então aonde você ia, jantar, peça de teatro, cinema, estava se discutindo essa questão. É feminista não é, ou se é assim então deve ser sapatão, ou eu sou feminista mas meu marido não vai querer que eu diga isso. E às vezes, certas mulheres que você considerava conservadoras, reacionárias, de repente estavam apoiando. Isso deve ter sido em 75, 76, por aí.<sup>140</sup>

Eglê estava se referindo na verdade ao espetáculo intitulado **Homem não entra**, que estreou no início do ano de 1975. A peça teatral produzida e protagonizada pela atriz

<sup>139</sup> Entrevista com a Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

<sup>140</sup> Entrevista com Eglê Malheiros, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 17/06/2003.

Cidinha Campos, foi escrita por duas feministas de renome: Rose Marie Muraro e Heloneida Studart. Esta peça tinha um importante diferencial: a entrada do público masculino era terminantemente proibida. A dinâmica proposta era de interação com o público presente em uma estrutura descentralizada, onde a ação se dava na platéia. Em clima de descontração, as mulheres eram convidadas a falar sobre diversos temas, opinarem sobre questões relativas a elas e se expressarem da forma que melhor lhes aprouvesse. Mas com menos de um ano de encenação, **Homem não entra** começa a enfrentar sérios problemas com a censura federal, o que culminou na suspensão da peça poucos meses depois.<sup>141</sup>

A Ditadura influenciou o feminismo, mesmo que indiretamente, de diversas maneiras. Cabe destacar o bipartidarismo, que uniu todas as questões de oposição sob um único ‘teto’: o PMDB. Em 1965, ainda no início da Ditadura, foram realizadas eleições para os governos estaduais. Como as oposições ao regime haviam conseguido vitórias expressivas, o governo federal decidiu tomar medidas repressoras. Foi decretado então o Ato Institucional nº 2 que além de atribuir mais poder para o presidente cassar mandatos e direitos políticos, extinguiu todos os partidos políticos existentes e criava apenas dois: a Aliança Renovadora Nacional – ARENA, para apoiar o governo e o Movimento Democrático Brasileiro – MDB, para fazer uma oposição moderada.

Através das entrevistas com mulheres que participaram de movimentos feministas em Santa Catarina, como também através da leitura de jornais locais, o objetivo foi perceber de que forma se deram as discussões feministas nas décadas de 1960 e 1970. Priorizando ainda, em meio ao período da repressão da ditadura militar, como as mulheres

---

<sup>141</sup> JACOMEL, Gabriel Felipe. Homem não entra! Um feminismo brasileiro vai aos palcos. Monografia do Curso de História. Universidade Federal de Santa Catarina. Novembro, 2005.

se construíram como sujeitos históricos, participando de uma trajetória de lutas, buscando autonomia e liberdade.

### 3.2 - Um movimento: construção de um feminismo catarinense na década de 80

No Brasil, o final da década de 1970 e início de 1980 está sendo vivenciando um período de distensionamento do regime militar. Este é também um período problemático para a economia do país, onde o inconformismo da população cresce conjuntamente aos freqüentes aumentos de preço em meio ao arrocho salarial.

Em Santa Catarina, estava sendo organizada pelo Governador Jorge Bornhauser, este nomeado pela Ditadura para o período de 1979-1982, a recepção ao então Presidente João Figueiredo para 30 de novembro de 1979. Mas a visita não teve o fim desejado. Inconformados com a Ditadura e com a situação econômica do país, estudantes da UFSC ligados ao Diretório Central dos Estudantes - DCE – produzem uma “carta à população”, denunciando as arbitrariedades. Duas mil cópias desta carta protesto foram entregues com a ajuda de populares, inclusive. Na Praça XV de Novembro, em frente ao palácio do Governo, atual palácio Cruz e Souza, onde Figueiredo discursaria, estudantes da UFSC em meio à multidão, protestavam com cartazes e com palavras de ordem. Enfurecido, o presidente desceu até à multidão para tomar satisfação. Em meio ao tumulto, sete estudantes universitários foram presos enquadrados na Lei de Segurança Nacional, mas em seu julgamento realizado em fevereiro de 1981 foram absolvidos por insuficiência de provas. Este episódio ficou conhecido como Novembrada e é considerado por muitos autores como importante fato colaborador para o início do processo de redemocratização.<sup>142</sup>

Em 1979, quando Jorge Bornhauser, indicado pela Ditadura, assumiu o governo catarinense, já estava em andamento uma experiência de administração municipal diferente, renovadora e oposicionista em Lages. Dirceu Carneiro havia saído candidato a prefeito nas

---

<sup>142</sup> AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense : da guerra aos 'Fanáticos' do Contestado à 'Opção pelos Pequenos'. 1991. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991, p. 23-24.

eleições de 1976 para aquela cidade, e obteve mais votos que a soma de seus quatro opositores. Eleito pelo voto direto para a Prefeitura de Lages, no período 1977-1982 pelo MDB, desenvolvia um trabalho com forte ressonância popular, com ações inovadoras e vários projetos especiais, procurando mobilizar o povo pra solucionar os problemas da região. Contudo, se presenciava por parte do governador do estado, aliado ao boicote da imprensa estadual, a tentativa de dificultar o máximo que pudesse a administração lageana. Bornhauser estava preparando seu secretário de Transporte, Espiridião Amim, para ser o próximo candidato ‘oligarca’ nas eleições diretas de 1982.<sup>143</sup>

Os Anos 80 foram marcados pelo surgimento e pelo avanço de diversos movimentos populares, tanto em áreas urbanas quanto rurais, ligados a fortes transformações. No início desta década foi conquistado o direito a eleições diretas para governador do Estado, direito este, que seria restabelecido no pleito eleitoral de 1982. Os três governantes anteriores haviam sido nomeados pela Ditadura Militar, todos provenientes da oligarquia catarinense, da qual Amin é afilhado político. Marli Auras, sobre a candidatura de Espiridião Amim, afirma que com eloqüente discurso e sua estratégia política da “carta aos catarinenses”, que buscava expressar a “opção pelos pequenos”, Amim lança-se candidato “à condição de testa-de-ferro dos interesses dos grandes grupos econômicos, do conservadorismo político, agora travestido de ‘social’”.<sup>144</sup>

As eleições de 1982 foram polarizadas entre PDS e PMDB. Amim foi candidato das forças conservadoras catarinenses para o governo do Estado. Espiridião, pelo PDS concorreu com Jaison Barreto, do PMDB, um opositor comprometido com as lutas populares, destemido defensor do Estado de Direito. Dentro do PMDB havia uma disputa

---

<sup>143</sup> AURAS, M. Op. Cit., p. 48-64.

<sup>144</sup> Idem, p. 301.

interna entre a direita (que apoiava Pedro Ivo Campos) e a esquerda (que apoiava Jaison Barreto). Mas a ala esquerda saiu vitoriosa com Jaison sendo lançado oficialmente como candidato. Segundo Auras, “um dos candidatos a governo do Estado mais avançados dentre os que o PMDB lançou naquele ano. Pedro Ivo Campos saiu candidato ao senado”. Jaison Barreto era um dos mais aguerridos adversários da política econômica da ditadura militar. Sempre em defesa do estado de Direito. Foi um dos principais defensores dos estudantes presos na ocasião da Novembrada.<sup>145</sup>

Entretanto, é fundamental frisar que a disputa entre os candidatos não foi leal. De acordo com Auras, “Os principais veículos de formação da opinião pública catarinense atuam como elos de manutenção e fortalecimento da corrente oligarca”: os principais jornais catarinenses eram de propriedade de pessoas vinculadas ao PDS, “tratavam de modo diferenciado as candidaturas de Amim e Jaison, não poupando modos de desqualificar o candidato oposicionista e seu partido, enquanto teciam loas ao candidato pedessista e seu partido”. A máquina governamental foi posta para trabalhar de modo escancarado, a favor da candidatura de Amim.<sup>146</sup>

Ao final das eleições o PDS elege Espiridião Amim como Governador de Santa Catarina e Jorge Bornhauser como senador, mas não com a propalada diferença porcentual que as pesquisas estavam divulgando através da mídia. A diferença de números de votos entre os candidatos foi extremamente pequena. Amim ganhou com 45, 75% contra 45, 06% de Jaison Barreto e para o senado Bornhauser com 44, 56% contra o peemedebista Pedro Ivo Campos com 44, 48%.<sup>147</sup>

---

<sup>145</sup> AURAS, M. Op. Cit., p. 83.

<sup>146</sup> Idem, p. 86-87.

<sup>147</sup> AURAS, M. Op. Cit., p. 91.

O ano de 1982 foi politicamente marcado pelas eleições que significaram transformações bastante amplas no poder executivo e nos parlamentos estaduais e municipais. Um ano eleitoral desta magnitude depois de tanto tempo de suspensão de participação eleitoral, influencia as posições e opiniões nos meios políticos e repercute na opinião pública mais ampla. Em 1982, sob bandeira feminista, Clair Castilhos se elege a primeira vereadora do município de Florianópolis.

### **Amálgama e Vivências**

A mobilização de mulheres em torno de discussões que visavam refletir sua situação na sociedade se tornou cada vez maior a partir da década de sessenta. Em Santa Catarina, no início dos anos 80, mulheres começaram a se mobilizar em torno da “causa” feminista.<sup>148</sup> Havia dois grupos feministas, sendo o primeiro grupo feminista catarinense o **Coletivo Feminista Amálgama**. Este era um grupo mais intimista, de reflexão e autocrítica, que não tinha como intenção obter “visibilidade” na sociedade. Participavam deste grupo um número pequeno de mulheres, dentre elas Maria Amélia Dickie, Regina Lisboa e Júlia Guivant (Professoras da UFSC entrevistadas para esta pesquisa) e as reuniões aconteciam nas casas umas das outras.

A gente quando resolveu se reunir como grupo que se chamava Amálgama, esse nome por que a idéia era que a gente não buscasse uma identidade feminina excludente dos homens, mas que buscássemos exatamente uma identidade feminina que pudesse amalgamar qualidades, independente de gênero. Como parte deste grupo, a gente meio que inaugurou a discussão feminista na cidade. Logo em seguida nos procurou a Clair, com o grupo dela, tivemos várias reuniões conjuntas de discussão do que a gente queria. Foi um momento de busca de identidade, busca de

---

<sup>148</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001.

afirmação, então a ação pública propriamente era muito pequena. Mesmo porque éramos muito mais um grupo de reflexão. A gente não se propunha a uma atividade pública.<sup>149</sup>

Mais tarde, formou-se, o **Grupo Feminista Vivências**, este mais militante, um grupo com um caráter diferente. Incluía mulheres que participavam principalmente do PMDB e assumia um funcionamento aberto a quem quisesse participar dele. Este grupo tinha uma prática mais voltada para fora, com a intenção de levar as críticas e os debates até a sociedade. Clair Castilhos em narrativa sobre a formação deste grupo, descreve sua concepção a partir de um encontro ocorrido na cidade de Chapecó, em 1981. Trata-se do II Encontro de Mulheres Catarinenses, que havia sido organizado por moradores da região: “Muitas trabalhadoras rurais, muita gente ligada à Igreja, era o tempo que Dom José tinha as comunidades eclesiais de base”. Havia uma pauta de restrições impostas às palestrantes, restringindo as falas sobre saúde e sexualidade. “Não podia falar de aborto, não podia falar sobre nada que a Igreja não quisesse.” Foi aí, segundo Clair, que algumas mulheres presentes perceberam que não poderiam continuar vinculadas a partidos políticos ou qualquer outra instituição que limitassem suas lutas e causas.

Nós precisávamos de grupos locais que não fossem de partidos políticos, que fossem o que a gente chamava na época de “grupo feminista autônomo” e foi aí que surgiu o Vivências. O Vivências era feito de mulheres feministas. Eu, a Bete, a Clítia Martins que está em Porto Alegre, a Sonia Malheiros, a Taís Lippel, a Edite Carles que está no México, Edinalva que foi pro Piauí, ela era doutoranda ou mestranda em Direito, a Heloisa que mora em Itajaí. Tinham várias. Mas eram essas mais algumas outras que não lembro.<sup>150</sup>

Tanto o **Amálgama**, quanto o **Vivências**, tiveram uma curta existência. E embora tenha havido várias manifestações, foi um feminismo mais acadêmico que não se expandiu

<sup>149</sup> Entrevista com Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/09/2003.

<sup>150</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/2003.

para a sociedade de forma tão significativa quanto em outros lugares como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, onde o movimento ganhou maior projeção e atuou de forma mais enfática. O movimento feminista catarinense esteve ligado primeiramente a duas “instituições”: à Universidade, e aos partidos políticos (inicialmente o PMDB).

Apesar de uma atuação não muito expansiva e de uma duração não muito prolongada, os dois grupos tiveram participação na sociedade. Vários artigos de jornais falam sobre a mobilização de mulheres catarinenses, como os que seguem, de 1982 e 1983 respectivamente:

No dia da Mulher, distribuição de folhetos com as palavras de ordem: Discriminação salarial e na profissão. Falta de creches. Trabalho no lar e trabalho fora – dupla jornada de trabalho. Vítima do marido. Comercialização do corpo da mulher. Repressão sexual. Violência no lar, no trabalho, nas ruas (...) Estas são as palavras de ordem que encabeçam o folheto distribuído pelos Grupos Vivências e Amálgama, que ontem comemoraram o Dia Internacional da Mulher. A programação constou da projeção do filme “Tempo Quente” e mais outro curta metragem, no auditório do Centro de Convivências da UFSC, às 12h30m...<sup>151</sup>

A Câmara Municipal, atendendo requerimento da vereadora Clair Castilhos – PMDB -, aprovado por unanimidade, vai realizar sessão especial para homenagear o Dia Internacional da Mulher, que transcorre no dia 08 de março. O vereador Alcino Vieira, Presidente da Câmara, colocou aquela casa à disposição da vereadora Clair Castilhos e demais organizadoras do programa alusivo ao Dia Internacional da Mulher. Ao ocupar a tribuna, Clair Castilhos, afirmou que “é preciso divulgar cada vez mais o Dia Internacional da Mulher, pois é preciso discutir, debater para organizar formas efetivas de luta contra a discriminação sobre as mulheres, é preciso debater sobre a dupla jornada de trabalho, a sexualidade, a maternidade consciente, o aborto, o direito à profissionalização, creches, salário igual para trabalho, etc”. Concluindo, citou Alexandra Kolontai, que diz “não é o fato de sermos mulher que nos outorga um lugar de honra na sociedade, mas sim o valor do trabalho útil para a sociedade, o valor da personalidade como ser humano, como trabalhador produtivo, como cidadão, lutador ou pensador”.<sup>152</sup>

<sup>151</sup> Mulheres denunciam discriminação salarial. O ESTADO, Florianópolis, 09 mar. 1982, p. 15.

<sup>152</sup> Dia da Mulher será homenageado na Câmara. O ESTADO, Florianópolis, 23 fev. 1983, p. 6.

A década de 1980 sinaliza para uma maior preocupação com questões especificamente femininas. A autonomia e a saúde das mulheres passaram a ser enfocadas de forma diferente. Vale retomar aqui pontos que já foram citados nos capítulos anteriores. A lei da Anistia trouxe de volta ao país muitas feministas exiladas, muitas inclusive que se tornaram feministas no exílio, ao entrarem em contato com leituras e debates efervescentes sobre o tema. No âmbito brasileiro está ocorrendo a abertura lenta e gradual da Ditadura, onde espaços são abertos e discussões antes proibidas, podiam agora ser estimuladas. Questões ditas como de ‘cunho geral’ já em processo de resolução, permitem que o foco se volte para questões específicas das mulheres. Pesquisas sobre mulheres passam a ser incentivadas e financiadas. Há todo um nicho para o movimento feminista explorar.

Na década de 1980, percebe-se a mudança no foco das discussões sobre as mulheres. Não apenas se discutiu questões ligadas ao privado, ou especificamente à autonomia e saúde das mulheres, como também sua participação e atuação política. As mulheres estavam se inserindo nas questões públicas com maior facilidade e lutando para abrir caminho para que isso não fosse uma exceção, mas algo que fosse assimilado com tanta naturalidade e igualdade como para os homens. Debates, palestras, cursos, foram dados para discussão e inserção da mulher na política, sendo noticiados na imprensa local, dando visibilidade às lutas:

O setor feminino do Partido Democrático Brasileiro em Santa Catarina, realizará amanhã na Assembléia Legislativa, uma mesa redonda para discutir os problemas da mulher, em preparação para a comemoração do Dia Internacional da Mulher, que acontecerá no próximo dia 8. Durante a mesa redonda, que contará com a presença de mulheres de Blumenau, Joaçaba, Lages, Florianópolis e Criciúma, serão discutidos tópicos: a participação política da mulher e as comemorações do Dia Internacional da Mulher.<sup>153</sup>

---

<sup>153</sup> Mulher na política. O Estado, Florianópolis, 04 mar. 1980, p. 3.

É interessante perceber como há uma circulação de idéias, existindo, de certa forma uma interação entre as feministas de Santa Catarina com as militantes de outros locais. Essa divulgação de idéias se propaga através de redes de conhecimento. Ocorre através de congressos apresentados no estado catarinense, eventos em outros locais com a participação de feministas de Santa Catarina, através de leituras, amizades, enfim, as informações vão perpassando diversos espaços e em cada um deles assume forma específica.

O feminismo catarinense estava em consonância e constante contato com grupos feministas de maior atuação e visibilidade na esfera nacional. Isto se dava não somente através de Encontros que as militantes deste Estado participavam em outros locais do país, mas também pela constante presença de feministas em Santa Catarina. Em uma visita da nacionalmente conhecida Heloneida Studart, o jornal O Estado a entrevistou, além de noticiar sua presença:

A deputada Estadual do PMDB do Rio de Janeiro e líder feminista, Heloneida Studart, que veio anteontem à capital a convite do Diretório de seu partido para proferir uma palestra sobre “A situação da Mulher Brasileira” disse ontem que “a oposição precisa vencer em 82 pelo menos nos quatro grandes estados - Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas – para enraizar esta democracia, tão frágil, que a gente quer”.<sup>154</sup>

Nesta entrevista Heloneida Studart fala sobre questões viscerais do movimento feminista, como a diferença entre as lutas de países mais pobres e os países desenvolvidos, a questão da dupla jornada e planejamento familiar. Riquíssima esta entrevista, pois traz o foco para o feminismo e por sair em jornais de grande circulação, aproximando assim essas questões e o movimento de todas as esferas da sociedade. Através de uma das perguntas,

---

<sup>154</sup> Líder feminista diz que oposição precisa vencer. O Estado, Florianópolis, 27 mar. 1981, p. 3.

discutiu-se sobre a maneira como o feminismo estava também inserido nas periferias e como este movimento poderia contribuir para melhorar a vida destas mulheres: “quando elas começam a enumerar os seus problemas, elas também colocam o problema da dupla jornada, que é um problema feminino, feminista; ... E colocam também, por incrível que pareça, o problema da opressão do homem, que não deixa elas participarem, mesmo sendo um operário de salário mínimo e às vezes um sub-empregado...”. Heloneida fala ainda, que enquanto em países mais desenvolvidos como França e Itália, as mulheres estão discutindo corpo e sexualidade, no Brasil “as prioridades tem que ser creches, salubridade, ensinamentos de higiene”.

Heloneida estava se referindo à dicotomia luta geral x luta específica, que permeava o feminismo brasileiro. Enquanto em países onde a cidadania era respeitada as mulheres podiam discutir questões ligadas ao privado, no Brasil, por emergir em meio a uma Ditadura, o feminismo teve restringido seu enfoque de luta. Além de que dentro da esquerda, campo dentro do qual o feminismo se constitui, os temas específicos são pensados como assuntos menores, que não deveriam dividir ou diluir a luta por questões mais “importantes”. Segundo esta feminista, o movimento ainda seria muito discriminado, inclusive pelas próprias mulheres, mas estas relações deveriam ser modificadas: “Nós somos mulheres muito amigas dos homens e queremos até mudar esta relação, melhorá-la. Vai ser uma glória para os homens quando as mulheres os escolherem por eles mesmos e não porque são filhos de Beltrano ou por que tem uma casa feita, por que se formaram no ano passado, por que vão pagar as contas...”<sup>155</sup>

---

<sup>155</sup> VICENZI, Celso. Studart: “os homens são uns déspotas na cama”. O Estado, Florianópolis, 29 mar. 1981, p. 24.

A desinformação sobre o que é feminismo faz com que muitas mulheres queiram se desvincular do termo. Isso alimenta e forja o preconceito e prejudica a conscientização. Muitas mulheres usam o famoso jargão “Não sou feminista, sou feminina”, como se estes dois termos fossem excludentes e impossíveis de integração. Para Eglê Malheiros, esta é uma frase extremamente machista, pois conforme suas palavras: “... o tal ‘eu sou feminina não sou feminista’, que eu acho a expressão mais machista que existe, pois é como dizer, por eu lutar pelos meus direitos, pela cidadania, por ser considerada uma pessoa, eu deixo de ser mulher. É uma posição super machista”.<sup>156</sup> A oposição ao feminismo se dá muitas vezes, sem que se tenha um conhecimento mínimo do que este reivindica. A mídia teve e continua tendo grande parcela de contribuição na formação destes preconceitos. Pois, ao viabilizar estereótipos das feministas, ajuda a formar e a reforçar um imaginário de conceitos equivocados, que satirizam, distanciam e prejudicam o conhecimento das pessoas sobre o movimento feminista e suas reivindicações.

A organização de um Movimento Feminista em Florianópolis é datada no início da década de 1980. Enquanto em outros lugares, como Rio e São Paulo, o feminismo se organiza na década de 70, aqui em Santa Catarina ele é mais tardio. Porém, esteve inserido e ‘antenado’ com as discussões e reivindicações do feminismo em outros lugares. A formação de grupos feministas posta como uma questão coletiva em Santa Catarina remonta a década de 80. Não está sendo questionado neste trabalho o surgimento do feminismo como ideologia em Santa Catarina. Ter entendimentos, atitudes e posturas feministas, como uma questão individual é muito anterior. A problemática deste estudo se volta para perceber a partir de que momento surge em Santa Catarina um movimento feminista organizado.

---

<sup>156</sup> Entrevista com Eglê Malheiros, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 17/06/2003.

Em Santa Catarina houve formalmente dois grupos feministas, o primeiro deles o **Coletivo Feminista Amálgama**, e logo em seguida se formou o **Grupo Feminista Vivências**. Ambos se formaram no ano de 1981 e tiveram uma curta duração. Nos dois casos as reuniões se davam nas casas das integrantes. Há uma diferença significativa entre os dois: o primeiro era mais intimista, um grupo de “conscientização” com a intenção de promover uma autocrítica, sem o intuito de uma participação pública e efetivamente ativa na sociedade. Para Júlia Guivant: “O Amálgama era mais intimista e teve algumas ações, mas não era a preocupação fazer algo público, fazer luta contra a Ditadura... Não tivemos vida pública significativa, era um grupo mais de reflexão”.<sup>157</sup> Nesta perspectiva, Maria Amélia contextualizava o grupo em “um momento de busca de identidade, busca de afirmação, então a ação pública propriamente era muito pequena. Mesmo porque éramos muito mais um grupo de reflexão. A gente não se propunha a uma atividade pública”.<sup>158</sup>

Segundo os depoimentos, o grupo tinha uma postura clara quanto à questão da autonomia. Havia uma crítica veemente a qualquer tipo de burocratização, hierarquias e atrelamento do feminismo a instituições ou partidos políticos: “Tinha que ser um movimento autônomo... a proposta era essa, uma coisa que partisse da situação da gente e que fosse mais uma troca de experiências. Era um grupo de amigas”.<sup>159</sup>

Em entrevista concedida à Joana Pedro, a feminista Suely Gomes Costa atribui o formato dos grupos de consciência ao feminismo norte-americano:

(...) é do movimento feminista americano, isto de fazer sucessivos encontros com pequenos grupos de mulheres, de fazer uma metodologia de tomada de consciência. Não se pretendia homogeneizar as mulheres,

---

<sup>157</sup> Entrevista com a Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

<sup>158</sup> Entrevista com a Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

<sup>159</sup> Entrevista com a Regina Lisboa, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 08/08/03.

mas era uma forma de entrarem em contato com (...) as linhas da vida. Então eram sucessivas oficinas.<sup>160</sup>

Os chamados grupos de reflexão ou de auto-consciência, são considerados por Jaqueline Pitanguy e Branca Moreira Alves como uma nova tática de luta trazida pelo feminismo de “Segunda Onda” e estas autoras os descrevem como:

Grupos pequenos e informais, constituídos unicamente por mulheres. Esta tática desenvolveu-se espontaneamente. Surgiu pela necessidade de se romper o isolamento em que vive a maior parte das mulheres nas sociedades ocidentais, nuclearizadas em suas tarefas domésticas, em suas experiências individuais vividas solitariamente. A mulher constituiu assim um espaço próprio para expressar-se sem a interferência masculina, para compreender-se através da sua voz e da voz de suas companheiras, para descobrir sua identidade e conhecer-se. Nestes grupos a mulher descobre que sua experiência, suas dificuldades, frustrações e alegrias não são isoladas nem fruto de problemas unicamente individuais mas, ao contrário, são partilhadas por outras mulheres.<sup>161</sup>

O passado armazenado na memória de cada uma das entrevistadas se reelabora e as palavras saem facilmente, denotando orgulho pela participação da história do movimento feminista. Embora tenha que se ter presente que estas memórias sofreram elaboração teórica e estão sendo construídas a partir da relação que se estabelece entre as entrevistadas e as perguntas que lhe são dirigidas.

Conforme relatado, a formação do grupo **Amálgama** se deu da seguinte maneira: a professora Júlia Guivant participava de um grupo feminista de conscientização em Campinas, São Paulo, que segundo ela a transformou: “o pessoal era muito provocativo. Porque tinham morado nos EUA, duas eram européias, então elas puxavam para coisas que eu nunca tinha pensado. Mas com sofisticação, de uma forma que eu pegava e levava pra

---

<sup>160</sup> Entrevista com Suely Gomes Costa, realizada por Joana Pedro em Florianópolis, no dia 17/02/04. Apud PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Inédito, digitado, p. 13.

<sup>161</sup> ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é o Feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985, p. 66-67.

minha casa. Fazia pensar, me transformou. É uma herança que me acompanha”.<sup>162</sup> Em sua lembrança, as discussões e encontros realizados neste grupo em Campinas foram o marco de sua história com o feminismo. Ao vir morar em Florianópolis em 1979, ela já se denominava feminista, e em seu entendimento, “Ninguém era feminista. Bem, tinha a Prof<sup>a</sup> Maria Inês Paulilo da Sociologia, mas ela trabalhava com a questão da mulher, mas na época ela não era feminista no sentido que eu entendia feminismo. No sentido de conscientização, de pensar, de refletir, não só de estudar a mulher. Mas tu também se transformar em todo esse processo”.<sup>163</sup> Então por sugestão da professora Júlia, juntamente com suas amigas também professoras, Maria Amélia Dickie e Regina Lisboa, iniciaram um grupo de conscientização. Participaram também das reuniões outras mulheres, convidadas por elas, compondo sempre um número pequeno de pessoas.

Interessante observar a semelhança encontrada em muitos relatos de pessoas que participavam de grupos de reflexão, no que se refere às participantes. Os convites eram feitos a partir de redes de conhecimento e amizade, sendo apontadas essas relações pessoais como importantes referências de divulgação e inserção no feminismo.

Depois de reunirem-se algumas vezes, decidiram escolher um nome para designar este grupo. Após várias sugestões, surgiu a palavra “amálgama” que, de acordo com Júlia, se enquadrou perfeitamente com os objetivos desse coletivo, pois “queríamos fazer nem uma coisa nem outra, não hermafrodita também, mas coisas de articulação, de integração, combinação. Era uma palavra bonita, ficamos Amálgama”.<sup>164</sup>

Maria Amélia Dickie explicita o por que da escolha deste nome da seguinte maneira: “Esse nome por que a idéia era que a gente não buscasse uma identidade feminina

---

<sup>162</sup> Entrevista com a Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

<sup>163</sup> Idem.

<sup>164</sup> Entrevista com a Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

excludente dos homens, mas que buscássemos exatamente uma identidade feminina que pudesse amalgamar qualidades, independente de gênero. Como parte deste grupo, a gente meio que inaugurou a discussão feminista na cidade”.<sup>165</sup>

Nas falas, fica patente a idéia de que buscavam a construção de uma sociedade mais justa. Mas pode-se perguntar se estas narrativas estão se dando a partir da lembrança de fatos e ideais ou se são lembranças afetadas por experiências vividas que priorizam atitudes em detrimento de outras. Ao escolherem um nome para designar o grupo, evidencia-se não apenas a idéia de organização, mas também que o grupo passaria a se tornar conhecido. Se a intenção fosse apenas um espaço de discussão sem projeção, haveria a necessidade de nomear os encontros?

O outro grupo, **Vivências**, já tinha um caráter mais militante, segundo Clair, “era reflexão e ação”. Este grupo se formou logo após o 2º Encontro de Mulheres Catarinenses em Chapecó. Este encontro estava sendo organizado por pessoas bastante ligadas à Igreja e, portanto, elaborado a partir de uma série de restrições aos assuntos que seriam abordados: “Não podia falar de aborto, não podia falar sobre nada que a igreja não quisesse”.<sup>166</sup> Conforme relatado, as feministas presentes sentiram necessidade de grupos regionais e independentes, em que não houvesse nenhum tipo de vínculo ou controle, nem da Igreja e nem de partidos políticos. Nas palavras de Clair: “Nós precisávamos do que a gente chamava na época de grupo feminista autônomo e foi aí que surgiu o **Vivências**. O **Vivências** era feito de mulheres feministas. Eu, a Bete, a Clítia Martins, a Sonia Malheiros, a Taís Lippel, a Edite Carles, Edinalva, a Heloisa... Tinham várias. Mas eram essas mais

---

<sup>165</sup> Entrevista com a Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

<sup>166</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

algumas outras que não lembro”.<sup>167</sup> Ao declarar que o grupo era formado por feministas, Clair está afirmando que estas mulheres já se denominavam feministas antes de se organizarem como grupo. Esta afirmação pode ser vista sob suspeita, já que as memórias são resignificadas a partir do momento presente. As integrantes do **Vivências** se entendiam como feministas, ou a entrevistada é que as vê com os olhos do presente e as qualifica como tal?

O estilo mais militante do **Vivências** era colocado em contraponto com a atitude mais reflexiva do **Amálgama**. Para Júlia Guivant, o **Vivências** tinha uma postura mais militante partidária, caracterizando-o como um movimento de mulheres mais convencional, pois trabalhava mais no sentido de fazer com que as mulheres tivessem maior espaço político. Não era, segundo seu entendimento, um grupo de conscientização, pois “não incluía esse lado de: quem nós somos? O que nós queremos? Como podemos estabelecer laços de solidariedade?”.<sup>168</sup>

Embora não houvesse a intenção de uma “vida” pública, o grupo **Amálgama** participou de algumas atividades de certa visibilidade. Segundo a professora Maria Amélia, o **Vivências** e o **Amálgama** tiveram várias reuniões de discussão. Os dois grupos promoveram uma comemoração do oito de março em atividade conjunta. O evento ocorreu no antigo Auditório da Prefeitura de Florianópolis. Clair Castilhos faz um relato empolgado sobre este acontecimento, que em seus dizeres seguia o modelo feminista de articulação, sem hierarquias:

E nesse evento, fomos no auditório da prefeitura, e tem uns 200 lugares e a gente achava que ia dar um número pequeno de mulheres, por que o

---

<sup>167</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

<sup>168</sup> Entrevista com a Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

anterior tinha dado 14 mulheres lá na Câmara, o primeiro. Eis que encheu, ficou muita gente e a gente fez um debate, teve apresentação de um conjunto musical só de mulheres, e foi muito legal aquele encontro. Bem modelo de encontros feministas do tempo antigo. E todo mundo estava lá, as mulheres se posicionavam, falavam, e a gente, os dois grupos feministas, sentadas lá na frente, nas escadas. Não tinha ninguém que coordenava, ninguém que mandava... Nada nisso. Era um negócio bem legal, bem como a gente preconizava, que não teria essa hierarquia, que não teria o sentido da estrutura patriarcal, que a gente nega. Agora estamos completamente contaminadas por ela, mas na época foi legal. Isso acho que foi em 81.<sup>169</sup>

Sobre o mesmo evento, o relato de Maria Amélia Dickie difere em alguns pontos. Para Maria Amélia este evento teve uma grande importância, pois em suas lembranças, este havia sido um evento inaugurador da discussão pública sobre feminismo em Florianópolis e a primeira manifestação do dia da mulher nesta cidade: “eu coordenei os trabalhos, a gente se reuniu na antiga Faculdade de Economia, onde foi a Prefeitura de Florianópolis. E juntou muita gente, foi muito interessante por que as questões que eram levantadas, não só por mulheres, mas também eram homens desafiando a nossa condição de mulher. Falando em público sobre mulher.”<sup>170</sup>

Os dois grupos feministas catarinenses tiveram participação na sociedade local denunciando a opressão e discriminação que sofriam as mulheres, e, para isso, aproveitaram principalmente os espaços abertos pelo dia 08 de março. Várias foram as manifestações e debates ocorridos no dia internacional da mulher. A grande parte das participações destes grupos foi noticiada, como no exemplo que segue, publicado no jornal O Estado, em 08 de março de 1983 :

Definir formas de organização das mulheres a nível de Florianópolis é o principal objetivo das atividades a serem desenvolvidas hoje em comemoração ao Dia Internacional da Mulher.

<sup>169</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

<sup>170</sup> Entrevista com a Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

Mesa redonda às 20h no auditório da Celesc... Os temas a serem expostos para debate são: violência pela médica Taís Lippel; Aborto, sexualidade e contracepção pelo grupo feminista Vivências; Legislação social e trabalho pela Delegada Regional do Trabalho, Sonia Tomé; Creche pelos integrantes do Projeto Nova gente. Além desses assuntos, será feito um relato sobre “saúde e sexualidade” tema de um encontro que ocorreu no Rio de Janeiro nos dias 4, 5 e 6 deste mês que teve a participação do Grupo Vivências. (...)

No dia 14 às 20h, no auditório da Prefeitura Municipal acontecerá o lançamento do livro “A sexualidade da mulher brasileira – corpo e classe” de Rose Marie Muraro.<sup>171</sup>

Por meio dos jornais é possível perceber a colocação do feminismo em discurso, e portanto quais os discursos estão sendo autorizados. No artigo abaixo, de 07 de março de 1982 do jornal O Estado, faz-se um histórico dos grupos feministas. É um espaço de divulgação e também uma comprovação de que o feminismo estava sendo difundido em Florianópolis e que as mulheres e os homens, pelo menos os leitores de jornais, estavam cientes disso: da existência de um movimento atuante e também de suas reivindicações. O Jornal trouxe um pouco da história dos grupos feministas. Mas deve-se estar ciente que os textos são construções, e portanto não há neutralidade nem em seu conteúdo, nem nas escolhas dos temas e recortes abordados.

Amanhã comemora-se o Dia Internacional da Mulher. E por isso, reservamos um espaço especial nesta edição para levantar um debate com uma componente do Grupo feminista Vivências, Clair Castilhos Coelho, que ressalva vários pontos e questões relacionados com a mulher. Em Florianópolis, atualmente, existem dois grupos feministas, o Amálgama e o Vivências. Este último atuando há apenas cinco meses conta com onze componentes que se reúnem semanalmente a fim de debaterem assuntos referentes à mulher. E Clair, que é professora de saúde pública da UFSC e farmacêutica do INAMPS, comenta aspectos relacionados com seu grupo (Vivências) e aborda temas gerais de interesse feminino.<sup>172</sup>

<sup>171</sup> No dia da mulher, debates sobre violência, aborto e legislação. O Estado, Florianópolis, 08 mar. 1983, p. 16.

<sup>172</sup> GRILLO, Patrícia. Grupo feminista abre debate. O Estado, Florianópolis, 07 mar. 1982, p. 18.

Os grupos feministas e suas propostas formuladas foram divulgados através da mídia impressa. Em uma entrevista para o Jornal O Estado, Clair Castilhos, quando questionada sobre os objetivos do grupo **Vivências**, comentava sobre a intenção de serem um grupo de estudo e reflexão sobre questões específicas das mulheres, com o comprometimento de lutar por mudanças. Em suas próprias palavras: “Nosso objetivo é encaminhar todas essas lutas feministas, como por exemplo, a repressão sexual que a mulher sofre; contra a questão da violência, não só a nível do trabalho como também as violências físicas...”. A entrevistadora segue perguntando sobre o entendimento de feminismo para o grupo **Vivências**, que nas palavras de Clair é concebido como um movimento social que se propõe a lutar pela transformação da sociedade “através de um perfeito entendimento das discriminações que sofre a mulher como parcela oprimida da sociedade. Visamos mudar os conceitos que existem em torno da mulher. Aqueles pré-estabelecidos pelo machismo instalado e sacramentado no mundo inteiro, porque não existe só no Brasil.” Dentre outros questionamentos, um chama a atenção: “Como atuam os movimentos feministas em nível nacional?”. Pois ao ser respondida esta questão, os leitores teriam acesso a informações sobre o feminismo de outras localidades:

Os movimentos são fortes, bastante diversificados, assumindo várias linhas de atuação, desde os grupos ditos sexistas, que se preocupam especificamente com as questões sexuais, assim como outros grupos preocupados com a questão econômica, política, etc...

Existem grupos de SOS à mulher, preocupados em atender as mulheres que sofrem violência física, fazendo inclusive manifestações de ruas quando as mulheres são assassinadas e comparecem aos julgamentos de crimes envolvendo questões femininas.

Os movimentos vêm crescendo bastante. Aqui no Brasil já se fez um novo estatuto da mulher para a mudança no código civil no que diz respeito ao pátrio poder.<sup>173</sup>

---

<sup>173</sup> GRILLO, Patrícia. Grupo feminista abre debate. O Estado, Florianópolis, 07 mar. 1982, p. 18.

Podemos perceber através dos relatos das entrevistas e mesmo dos artigos noticiados pelos jornais locais, que os grupos feministas catarinenses tiveram certa exposição pública. Embora as integrantes do coletivo **Amálgama** negassem a intencionalidade de visibilidade social, dentre as atividades públicas deste grupo consta a participação em entrevistas em televisão e reportagens sobre o grupo. Maria Amélia relata que foi convidada a participar em um programa de entrevistas na RBS, para discorrer sobre seu grupo feminista e posteriormente foi entrevistada mais algumas vezes. Estes fatos ocorreram no período de existência do grupo, no começo da década de 1980. Em suas palavras: “Essas entrevistas vieram a partir do grupo... A gente assumiu uma identidade pública e instalou a discussão pública da questão da mulher”.<sup>174</sup>

Ao serem questionadas sobre sua atuação em grupos feministas, as mulheres estão na verdade elaborando um novo ponto de vista ou perspectiva em relação ao passado, reconstruindo suas vivências. Segundo Marina Maluf, o sujeito que se mostra é o sujeito do presente e não aquele que é contado por ele próprio.<sup>175</sup>

Em 1981, o tema da redação do vestibular, segundo as entrevistadas, oferecia a possibilidade de discutir e lidar com a questão da situação da mulher. A pedido das integrantes do **Amálgama** a COPERVE disponibilizou todas as redações do vestibular daquele ano para que fosse feita uma análise dos discursos. As análises resultaram em um trabalho que foi publicado em uma revista de comunicação e apresentado em um congresso. Porém, para Regina Lisboa a sensação é de que não tivessem aproveitado a oportunidade para se apresentarem como um grupo feminista: “eu não me lembro se a gente se

---

<sup>174</sup> Entrevista com a Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

<sup>175</sup> MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Sicialiano, 1995, p. 31.

apresentou como grupo. Mas o que eu tenho de sensação na memória assim é que a gente não se colocou publicamente como grupo”.<sup>176</sup>

Nesse sentido, vale assinalar o que Marina Maluf expõe sobre as constituições das memórias, principalmente a partir de pressões a ordenar os fatos: “No esforço de trazer o passado para dentro do projeto narrativo presente, o autor não consegue evitar os artifícios, as interpretações, os lapsos e os recalques de acontecimento de toda uma vida (...)”.<sup>177</sup> Nas construções de memória de Regina Lisboa, as participantes do **Amálgama** não se assumiam enquanto grupo, enquanto na fala de Maria Amélia Dickie, esta é uma questão posta. Neste sentido é interessante observar que em uma entrevista de Maria Amélia para o jornal O Estado em março de 1982, é manifestado o intento de uma expansão do grupo, que atingiria um maior número de mulheres e também teria uma divulgação exponencial na sociedade:

**O Objetivo é o SOS** – Maria Amélia (do coletivo de Mulheres Amálgama) disse que a longo prazo a intenção é que o seu grupo funcione como um serviço de SOS, ou seja, prestando atendimento às mulheres em vários setores como advocacia, ginecologia, etc...

Dominantes e dominados – Há muito preconceito também, disse Maria Amélia, com as feministas. “Facilmente as pessoas nos associam a coisas indecorosas, e o pior é que isso parte das mais variadas camadas da sociedade, incluindo as mulheres”.<sup>178</sup>

No início da década de 80 são criadas no Brasil inúmeras organizações de apoio às mulheres vítimas de violência. O primeiro SOS-Mulher foi inaugurado em 1981 no Rio de Janeiro. Essas entidades tinham como modelo o movimento francês “SOS – Femmes Alternatives”. Conforme Joana Pedro, o feminismo brasileiro pode ser considerado um

<sup>176</sup> Entrevista com a Regina Lisboa, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 08/08/03.

<sup>177</sup> MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Sicialiano, 1995, p. 30.

<sup>178</sup> No dia da mulher, distribuição de folheto com as palavras de ordem. O Estado, Florianópolis, 09 mar. 1982, p.15.

afluente dos feminismos internacionais, especialmente o francês. Embora os contextos bastante distintos entre a Europa democrática e o Brasil imerso em regime ditatorial até a década de 80, tenham impedido que muitas formas de luta e influências fossem adotadas.<sup>179</sup>

As participações públicas do grupo **Amálgama** tiveram um retraimento. O grupo se recolheu a partir de um fato narrado pela professora Maria Amélia Dickie:

O que de mais inusitado, que a mim me impactou muito foi, eu vou contar o fato: uma aluna da Universidade me chamou, perguntou se podia falar comigo, eu disse que sim e ela veio me contar que sofria abusos de violência do marido e que estava tentando se desquitar, ou divorciar, não lembro qual era a lei na época, e que não conseguia. Ele a ameaçava e ela estava com medo. Me pedindo conselhos sobre direitos da mulher, o que hoje a gente rotularia de direitos da mulher. E então reuni o grupo e disse, o que a gente faz? A gente não tem infra-estrutura pra lidar com um SOS Mulher. O que estava acontecendo é que uma mulher estava nos enxergando como um lugar de salvação dela, um lugar de apoio e realmente a gente não tinha isso, foi quando a gente decidiu que não iria fazer isso, pois não tinha como. Mas aí nós conhecíamos advogados e encaminhamos essa moça, enfim, demos o apoio que ela precisou. Mas foi um fato muito impactante. Pensei: como precisa um espaço pras mulheres aqui em Santa Catarina, não tinha nada. Aí a gente resolveu se recolher. Quando a gente viu a responsabilidade que seria abrir essa discussão sem dar o suporte que necessariamente as pessoas estariam procurando. Então resolvemos nos assumir como um grupo de reflexão, nos reunimos uns dois anos talvez, discutindo as nossas questões, a nossa vida, o que tinha de semelhante e de diferente, e muito nos afirmando como indivíduos com direitos.<sup>180</sup>

Uma das discussões que vieram à tona no **Amálgama**, era do por que deveria ser um grupo só de mulheres, por que homens não deveriam entrar. Segundo Regina Lisboa “tinha uma postura de achar que os homens não deviam entrar por ser uma coisa que nós tínhamos que trabalhar, descobrir o que em nós era questão nossa, importante”.<sup>181</sup>

---

<sup>179</sup> PEDRO, Joana Maria. As leituras francesas do feminismo francês e as identificações com o feminismo no Brasil. Inédito, digitado, p. 17.

<sup>180</sup> Entrevista com a Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

<sup>181</sup> Entrevista com a Regina Lisboa, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 08/08/03.

A postura do grupo **Amálgama** quanto à sua autonomia foi evidenciada em um episódio narrado na entrevista com Regina Lisboa, em que esta aborda sobre uma das reuniões entre os dois grupos, em que o **Vivências**, através da Clair Castilhos e Sonia Malheiros, convidava as integrantes do **Amálgama** para participarem de um partido político. Porém, houve a negativa à vinculação política. “E a gente era assim até um pouco sectarista”.<sup>182</sup>

Segundo Júlia Guivant, uma das conseqüências da existência do **Amálgama** foi a própria criação do **Grupo Vivências**: “Um resultado importante do Amálgama foi que se criasse o Vivências em parte como estímulo do Amálgama. Embora o Amálgama não tivesse se envolvido diretamente em uma atividade política, teve conseqüências políticas. Pois o Vivências assumiu uma atitude mais militante e durante muito mais tempo. Eles continuaram uma prática de longo prazo”.<sup>183</sup>

Falando sobre o grupo **Vivências**, Clair Castilhos disse que ele teve uma certa repercussão, mas teve pouco tempo de duração, se extinguindo por causa de um racha político ocorrido com a eleição de 1982. Segundo ela, por mais que o grupo não quisesse ter uma vinculação política, isso as afetou. “Porque tinha mulheres do PMDB, do PT, embora a gente não quisesse que isso acontecesse, acabou acontecendo. Eu me elegei vereadora também. Aí quando tu te eleges, tu já passas a ser vista de outro jeito. Não que tu tenhas mudado, mas as pessoas te olham diferente. Aí tu tens a cara do partido, não mais a do movimento social”.<sup>184</sup>

O feminismo sempre foi permeado por diversas disposições e posturas, não podendo ser em nenhum momento de sua história considerado um “bloco” homogêneo ou coeso.

---

<sup>182</sup> Idem.

<sup>183</sup> Entrevista com a Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

<sup>184</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

Essas “divisões” do feminismo em várias tendências, foi bastante criticada também. No início da década de 80, com o processo de redemocratização, entra em cena a questão de inserir-se na política ou não. Algumas mulheres escolheram a não filiação a partidos políticos, como as integrantes do **Amálgama**, enquanto outras optam pelo engajamento político-partidário, como foi o caso de várias participantes do grupo **Vivências**. A questão política parecia dominar o feminismo nas eleições de 1982. As feministas até então identificadas com o MDB, se dividiram entre PMDB e o PT.

### **PMDB – Mulher**

Como já mencionado, em Santa Catarina o feminismo esteve muito ligado à Universidade e a partidos políticos, especificamente o PMDB. Antes da reorganização partidária, este foi o único partido de oposição que abrigava várias tendências, e foi um espaço utilizado para discussão de questões de mulheres. Segundo Guivant, “As mulheres do PMDB, desenvolveram nesse período sérias críticas aos mecanismos que as discriminavam dentro do partido e que obstaculizavam a defesa de demandas específicas e a participação na elaboração dos (projetos) políticos do âmbito local e regional.”<sup>185</sup> Tanto que em março de 1984 foi criado o PMDB-Mulher em Florianópolis. Para duas feministas de projeção em Santa Catarina, Clair Castilhos e Zuleika Lenzi, a militância no feminismo e em partidos políticos foi concomitante. Segundo suas entrevistas, a criação do PMDB-Mulher, foi sumamente importante para aquele momento específico de luta. Como fica patente nos depoimentos abaixo de Clair Castilhos e Zuleika Lenzi, respectivamente:

---

<sup>185</sup> GUIVANT, Júlia. Alguns dilemas das mulheres nos partidos políticos: a campanha eleitoral de 1982 em Florianópolis. P.234. In: Revista de Ciências Sociais. Vol 1, n.1. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1986.

“Outra coisa que eu considero importantíssima pra mim, foi a articulação mesmo na época, do PMDB-Mulher, eu Anita Pires e outras companheiras. Por que o PMDB-Mulher existe até hoje. E o PMDB-Mulher desse jeito teve uma participação importantíssima em 84, depois da luta das diretas e do início do Governo Sarney, na legalização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Isso eu achei mais importante do lado institucional. Aqui em Santa Catarina é interessante, é um pouco diferente dos outros estados. Primeiro que o movimento é muito institucionalizado, é muito dentro de partidos. Partidos políticos têm movimento de mulheres, talvez pela própria origem das discussões do PMDB-Mulher, os sindicatos têm departamento feminino e tem muita ONG com uma certa representação aqui que não são tão semelhantes, não são tão atuantes...”<sup>186</sup>

“A minha maior participação mesmo foi junto aos partidos políticos, quer dizer, eu participei junto com a Clair na criação do Diretório do PMDB-Mulher municipal. Participamos do PMDB estadual. Então sempre fui muito vinculada a partidos políticos, especialmente ao PMDB no qual eu estive sempre vinculada. Quer dizer, a minha história sempre vinculada ao PMDB... Sempre participei do PMDB-Mulher, quer o municipal quer o estadual. Teve um período que dirigi o estadual, só não sei te dizer o período, e estive na secretaria”.<sup>187</sup>

A participação em partidos políticos tornou-se propulsor para algumas mulheres para o interesse nas lutas e discussões do feminismo. Através da busca por interação e participação na busca por direitos, muitas mulheres se depararam com as lutas específicas femininas, apontando então partidos políticos como uma via de acesso aos questionamentos feministas.

A efetiva participação das mulheres inseridas no núcleo do PMDB-Mulher foi constantemente noticiada pelos periódicos locais da época. A luta pela conquista de direitos e reconhecimento das mulheres estava imbricada nas questões políticas. Um artigo de 1984, apresentou uma manifestação, em que no Dia Internacional da Mulher, oito de março, ao

---

<sup>186</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

<sup>187</sup> Entrevista com Zuleika Lenzi, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/06/03.

invés de reivindicarem direitos específicos, um grupo de mulheres se manifestava a favor das eleições diretas para Presidente da República:

(...) Ao invés de discutirem questões específicas como a dupla jornada de trabalho, o aborto e todo tipo de opressão a que estão submetidas, elas aproveitaram o seu dia para engrossar as lutas pelas eleições diretas para presidente, através de uma manifestação organizada pelo núcleo Municipal de Mulheres do PMDB.

Assim a Praça XV serviu de local para a realização de um ato que consistiu de uma tribuna livre, da distribuição dos jornais – Mulherio e Lutas de Maioria, da venda de camisetas e adesivos, tudo sobre o signo das eleições diretas para presidente. Até mesmo uma urna foi instalada na praça, onde homens e mulheres indistintamente se manifestaram a respeito das eleições, dizendo sim ou não. Não faltou também um mural reunindo recortes de jornais que abordavam desde a participação das mulheres na política até a situação de crise do país.(...) <sup>188</sup>

Uma grande atuação do feminismo aqui em Santa Catarina se deu através do núcleo de mulheres do PMDB. Mesmo por que, uma das feministas mais atuantes e engajadas, foi filiada e militante também deste partido. Clair Castilhos, que foi também uma das fundadoras do PMDB-Mulher em Florianópolis. O artigo abaixo, publicado em março de 1984, noticiava a fundação deste núcleo, chamando a atenção para seus objetivos de combater as discriminações sofridas pelas mulheres e difundir o feminismo. Trazia, também, uma crítica ao que escritores clássicos escreveram sobre as mulheres, denunciado frases com caráter machista e limitador, que divulgavam ideologias que refletiam seu tempo.

(...) Neste Dia Internacional, várias integrantes do Núcleo Municipal de Mulheres do PMDB, que será fundado hoje, comentam frases de vários autores – com exceção de um, todos homens basicamente, independente da época em que escreveram tais afirmações, refletem com nitidez uma ideologia que longe de ter sido erradicada, continua muito nova na sociedade de nossos dias. E a tarefa de modificar todos esses conceitos discriminatórios não cabe apenas às mulheres, mas também a todos os homens que, como elas, acreditam que a igualdade (entendido aqui como

<sup>188</sup> No seu dia, mulheres também vão à luta pelas diretas já. O Estado, Florianópolis, 09 mar. 1984, p. 8.

um conceito de justiça social) só traz a felicidade – individual e coletiva.  
(...)

Mulheres fundam Núcleo no PMDB e aproveitam também o Dia Internacional da Mulher, como espaço a ser ocupado junto a população, diretamente através dos órgãos de imprensa, para difundir o movimento e discutir suas formas de luta. Clair Castilhos disse que em Florianópolis chegou a hora de “abandonarmos as denúncias e partimos diretamente à prática.”<sup>189</sup>

Núcleos do PMDB-Mulher de outras cidades de Santa Catarina também apresentaram uma atuação com caráter feminista. Em uma das comemorações ao Dia Internacional da Mulher noticiada pelos jornais, em 1984, percebemos a interação com discussões feministas em âmbito nacional e a divulgação de materiais intrínsecos ao Movimento:

Tubarão – O movimento de Mulheres do PMDB de Tubarão vai comemorar pela primeira vez na cidade a data de 08 de março, dia mundial da Mulher. Segundo Lílian Guedes, presidente do movimento do PMDB tubaronense, amanhã vai se desenvolver no calçadão uma série de atividades relacionadas à data. Entre estas programações, destaca-se uma mostra de materiais de diversos movimentos de mulheres do Brasil, que darão dessa forma uma fotografia real da situação da mulher brasileira – Rede Mulher, movimento de Mulheres 08 de março de Curitiba, SOS Corpo de Recife, serão alguns dos movimentos representados em Tubarão. Além disso, haverá ainda uma mostra de publicações editadas somente por mulheres, caso dos jornais Mulherio de São Paulo e de Maria de Curitiba. Serão também distribuídos panfletos sobre questões específicas da mulher como: trabalho, família, creche, aborto, violência, etc...<sup>190</sup>

Com a redemocratização, surgiu uma outra divisão que perpassou o movimento: as que defendiam a aproximação da esfera estatal, a favor da institucionalização do movimento, e as que viam esta justaposição como perda de autonomia. Nesse sentido se estabelece a fala de Júlia Guivant:

<sup>189</sup> As Mulheres falam sobre o que os homens escrevem. O Estado, Florianópolis, 08 mar. 1984, p. 14.

<sup>190</sup> Dia Mundial da Mulher tem comemoração. O Estado, Florianópolis, 07 mar. 1985, p.10.

...mas o Movimento aqui no Brasil esteve muito dividido entre tendências mais críticas e profundas e tendências muito mais voltadas para um debate institucional. E depois tinha o meio acadêmico que era muito pobre. Por que era assim, se dizia “vamos estudar as mulheres”, mesmo as pesquisas feitas pela Fundação Carlos Chagas nos anos 80 eram muito descritivas... Então tem toda uma divisão, digamos. Tinham grupos mais intimistas e tinham grupos que eram mais políticos e grupos que pegavam os assuntos para estudar a mulher, mas não eram feministas por isso.<sup>191</sup>

A questão sobre autonomia permeava toda a discussão feminista em caráter nacional. Sônia Malheiros Miguel, faz uma discussão sobre o significado da palavra autonomia para feministas do Rio de Janeiro. Este conceito vai se modificando conforme a época em que se insere. Primeiramente esta palavra estaria relacionada à afirmação da identidade do movimento, portanto à não vinculação a partidos políticos ou outras instituições. Qualquer associação com estes seria vista como interferência ou manipulação. O movimento deveria estabelecer novas relações em contraposição ao caráter mais hierárquico e autoritário de movimentos tradicionais.<sup>192</sup>

É importante salientar o contexto em que se inicia o movimento feminista no Brasil. Em meio a uma Ditadura Militar, onde a liberdade de organização e espaços para a manifestação estavam seriamente comprometidos. “Em decorrência, o movimento de mulheres como um todo passa a ser visto pelos partidos políticos da época como um canal possível de atuação”.<sup>193</sup>

Em momento posterior, a definição de autonomia esteve intrinsecamente ligada à discussão da maior institucionalização do movimento feminista. Na década de 1980, época em que Sônia escreveu, o processo de maior abertura política e a possibilidade de uma

---

<sup>191</sup> Entrevista com a Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

<sup>192</sup> MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. 1988. Dissertação (Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988, p. 79-92.

<sup>193</sup> Idem, p. 77.

relação institucional, fez com que o conceito se definisse a partir da não vinculação ao Estado e a outros movimentos sociais. As feministas entrevistadas para sua pesquisa, consideravam as delegacias, os conselhos e os espaços concedidos pelo Estado como um ganho válido, desde que não houvesse um esvaziamento dos grupos feministas, nem um atrelamento junto ao Estado. Haveria sempre a necessidade de grupos feministas autônomos que teriam a “função de aprofundar as visões sobre o feminismo, impulsionar esses organismos e ter uma postura clara no sentido de radicalizar-lhes a atuação, visando interferir mais diretamente na alteração da situação da mulher na sociedade”.<sup>194</sup>

Discutindo Cornelius Castoriadis, Sônia Malheiros postula que a autonomia deve ser entendida e conquistada em dois âmbitos: individual e coletivo. Para Castoriadis, não é possível pensar a autonomia de um indivíduo isolado, pois só a partir de uma coletividade autônoma se faz possível a existência de indivíduos autônomos. “... O outro sempre está presente na tarefa que o elimina. E eis por que não pode existir ‘verdade própria’ do sujeito num sentido absoluto. A verdade própria do sujeito é sempre participação em uma verdade que o ultrapassa, que se enraíza finalmente na sociedade e na história, mesmo quando o sujeito realiza sua autonomia”.<sup>195</sup>

A autonomia seria exercida e praticada no dia a dia, nos confrontos dos indivíduos ou grupos. Não se trata de uma concepção estática, mas em constante transformação, se definindo e redefinindo continuamente, a partir dos confrontos e embates em que estiver inserida.<sup>196</sup> Segundo Júlia Guivant, em artigo publicado em 1986, a questão entre preterir lutas específicas em detrimento às chamadas ‘lutas gerais’ continuava a permear as

---

<sup>194</sup> Idem, p. 86.

<sup>195</sup> CASTORIADIS, Cornelius. A instituição Imaginária da Sociedade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 129. Apud. MIGUEL, S. M. Op. Cit., p.30.

<sup>196</sup> Idem, p. 31.

discussões sobre o feminismo: “Poderia se dizer que a medida que a crise econômica foi se fazendo mais visível e mais séria, e a abertura política se realizando, o feminismo foi sendo alterado pelos dilemas já históricos para o movimento, entre lutas gerais e as específicas, as mediatas e as imediatas, o que foi fortalecendo a militância dentro dos partidos políticos de oposição.”<sup>197</sup>

A luta por questões especificamente femininas e por questões de cunho mais universal, digamos assim, entrelaçava-se. Em período político um pouco conflituoso, onde a democracia está se firmando e lançando suas bases, as mulheres estão lutando também para que elas estejam incluídas nesse novo horizonte que se delineia. Aqui as reivindicações específicas são a inclusão das mulheres na nova Constituinte e a presença de leis que digam respeito a elas, além da implantação de um Conselho Nacional de Defesa da Mulher. Em uma notícia do jornal O Estado, publicada em 09 de março de 1985, está sendo divulgada uma grande conquista para as mulheres de Florianópolis: o lançamento do Conselho Municipal de Defesa da Mulher. Clair Castilhos inspirada por conselhos deste tipo de outras cidades, o que demonstra uma circularidade de idéias, uma interação e uma coerência de aspirações, viabiliza a atuação do feminismo em Santa Catarina. O artigo trata de reivindicação de espaços que contribuíssem para melhorar as condições de vida das mulheres brasileiras:

Debaixo da velha figueira, o canto de protesto das mulheres(...) era o ato de lançamento do Conselho Municipal de Defesa da Mulher, organismo idealizado pela vereadora Clair Castilhos, sob inspiração de conselhos deste tipo em São Paulo e Minas Gerais... Um dos principais momentos do ato foi o discurso da secretária de Educação do Município, professora Eglê Malheiros, que mostrou-se confiante na luta das mulheres: “Espero que o Dia Internacional da Mulher seja um dia de reflexão e luta. Nós

---

<sup>197</sup> GUIVANT, Júlia. Alguns dilemas das mulheres nos partidos políticos: a campanha eleitoral de 1982 em Florianópolis, p. 239. In: Revista de Ciências Sociais. Vol 1, n.1. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1986.

estamos no limiar de um novo governo no Brasil, e para que estes tempos se tornem realidade é preciso nos organizarmos” – enfatizou Eglê... Clair finalizou declarando que “o conjunto das mulheres vai batalhar pela presença delas na constituinte, elaborando as leis que nos dizem respeito e lutará também pela implantação do Conselho Nacional de Defesa da Mulher”.<sup>198</sup>

A problemática trazida pela possibilidade de espaços e participação no campo político, continuava a inscrever-se nos debates feministas. A institucionalização acabou acontecendo. De acordo com Céli Pinto, algumas feministas, que haviam lutado pela redemocratização e que nas eleições de 1982 viam seu partido, o PMDB, assumir governos estaduais, foram buscar nestes novos governos espaços para a defesa da sua causa. A forma mais palpável dos espaços institucionais foram os conselhos da condição da mulher. Em São Paulo, a proposta do conselho foi apresentada ao eleito governador Franco Montoro, por um grupo de mulheres do PMDB e ele foi oficializado por decreto em abril de 1983, tornando-se o primeiro órgão desse tipo a ser criado no Brasil. Posteriormente, em 1985, foi criado o Conselho Nacional da Condição da Mulher.<sup>199</sup> Estes espaços eram utilizados para as discussões e direcionamento de atuação do feminismo. E se tornaram possíveis pelo contexto político em que estavam inseridos. Como já mencionado, a conquista de cargos eletivos nos municípios e estados pela oposição, tornaram viáveis espaços de discussão e divulgação das reflexões feministas. Um exemplo desta interação entre os feminismos foi um congresso feminista ocorrido no Rio de Janeiro após as eleições de 1982, onde foram convidadas todas as mulheres que haviam se elegido. A troca de idéias e experiências com certeza “contaminava”, impulsionava reflexões que eram trazidas pelas mulheres aos seus locais de procedência.

---

<sup>198</sup> Dia Internacional da Mulher. *O Estado*, Florianópolis, 09 mar. 1985, p. 5.

<sup>199</sup> PINTO, Céli R. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 69-71.

Em março de 82, de 04 à 07 ou de 03 à 06, sei lá, nesse período eu fui convidada à participar de um Encontro Feminista no Rio de Janeiro, no Copacabana Palace, com todos os movimentos feministas do Rio de Janeiro e com todas as mulheres parlamentares, mulheres que haviam se elegido. Aí nesse encontro, que estavam todas as feministas históricas do Brasil em um evento só. Estava a Danda Prado, a Branca Moreira Alves, Zezé Lima, Jaqueline Pitanguy, enfim, todas as que estavam levando o movimento neste período, que tinham fundado os grupos do Rio e São Paulo. E aí fui como vereadora mulher eleita com bandeira feminista.<sup>200</sup>

Nas construções das narrativas, pode-se perceber uma nova arquitetura das memórias se constituindo, permeadas por conceitos e analogias do presente. A narração é dada em relação ao que está sendo selecionado, àquilo que se julga mais importante. As lembranças são afetadas pelas experiências vivenciadas por cada sujeito. Ao relatar o mesmo fato, porém em outro momento, Clair entrelaça pontos diferentes, realocando datas:

Em 83, foi o meu primeiro ano como vereadora. Imediatamente, logo no início do mandato, eu fui convidada para uma reunião em São Paulo, chamada pela Ruth Escobar, que era deputada estadual pelo PMDB e que foi a primeira presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Então, no gabinete da Ruth Escobar, tinham várias feministas históricas: a Shuma Shumacker da Rede, que é articuladora do movimento latino-americano, a Jacira Alves, que é da área da comunicação social da Rede Nacional Feminista da Saúde e Direitos reprodutivos. O movimento sempre teve essa capacidade de juntar a mulherada de vários lugares, tanto que a Ruth chamou para uma reunião, as mulheres que tinham se elegido em 82. Uma super reunião, num teatro, onde a gente fez oficinas. Já em 3 de março de 83, o coletivo dos grupos feministas no Rio de Janeiro nos chama pra uma reunião no Copacabana Palace. Ficamos três dias lá. Que era justamente uma reunião sobre aborto, contracepção, saúde. Nesse encontro foi que eu conheci o pessoal todo. Estava a Maria José de Lima, a Marisca Ribeiro, a Rosiska Darcy de Oliveira, que foi presidente do conselho nacional há pouco tempo, a Branca Moreira Alves, a Jaqueline Pitanguy, a Comba Marques Porto, a Danda Prado, a Maria Luiza Fontinelle, que tinha se elegido pelo Ceará naquela época. Ah, a Zuleika Dalambert também, que tinha chegado do exílio. Estavam praticamente todas as mulheres que coordenavam os grupos do Rio de Janeiro, que era o Brasil Mulher, o grupo Ceres, o Centro da Mulher Brasileira, o Mulherando, enfim, e daqui de Santa Catarina, fomos eu e a

---

<sup>200</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

Marlene Dosol, que é professora da Pedagogia. Nessa época acho que ela fazia parte do Vivências.<sup>201</sup>

Estes espaços de discussão e redes que vão sendo estabelecidas sempre foram importantes para a organização do movimento feminista. As relações pessoais são apontadas por muitas militantes como a fonte impulsionadora para o conhecimento e engajamento em questões pertinentes ao feminismo. Reuniões e Congressos podem ser mencionados como importantes formas de integração e interação. Encontros de mulheres e de discussões feministas eram noticiados nos jornais. Cabe destacar uma programação ocorrida na Unicamp, pelas repercussões tidas em momentos posteriores. Uma das entrevistadas para esta pesquisa, a Professora Júlia Guivant, citou esse acontecimento como algo muito motivador e importante para sua vida pessoal. Embora ela não tenha sabido deste encontro via jornal, a divulgação sobre os acontecimentos ocorridos em outros lugares, suscita em muitos leitores, além do conhecimento, interesse por questões que permeiam sua vida mas que não estão ligadas diretamente ao seu cotidiano. Este artigo do Jornal de Santa Catarina foi publicado em 25 de outubro de 1978:

São Paulo (AJB - JSC) – Começou ontem na Unicamp, um debate sobre a mulher, numa promoção do Centro Acadêmico de Ciências Humanas. A semana da Mulher irá até amanhã e os temas em discussão serão: a participação social e política da mulher; Sexualidade: instrumento de opressão ou de prazer?; a mulher e a cultura. A semana contará com a participação de antropólogos, artistas e jornalistas, entre outros.<sup>202</sup>

Em Santa Catarina ocorreram alguns Encontros de mulheres que incorporavam discussões feministas. O I Encontro de Mulheres Catarinenses ocorreu na cidade em Itajaí, em 1980. A este, sucederam-se o II e III encontro, ocorridos respectivamente em Chapecó

---

<sup>201</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/01.

<sup>202</sup> Mulheres fazem debate sobre seus problemas. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 25 out. 1978, p. 5.

em 1981 e Lages em 1982. Estes três eventos tinham uma forte ligação com partido político, o PMDB especificamente. Embora as organizadoras os denominassem suprapartidários, as pessoas os identificavam com o partido. Sobre o I destes eventos Clair Castilhos traz as seguintes informações:

Quando aconteceu esse encontro de Itajaí, pra nós foi surpreendente por que mais de 500 mulheres foram pra esse encontro, que era coordenado pela Anita Pires. Mas a gente não definia como sendo um encontro do PMDB. Não era. A gente tentou organizar uma espécie de fórum de mulheres catarinenses, de entidades de mulheres. Tinha DCE, UCE, PMDB, PDT, movimentos de mulheres trabalhadoras, prefeituras, poucas do PMDB na época. De qualquer maneira o grande dado que eu acho dessa reunião em Itajaí, além da mobilização muito grande de mulheres, nós percebemos que éramos bastante, foi a vinda de uma feminista de São Paulo, que veio fazer uma palestra sobre saúde da mulher. Foi a Albertina Duarte. A Albertina, quando fez a palestra, teve discussão e debate, falou quase duas ou três horas, aonde ela colocou toda a questão da saúde da mulher, mas do movimento feminista como um todo. Que tinha o movimento de mulheres, as discriminações, coisas que já estavam sendo debatidas intensamente em outros lugares, mas que a gente não estava acompanhando tanto aqui.<sup>203</sup>

Em uma reportagem de destaque sobre os direitos e condições das mulheres, o Jornal de Santa Catarina divulga as propostas apresentadas pelo I Encontro de Mulheres Catarinenses, ocorrido no ano anterior (1980):

A partir do 1º Encontro da Mulher Catarinense, realizado em Itajaí, no ano passado, que teve como objetivo despertar e aumentar a participação da mulher na vida comunitária, foram tiradas diversas propostas: ativar a participação das mulheres nos sindicatos, movimentos populares, associações de bairro, partidos políticos. Lutar para que seja cumprida a lei do salário igual para trabalho igual. Contra os preconceitos que inferiorizam a mulher na sociedade. Condições de atendimento às crianças das mulheres trabalhadoras. Amplo esclarecimento dos métodos anticoncepcionais para que o casal tenha condições de decisão.<sup>204</sup>

<sup>203</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001.

<sup>204</sup> A mulher independente do homem e não contra ele, diz comitê. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 15-16 mar. 1981.

Neste mesmo texto, publicado em março de 1981, o jornal abordou sobre a organização do II Encontro da Mulher Catarinense, que estava sendo preparado para o mês de agosto daquele ano, na cidade de Chapecó. Informou sobre a constituição de uma comissão com representantes de diversas entidades e municípios para coordenar a continuidade do trabalho iniciado a partir do I Encontro.<sup>205</sup>

É a partir do II Encontro Catarinense de mulheres que se forma o **Grupo Vivências**. As feministas perceberam a necessidade de um grupo sem vínculos ou obrigações com outras instituições, pois isto tolhia a liberdade necessária para a discussão e reflexão de temas importantes. As transformações imprescindíveis para acabar com as discriminações e garantir respeito e igualdade às mulheres, não poderiam ser defendidas se submetidas aos interesses de outros grupos e instituições.

Nesta perspectiva, Clair Castilhos narra este evento como peculiar, pois o público, diferentemente do encontro ocorrido anteriormente, era constituído basicamente de mulheres trabalhadoras rurais, ligadas à pastoral da Terra e ao Movimento da Teologia Libertação. O tom fortemente religioso era denotado inclusive pelo local do encontro: um seminário. Havia várias restrições quanto aos assuntos a serem abordados:

Não podia falar sobre aborto, sobre laqueadura, divórcio, não podia tocar nesses assuntos. Era pra falar mais na questão social, das injustiças sobre as mulheres e tal, e de carteira de trabalho, sindicalismo... Eu tinha que falar especificamente sobre saúde. Quando eu fui falar, o clima não estava muito legal pra falar do que o movimento feminista já usava como bandeira de luta há muito tempo, a história do corpo, da expropriação do corpo da mulher, “nosso corpo nos pertence”, a liberalização do aborto. Com as restrições, depois a gente saiu e se reuniu num monte de beliche, em um recinto que dormia todo mundo, e aí entre dois beliches nos reunimos: a Zuleika, eu, a Anita, mais uma companheira chamada Clitia Helena Martins Campello, que era daqui. Esta era feminista assumida, tinha chegado do Rio, tinha pertencido a grupos feministas no Rio. E nós

---

<sup>205</sup> Idem.

nos encontramos lá mesmo escondidinho, com duas feministas que estavam uma no Rio e outra de Brasília. Esta de Brasília Marlene Libardoni, e mais a Sonia Malheiros Miguel que morava no Rio e veio pra cá, pra essa reunião feminista em Chapecó que foi em 81, acho. Aí nessa reuniãozinha, antes de começar o encontrão propriamente dito, nós chegamos a conclusão, que não dava mais pra funcionar esse esquema de grandes encontros com mulheres que tu não sabias a origem, nem que grupos estavam por trás, nem que tipo de organização que as mobilizava, no caso ali era a Igreja. Então nós chegamos à conclusão: “não dá, nós temos que organizar um grupo feminista. Chega dessa história”. De lá nós saímos, aconteceu o encontro, acabamos falando sobre aborto, de tudo o que tínhamos que falar, de uma forma atenuada, mas falamos. A Igreja não gostou muito, as mulheres sim. Depois nós retornamos à Florianópolis e na seqüência nós organizamos um grupo feminista importante na época, que se chamava “Grupo Feminista Vivências”.<sup>206</sup>

O fato de Clair citar que deveriam ter um grupo feminista, constitui mais um exemplo da busca por autonomia lembrada nas narrativas. Estas falas nos relatam as estratégias utilizadas e também os novos espaços de ação conquistados.

As divisões que sempre estiveram presentes no Movimento Feminista em todo o território nacional, também se fizeram constar nos grupos feministas de Santa Catarina. Em cada lugar e cada época surgiam disputas específicas sobre as prioridades do feminismo, valorizando algumas causas em detrimento de outras consideradas menos importantes. É preciso notar que as posturas diferem-se diametralmente conforme o meio em que se inserem as militantes. O artigo abaixo, publicado no jornal O Estado em 1985, nos permite ter um vislumbre do caso específico de Santa Catarina:

Hoje, pode-se dizer que os movimentos feministas aqui em Santa Catarina, embora persigam os mesmos objetivos, tem uma divisão. Uma corrente da qual fazem parte uma grande massa de mulheres oriundas a classe média, vem lutando por problemas mais específicos, como o direito à sua própria vida. Neste caso é dado mais ênfase a problemas como acesso à anticoncepcionais, legalização do aborto, acesso a educação dos filhos, e direito de exercer livremente a sua sexualidade. E outro grupo, principalmente no oeste do Estado, onde há um grande contingente de agricultoras, que quer um direito a uma maior participação da mulher nas

---

<sup>206</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001.

decisões políticas do país e no trabalho, com direito a voz ativa nos sindicatos. (...) <sup>207</sup>

Abordando sobre o movimento de mulheres trabalhadoras rurais, Clair afirma que elas iniciaram seu movimento logo após o início da organização do movimento feminista em Santa Catarina. “Tanto que a Lucy já se elege deputada estadual em 86, apoiada por elas. Acredito que as trabalhadoras rurais, lá por 83, 84 começam a se articular”. <sup>208</sup>

Segundo Marli Auras, a luta das trabalhadoras rurais começou a ser articulada em Chapecó, no Oeste catarinense, em 1981, no interior do movimento de Oposição Sindical e em meio à presença do trabalho da Igreja Popular. Em fins de 1982, passou a ser autônomo como Movimento de Base das Mulheres Agricultoras. A autora descreve os objetivos do movimento através das seguintes palavras: “...com núcleos hoje em aproximadamente 40 municípios, luta pela sindicalização das mulheres, seu direito à aposentadoria, direito à assistência médica e à indenização por acidentes de trabalho”. Em 1986, o Movimento conseguiu reunir cerca de 10 mil mulheres agricultoras catarinenses, em Xanxerê, para comemorar sua organização, discutir seus problemas e fortalecer suas lutas específicas. Auras expõe como resultado deste Movimento, o crescente número de sindicalização da mulher agricultora; inclusive participação nos cargos da direção sindical, até então reduto dos homens. <sup>209</sup>

Um importante resultado da articulação deste movimento foi ter elegido a agricultora Luci Choinaski para a Assembléia Legislativa de Santa Catarina nas eleições gerais realizadas em 1986. Choinaski foi a primeira representante estadual eleita pelo

---

<sup>207</sup> As Mulheres querem ocupar espaços. Não só no seu dia. *O Estado*, Florianópolis, 08 mar. 1985, p. 6.

<sup>208</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001.

<sup>209</sup> AURAS, Marli. *Poder oligárquico catarinense*: da guerra aos 'Fanáticos' do Contestado à 'Opção pelos Pequenos'. 1991. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991, p. 297.

Partido dos Trabalhadores no Estado e primeira expressão de auto-representação de um movimento popular naquela instância legislativa.<sup>210</sup>

Em Florianópolis no ano de 1985, ocorreu o Encontro Nacional de Mulheres Profissionais do Direito, na Assembléia Legislativa do Estado. Este evento, organizado por mulheres de carreira jurídica, foi citado por duas entrevistadas como um importante acontecimento para a luta feminista. Advogadas e juízas de todo o país se congregaram para discutir questões referentes às mulheres na Constituição. “Foi naquele início da luta pelas questões feministas na Constituição, antes da Constituinte. Estava Zulaê Cobra Ribeiro. Desse encontro eu participei. Foi muito interessante. Era a briga pelas questões feministas, a reflexão, a conscientização e a questão feminista na Constituição Brasileira, frente ao Direito.”<sup>211</sup>

Segundo Clair, “veio todo mundo que trabalhava, que era do movimento feminista, as advogadas feministas. E foi um encontro muito bom, muito bem organizado, cheio de gente. Veio também as figuras do movimento feminista que eram advogadas, que aliás tem muitas no movimento vinculadas à OAB-Mulher, e movimento de mulheres advogadas”.<sup>212</sup>

Este foi anunciado pelos jornais e aguardado pela presença de feministas de todo o Brasil.

Mulheres de todo o Brasil estarão em Florianópolis debatendo suas lutas e conquistas em nossa sociedade de 17 a 19 de outubro na Assembléia legislativa do Estado – serão debatidos temas que envolvem a discriminação da mulher, os problemas da profissional do Direito e a Constituinte. As conferencistas convidadas são profissionais de renome em nosso país. Assim, teremos sociólogas, escritoras, advogadas, deputadas, enfim nomes do quilate de Ruth Escobar, Marina Colassanti, Rose Marie Muraro, Branca Moreira Alves e tantas outras...<sup>213</sup>

---

<sup>210</sup> AURAS, M. Op. Cit., p. 298.

<sup>211</sup> Entrevista com Mara Lago, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 30/07/03.

<sup>212</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

<sup>213</sup> Mulher. O Estado, Florianópolis, 13 out. 1985. 3. Cad. p. 3.

Mas esta circulação de idéias não se dava de forma institucionalizada. Havia um contato informal, as trocas se davam de forma simples, pelo menos de acordo com o relato de algumas pessoas, como os que seguem:

Contato sim. Meio que através das pessoas. Não era um contato institucional do grupo com outro grupo, mas pessoas daqui conheciam pessoas do grupo de lá, então trazia notícias. Tinha um jornal que se editava, que se chamava **Mulherio**, então através desse jornal a gente também ficava sabendo e se informava. Eu pessoalmente assinava o jornal, acho que todas nós pessoalmente assinávamos o jornal. Mas fora isso eram mais notícias que circulavam informalmente, nada articulado.<sup>214</sup>

Além das relações pessoais, uma grande fonte de propagação das informações e reflexões sobre o feminismo se dava através das leituras, principalmente de jornais feministas. Estas informações eram ansiosamente buscadas pelas feministas locais que acompanhavam os embates e procuravam se manter a par dos assuntos de maior profusão do cenário tanto nacional quanto mundial:

A gente acompanhava e começou a pegar todos os jornais que apareciam. Mais tarde um pouco eles começaram a aparecer. O jornal **Mulherio**, eu tenho até alguns exemplares. Depois o **Lampião da esquina**, que era um jornal homossexual, do movimento homossexual. Todos esses produtos quando chegavam aqui, quando a gente ia pras SBPCs, trazia todo esse material... Não era tão fácil não (encontrar literatura feminista em Florianópolis). Uma revista que eu andei assinando foi a **Presença Feminina**, da UBM (União Brasileira de Mulheres). Mas foi posteriormente. Mas não tinha muita coisa. Os grupos foram se organizando nesse espaço. Aqui no Brasil eles começaram um pouco depois da Europa, EUA. Ativamente. Mas a gente já acompanhava, já se preocupava com os mesmos temas, procurava ler o que conseguia.<sup>215</sup>

Uma das contribuições ou influências mais importantes para o feminismo em Florianópolis, foi a série de ligações e contatos da professora Júlia Guivant, antes de vir

<sup>214</sup> Entrevista com Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

<sup>215</sup> Entrevista com Mara Lago, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 30/07/03.

morar na capital catarinense. Através das experiências vivenciadas a partir de outros grupos de discussão, Guivant se constrói como sujeito feminista e elabora referenciais sobre este movimento:

Saí e fui fazer Mestrado por uma série de contatos, coincidências, acidentes, em Sociologia na Unicamp. Comecei a fazer o Mestrado em 77. O pessoal foi fantástico, eu e meu marido neste momento, ficamos muito próximos de vários professores que foram de alta cordialidade. Bom, daí entre esses professores tinha uma antropóloga que se chama Marisa Correa. Ela tinha vindo dos EUA havia pouco tempo, era uma pessoa muito positiva. E daí começou a perguntar por que não fazemos um grupo de conscientização. Pouco tempo depois veio uma filósofa suíça, que era casada com um brasileiro. Tinha a Jeanmarie, a suíça, a Marisa, e depois tinha outra professora que vinha dar aula ocasionalmente, Verena, e tinha mais três alunas da antropologia sobretudo, acho que eu era a única da sociologia. Aí começamos a ter este grupo de discussão que era fantástico. A gente se reunia quase todas as semanas... Eu participei também de muitos debates na Fundação Carlos Chagas, me dei muito bem com as pessoas. Em 79 eu fui morar em São Paulo. Eu já tinha muitas amigas que eram do movimento feminista: Maria Moraes, Cinthia Sarti, estávamos sempre juntas, uma relação fácil. Parecia que sempre tínhamos sido amigas. Esse tipo de coisa que era fantástico. E eu me sentia cada vez mais crescendo em preocupação, entendimento da problemática, fazendo todo um questionamento sobre a posição de esquerda... Quando eu estava neste grupo em Campinas, o pessoal era muito provocativo. Porque tinham morado nos EUA, duas eram européias, então elas puxavam para coisas que eu nunca tinha pensado. Mas com sofisticação, de uma forma que eu pegava e levava pra minha casa. Fazia pensar, me transformou. É uma herança que me acompanha... Em 83 fui passar uns anos nos EUA. Fiz uma íntima amiga que era uma francesa, que tinha militado muito no feminismo na França. Ela me passou um monte de materiais, ela me estimulou muito. Tanto que eu reescrevi minha Dissertação de Mestrado, fiz um super artigo muito bom. Mas daí eu voltei com a idéia da questão de gênero, ela me passou uns textos da Joan Scott, que eu não conhecia neste momento, e ninguém no Brasil conhecia, estou te falando de 83... Ah eu trabalhava muito com Carmem Barroso. Tínhamos uma relação ótima. Ela era do grupo de Carlos Chagas. Era mais acadêmica.<sup>216</sup>

Em sua narrativa, ressaltam as marcas deixadas por uma determinada experiência. As relações pessoais, as leituras, as transformações são resignificadas a partir das subjetividades que vão sendo constituídas no presente. Os sentidos atribuídos às práticas feministas, ou do feminismo enquanto movimento organizado, inscrevem o movimento em

<sup>216</sup> Entrevista com Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

uma temporalidade e em um determinado lugar social idealizado pelas construções da memória. Os depoimentos das mulheres entrevistadas descrevem, com o rigor de quem vivenciou uma determinada experiência, as construções do movimento feminista catarinense, inscrevendo-o nas suas trajetórias de vida e na História.

### **Associação Casa da Mulher Catarina**

Um aspecto importante que merece ser destacado é a grande ênfase dada pelo movimento feminista a questões relativas à saúde. A partir da década de 80, a saúde da mulher tornou-se um tema central para o movimento. De acordo com Céli Pinto, este foi um tema particularmente delicado e polêmico pela gama de assuntos que abrange e por estar intrinsecamente ligado ao Estado. Além dos cuidados com a maternidade e com a prevenção de doenças, a questão da saúde encampava outros temas controversos como o planejamento familiar, a sexualidade e o aborto. Estudos sobre sexualidade, embora não recentes, passam a ser retomados e estimulados. O artigo abaixo evidencia esta proposição:

Florianópolis – No começo da década de 60 vários fatores detonaram uma revolução sexual. A pílula anticoncepcional tornou o sexo pré-marital mais seguro e permitiu que milhões pensassem no sexo como uma forma de prazer e não só função de procriação.(...) essa geração abraçou também com entusiasmo o movimento feminista. Com a pílula as mulheres passaram a controlar seu destino sexual e tiveram sua sexualidade encarada com mais naturalidade.(...) Foi nessa época que um estudo revolucionário sobre a função sexual humana, do zoólogo norte-americano Alfred Kinsey inaugurou a era das pesquisas sexuais.<sup>217</sup>

A sexualidade passa a ser encampada por diferentes discursos, principalmente o científico. Produções discursivas legitimam as investigações e intervenções nos corpos e

---

<sup>217</sup> SAMPAIO, Márcia. Feminismo abriu o debate. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 05-06 fev. 1989, p. 12.

portanto na sexualidade dos indivíduos. Várias pesquisas científicas direcionaram seu foco sobre a “fisiologia do prazer”. Nos Estados Unidos e Europa tornaram-se comuns pesquisas sobre o funcionamento da “anatomia sexual”. No Brasil, no final da década de 60 e principalmente na década de 70 estas pesquisas são publicizadas pelas chamadas revistas de comportamento tornando o sexo um discurso cientificizado, porém de acesso autorizado.<sup>218</sup>

Discussões e congressos sobre a saúde da mulher foram constantemente elaborados e passaram a surgir várias propostas de criação de ONGs, Grupos, Movimentos, como cita o artigo do Jornal de Santa Catarina de março de 1989, que relata a sugestão da criação do Movimento Nacional da Saúde da Mulher:

Florianópolis – Aproximadamente 500 mil mulheres morreram em 1988 e 1 milhão deve ter o mesmo destino em 89, em virtude de problemas de parto, pós-parto e abortos realizados em condições inadequadas. A maioria desses números é referente a países do 3º mundo. (...) estas estatísticas levaram as 30 participantes do Encontro do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), realizado em Brasília recentemente. Do encontro surgiu a proposta de formação do Movimento Nacional da Saúde da Mulher, a ser deflagrado no dia 28 de maio.<sup>219</sup>

Há a busca para maior espaço de atendimento, discussão e negociação com as instancias responsáveis sobre uma questão prioritária no feminismo daquele momento.

Um evento ocorrido em Santa Catarina com este teor, no ano de em 1989 teve uma conseqüência muito importante: a formação da Organização Não Governamental **Associação Casa da Mulher Catarina**. A então presidente do Conselho Nacional da Mulher, Jaqueline Pitanguy, convocou uma reunião em Brasília para elaboração de uma campanha nacional para o dia 28 de maio. Foi organizado então um grande debate em Florianópolis sobre saúde, mais especificamente sobre a mortalidade materna. Mas há certa

---

<sup>218</sup> NECKEL, Roselane. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). 2004. Tese (Doutorado em História), PUC - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004, p. 164-169.

<sup>219</sup> Saúde da mulher em debate. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 04 mar. 1989, p. 12.

confusão cronológica entre as entrevistadas que participaram deste debate, segundo Clair Castilhos, aconteceu em 1988:

Eu já era vereadora e em 88 nós resolvemos organizar um grande debate em Florianópolis sobre a mortalidade materna. No dia 28 de maio... E nós, um grupo de mulheres, organizamos esse 28 de maio que também foi um sucesso. Encheu de mulher, foi o dia inteiro a gente discutindo coisas de saúde e tal. E desse 28 de maio foi que surgiu a Casa da Mulher Catarina, que está até hoje. Nossa ONG. A gente hoje não é só um grupo feminista autônomo, como também é um projeto de extensão aqui do Departamento de Saúde Pública.<sup>220</sup>

Enquanto que para Neusa Dias foi em 1989:

Nós fizemos um evento no dia 28 de maio de 89 e fez tanto sucesso que nós resolvemos criar esse espaço voltado pra mulher que já tem 13 anos. Já desenvolvemos muito trabalho, seminários, oficinas. Como toda Associação ela tem altos e baixos, às vezes progride, depois regride, uma sai, outras entram. Mas temos um grupo que permanece desde o início: eu, a Clair e a Vera. Depois passei a intensificar mais meu trabalho pela Casa, na área de política... Todos os cursos que nós damos são todos eles sobre a ótica de gênero, por isso se diferenciam dos outros cursos que as fundações dos partidos políticos oferecem. Eu aqui na Casa sou vice-presidente e sou vice-presidente da associação de mulheres de negócios e profissionais, ali o enfoque já é a mulher empresária e profissional. Pode parecer meio pomposo, meio elitista, mas não é. Inclusive agora estamos fazendo projetos voltados para as mulheres chefes de família, carentes...<sup>221</sup>

**A Associação Casa da Mulher Catarina**, criada em 28 de maio de 1989, é uma organização de utilidade pública, sem fins lucrativos, e um grupo feminista autônomo. Atua na luta pelos direitos e capacitação das mulheres, denunciando discriminações e combatendo injustiças e limitações impostas pelo simples fato de pertencerem a determinado sexo/gênero. Dedicar-se à área de saúde da mulher, da participação política, dos direitos sexuais, direitos reprodutivos e raça/etnia.<sup>222</sup> Esta associação não trabalha só, mas tem parcerias e articulações com diversas outras entidades, se inserindo em um

<sup>220</sup> Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001.

<sup>221</sup> Entrevista com Neusa Dias, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 21/05/2003.

<sup>222</sup> Folder da Associação da Casa da Mulher Catarina.

trabalho conjunto e portanto mais eficaz: “Nós temos articulação com feministas de outros lugares. Fazemos parte da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, fazemos parte da articulação de mulheres brasileiras e até pouco tempo tínhamos a Clair como representante no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher”.<sup>223</sup>

Vera Fermiano, uma das fundadoras da ONG conta sobre o encontro de saúde que deu origem à associação, descrevendo-o como algo maravilhoso e continua sua narrativa sobre os objetivos de trabalho da Casa e algumas de suas dificuldades:

Também em 89 a gente funda a Casa da Mulher Catarina, que era um espaço para discutir com as mulheres, fazendo acontecer aquelas histórias que a gente gostaria que acontecesse mas nunca teve oportunidade. Nessa época havia uma organização do movimento de mulheres... Havia quase cinquenta grupos de mulheres na ilha inteira, grupos comunitários de mulheres. Cada conselho comunitário dessa cidade tinha uma organização e um grupo de mães. A partir dali elas começaram a fazer outras discussões, até por que era a época do “nosso corpo nos pertence”, “queremos ter direito de decidir sobre nosso corpo”, sobre quantos filhos queremos ter, sobre aborto. Final dos anos 80. Acontece um encontro de saúde no 28 de maio, na prefeitura, e a gente achando que ia dar meia dúzia de gato pingado. O auditório encheu de cabo a rabo, então a gente foi com tudo. Teve sexualidade, direitos, todas as formas de contraceptivos. Super maravilhoso e isso deu força pra gente realmente querer. Aí surge a Casa da Mulher Catarina, a partir desse encontro. Começamos um trabalho voltado para a questão da mulher, pra questão de gênero, de raça, direito e gênero, raça e gênero. Tudo voltado pra questão de gênero. Num primeiro momento era um grupo bem grande, primeiro funcionamos no escritório da Clair, depois, como a Clair era do Departamento de Saúde Pública, nós pedimos um espaço. Mas só poderíamos ficar no espaço, se fôssemos um projeto de extensão. Daí virou o projeto de extensão do Departamento de Saúde Pública... Dentro da Casa da Mulher Catarina as três linhas de atuação são: saúde e direitos reprodutivos, empoderamento de mulheres e gênero, raça e etnia.<sup>224</sup>

A Universidade foi um espaço para discussão, interlocução e divulgação das idéias feministas. Isto é especialmente verdadeiro quando falamos de Santa Catarina. Grande parte das feministas estava ligada à Universidade Federal de Santa Catarina e a maioria das

<sup>223</sup> Entrevista com Neusa Dias, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 21/05/2003.

<sup>224</sup> Entrevista com Vera Fermiano, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 22/05/2003.

entrevistadas são professoras universitárias. Uma das críticas mais freqüentes ao movimento catarinense, é que foi muito acadêmico e pouco expandido para a sociedade. Várias discussões e debates se davam no interior da academia fazendo com que de certa maneira o assunto ficasse limitado a um grupo de pessoas. As discussões se circunscriviam no meio acadêmico, fazendo com que o movimento catarinense fosse mais “elitizado”. Espaços eram criados para suscitar novas formas de pensar e dialogar com os problemas das várias formas de discriminação. A realização de diálogos contra as exclusões surgiu a partir da necessidade de se ampliar os espaços abertos para debates sobre a questão das minorias, o que incluía as mulheres. O feminismo vem como uma resposta aos anseios destas mulheres em lutar por condições dignas surgindo assim como um campo de novas possibilidades e se inserindo em todas as esferas da vida. Através do relato abaixo percebemos a divulgação e a dimensão das temáticas feministas perpassando várias áreas do conhecimento, e aproveitando canais de participação criados, neste caso a Universidade, e a partir de um evento comemorativo ganhando novo impulso, conforme Ane Beck:

Quando eu assumi a Direção do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, uma das coisas que eu me preocupava era justamente abrir um espaço de manifestação das minorias, quaisquer que fossem elas. Isso, claro, não podia ser feito só com a minha vontade, tinha que ter uma perspectiva, um embate acadêmico. E nós tratamos de organizar debates com negros, com mulheres, e talvez o com mulheres tenha sido mais bem sucedido. Nós retomamos uma discussão que já havia sido feita no próprio CFH e que depois foi abandonada. A gente pensou em fazer, no dia internacional da mulher, oito de março, uma semana de discussão. Mandamos correspondência para todas as unidades da universidade, dizendo o que iríamos fazer, e que estavam abertas as inscrições para quem tivesse trabalho para apresentar sobre o assunto. Isso foi em março de 1989. A gente não sabia que ia aparecer uma diversidade tal. Tivemos trabalhos da área da saúde, de lingüística, de letras, literatura, muitos da área social, da história. Isso aí foi uma resposta muito interessante. Eram trinta e poucos trabalhos. Tinham coisas muito interessantes. O pessoal da saúde trouxe trabalhos sobre amamentação, pré-natal. Coisas muito interessantes não só da perspectiva cultural, mas de como, por exemplo, a medicina, a enfermagem podem intervir nesses processos. E, além disso, trouxemos

algumas pessoas. Aí trouxemos algumas feministas: Ana Maria Vicentini de Brasília, Rosie Marie Muraro, acho que Albertina da fundação Carlos Chagas. E depois disso parece que isso tomou um impulso, as pessoas continuaram o trabalho, e retomamos também o núcleo de estudos da mulher, que parece que agora mudou de nome. De qualquer maneira a origem foi essa.<sup>225</sup>

Através de leituras, contatos, discussões, o feminismo foi se propagando em todas as esferas da sociedade. Mas o feminismo não é um movimento unificado, homogêneo, nem coeso, e portanto não é fácil de ser definido. Foi formado por pessoas de diferentes tendências e com interpretações e entendimentos díspares sobre as condições das mulheres e sobre as formas de lutas. Mas embora tenha aceções tão variadas, há elementos em comum, identificados como componentes básicos, conforme afirma Júlia Guivant: “Em primeiro lugar, a convicção de que as mulheres devem ser livres para escolher suas opções de vida; e em segundo lugar, certa compreensão das formas em que as mulheres podem se libertar das diferentes maneiras em que se expressa a dominação patriarcal. E entre estas formas existe uma especial consideração para a organização de grupos que lutem pelas mudanças desejadas.”<sup>226</sup>

Pesquisar o feminismo abre possibilidades de se conhecer uma história muitas vezes relegada às sombras e ao silêncio. Em Santa Catarina a atuação deste movimento impulsionou reflexões e causou transformações na medida em que denunciou e criticou discursos discriminatórios e preconceituosos contra as mulheres. Reflexões estas, incorporadas às muitas lutas pelo respeito e pelo reconhecimento das mulheres como cidadãs.

---

<sup>225</sup> Entrevista com Ane Beck, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/07/2003.

<sup>226</sup> GUIVANT, J. Op. Cit., p. 240.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender as muitas nuances da história das mulheres torna-se uma tarefa fascinante, porém complexa, pois, nunca conseguiremos perscrutar todos os seus caminhos e significados. Os percalços que nos são apresentados, muitas vezes parecem-nos intransponíveis. Porém o fascínio por novos conhecimentos e a percepção de engendramentos sociais que vão se constituindo, compensam os pesares. O feminismo pensado como um movimento social que luta contra as discriminações e preconceitos sofridos pelas mulheres, pelo simples fato de seu gênero, tem uma longa história. Mas a intenção deste trabalho foi perceber a partir de que momento o feminismo, de uma questão individual, passou a ser contemplado como uma questão coletiva, e portanto que apresenta uma certa visibilidade. Já havia mulheres feministas em Santa Catarina há muitos anos atrás, mas uma coisa é ser feminista, uma outra coisa é quando estas feministas passam a se organizar coletivamente, constituindo grupos.

O feminismo como um movimento organizado emergiu no cenário catarinense no início da década de 80. Dois grupos feministas se constituíram no ano de 1981 com visões e estratégias de luta diferentes. O **Coletivo Feminista Amálgama**, e logo em seguida se formou o **Grupo Feminista Vivências**. O primeiro era mais intimista, um grupo de “conscientização” com a intenção de promover uma autocrítica, sem o intuito de uma participação pública e efetivamente ativa na sociedade. Já o **Vivências**, tinha uma caráter mais militante. Incluía mulheres que participavam principalmente do PMDB e assumia um funcionamento aberto a quem quisesse participar dele. Este grupo tinha uma prática mais voltada para fora, com a intenção de levar as críticas e os debates até a sociedade.

Ambos os grupos eram formados por mulheres intelectualizadas, professoras universitárias em sua maioria, de classe média e com posturas de esquerda. Os grupos tiveram uma curta existência e embora tenham elaborado e participado de várias manifestações, as discussões se inscreviam mais dentro da Universidade, não se expandindo para a sociedade de forma tão significativa quanto em outros lugares como Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo, onde o movimento ganhou maior projeção e atuou de forma mais enfática.

Mas este movimento feminista catarinense, considerado mais acadêmico, contribuiu para a construção da história dos movimentos sociais no Brasil e lutou por uma sociedade mais justa. As discussões trazidas e encampadas por este movimento, renderam muitos frutos. Os estudos feministas e de gênero, têm sido tema de várias pesquisas e debates suscitados nas universidades. Como estímulo do movimento feminista catarinense, espaços de estudo e discussão foram criados. Como exemplo temos o **NIGS** (Núcleo interdisciplinar de gênero e subjetividades), a ONG **Casa da Mulher Catarina**, o **Encontro Internacional Fazendo Gênero**. A Revista de Estudos Feministas, considerada uma das mais importantes revistas feministas acadêmicas no Brasil e na América Latina, a partir de 1999 passou a ser publicada por uma equipe de professoras que estudam gênero na UFSC. Há também o projeto da Criação do **Instituto de Estudos de Gênero**.

Todos estes itens citados surgiram a partir das reflexões feministas. Mas, talvez a maior contribuição seja a difusão de ideais que colaboram para desconstruir práticas de exclusão e desigualdades calcadas em essencialismos e naturalizações culturalmente construídos. Reflexões incorporadas às práticas discursivas e às mentalidades, mexendo silenciosamente na cultura social e política.

Das mulheres que experimentaram e subjetivaram-se como feministas e militaram para que o feminismo em Santa Catarina desse passos e se configurasse como movimento organizado, muitas continuam na militância: algumas em partidos políticos, outras nas suas profissões, outras ainda em ONGs... Se hoje muitas de nós mulheres estamos pesquisando e refletindo sobre feminismo e gênero, há que se tributar ao esforço de outras que nos antecederam e que lutaram pela conquista destes espaços.

Devido à exigüidade do tempo, do espaço e também pelas muitas escolhas as quais fazemos ao escrever um texto, muitas questões interessantes foram suscitadas no decorrer do trabalho, mas não puderam ser abordadas.

Uma série de questionamentos e curiosidades começa a se delinear como caminhos possíveis de serem seguidos, como sugestões para futuras pesquisas: investigar a fundação da Casa da Mulher Catarina, historicizar o Movimento Feminino pela Anistia, pesquisar o embate entre as feministas “acadêmicas” e os “militantes”, perscrutar como o Gênero emerge como categoria de análise em meio às discussões e pesquisas feministas. Estas são algumas das inúmeras possibilidades de pesquisa suscitadas por um tema tão intrigante quanto o pesquisado pelo presente trabalho.

## FONTES

### JORNAIS

Problemas femininos se expandem: família. O Estado, Florianópolis, 21 fev. 1964, p. 2.

Mulher cada vez mais solicitada. O Estado, Florianópolis, 06 mar. 1964, p. 2

BECKHAUSER, Adauto. A mulher na sociedade moderna. A Nação, Florianópolis, 08 maio 1965, p. 7.

As vantagens de ser mulher. A Nação, Florianópolis, 23 mar. 1966, p. 2.

Demissão em massa de mulheres casadas. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 06 abr. 1972, p. 6.

A velha pílula. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 12 maio 1972.

O juiz e suas frágeis mineiras. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 04 jan. 1973, p. 07.

Feminista apóia serviço militar. O Estado, Florianópolis, 03 maio 1973, p. 5.

Movimento pela Anistia faz palestra no dia da mulher. A Gazeta, Florianópolis, 08 mar. 1978, p. 1.

Mulheres fazem debate sobre seus problemas. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 25 out. 1978, p. 5.

Dia da Mulher será homenageado na Câmara. O Estado, 23 de fev. 1979, p. 6.

Mulher na política. O Estado, Florianópolis, 04 mar. 1980, p. 3.

A mulher independente do homem e não contra ele, diz comitê. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 15-16 mar. 1981.

Líder feminista diz que oposição precisa vencer. O Estado, Florianópolis, 27 mar. 1981, p. 3.

VICENZI, Celso. Studart: “os homens são uns déspotas na cama”. O Estado, Florianópolis, 29 mar. 1981, p. 24.

GRILLO, Patrícia. Grupo feminista abre debate. O Estado, Florianópolis, 07 mar. 1982, p.18.

Mulheres denunciam discriminação salarial. O Estado, Florianópolis, 09 mar. 1982, p.15.

No dia da mulher, distribuição de folheto com as palavras de ordem. O Estado, Florianópolis, 09 mar. 1982, p. 15.

No dia da mulher, debates sobre violência, aborto e legislação. O Estado, Florianópolis, 08 mar. 1983, p. 16.

As Mulheres falam sobre o que os homens escrevem. O Estado, Florianópolis, 08 mar. 1984, p. 14.

No seu dia, mulheres também vão à luta pelas diretas já. O Estado, Florianópolis, 09 mar. 1984, p. 8.

Dia Mundial da Mulher tem comemoração. O Estado, Florianópolis, 07 mar. 1985, p. 10.

As Mulheres querem ocupar espaços. Não só no seu dia. O Estado, Florianópolis, 08 mar. 1985, p. 6.

Dia Internacional da Mulher. O Estado, Florianópolis, 09 mar. 1985, p. 5.

Mulher. O Estado. Florianópolis, 13 out. 1985. 3. Cad. p. 3.

SAMPAIO, Márcia. Feminismo abriu o debate. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 05-06 fev. 1989, p. 12.

Saúde da mulher em debate. Jornal de Santa Catarina, Blumenau, 04 mar. 1989. p. 12.

## **ENTREVISTAS**

Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 26/09/2001.

Entrevista com Neusa Dias, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 21/05/2003.

Entrevista com Vera Fermiano, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 22/05/2003.

Entrevista com Cleide Albuquerque, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 13/06/2003.

Entrevista com Eglê malheiros, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 17/06/2003.

Entrevista com Ane Beck, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/07/2003.

Entrevista com Teresa Sell, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 13/06/03.

Entrevista com Clair Castilhos, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/07/03.

Entrevista com Mara Lago, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 30/07/03.

Entrevista com Júlia Guivant, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 01/08/03.

Entrevista com Regina Lisboa, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 08/08/03.

Entrevista com Marise Maravalhas, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 08/08/03.

Entrevista com Maria Amélia Dickie, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/08/03.

Entrevista com Maria Inês Paulilo, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 18/08/03.

Entrevista com Isabel Régis, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 27/08/03.

Entrevista com Zuleika Lenzi, realizada por Janine Petersen em Florianópolis, no dia 11/06/03.

## BIBLIOGRAFIA

ALVES, Branca Moreira; PITANGUY, Jaqueline. O que é o Feminismo. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

ALVES, Branca Moreira. Ideologia e Feminismo: A luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Ed.Vozes, 1980.

AURAS, Marli. Poder oligárquico catarinense : da guerra aos 'Fanáticos' do Contestado à 'Opção pelos Pequenos'. 1991. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

\_\_\_\_\_. Leituras e leitores na França do Antigo Regime. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

COLLING, Ana Maria. A resistência da mulher à Ditadura Militar no Brasil. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

CORRÊA, Mariza. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp 2001.

COSTA, Albertina de Oliveira. É viável o feminismo nos trópicos? Resíduos de insatisfação – São Paulo, 1970. Cadernos de Pesquisa. Agosto de 1988, n.66, Editora Cortez, p. 65

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Carmem da Silva - entre história e memória, uma feminista na imprensa brasileira. 2002. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

FÁVERI, Marlene de. Questões para estudos de história, memória e gênero. Revista Alcane, n.6. Itajaí: Univali, nov. 2001, p. 67-72.

\_\_\_\_\_. Sobre experiência, gênero e história: reflexões necessárias. Anais - X Encontro Estadual de História: História: Trabalho, cultura e poder. Florianópolis: UFSC, ANPUH/SC, 2004, p. 269-272.

FERREIRA, Marieta de Moraes; e AMADO, Janaína (orgs.). Usos e abusos da História Oral. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1996.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, A Genealogia e a História. In Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 5.<sup>a</sup> edição, 1985. p. 15-37.

\_\_\_\_\_. A ordem do discurso. São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

FRIEDAN, Betty. Mística Feminina. Rio de Janeiro: Vozes Limitada, 1971.

GOLDBERG, Anette. Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante. 1997. Dissertação (Mestrado em Sociologia)- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

\_\_\_\_\_. Os movimentos de liberação da mulher na França e na Itália (1970-1980): primeiros elementos para um estudo comparativo do novo feminismo na França e no Brasil. Pg. 33-57. In: O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual / organização de Madel T. Luz- Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GOLDEMBERG, Miriam. A revolução das mulheres. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 1992.

GREER, Germaine. Sexo e Destino: A política da fertilidade humana. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

GUIVANT, Júlia. Alguns dilemas das mulheres nos partidos políticos: a campanha eleitoral de 1982 em Florianópolis. In: Revista de Ciências Sociais. Vol 1, n.1. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1986.

HAHNER, June E. A mulher no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.

JACOMEL, Gabriel Felipe. Homem não entra! Um feminismo brasileiro vai aos palcos. Trabalho do Curso em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Novembro, 2005.

LEITE, Miriam Moreira. Outra face do feminismo. São Paulo : Ed. Ática, 1984.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 11(1) : 234-241, jan-jun/2003.

MALUF, Marina. Ruídos da memória. São Paulo: Sicaliano, 1995.

MANINI, Daniela. Crítica Feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. In Cadernos AEL. Campinas. Nº ¾, 1995-1996.

MIGUEL, Sônia Malheiros. Um olhar para dentro: o movimento feminista no Rio de Janeiro. 1988. Dissertação (Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. A experiência feminista nos anos setenta. UNESP : Araraquara, 1990.

MONTENEGRO, Antônio Torres. História Oral e Memória: Cultura Popular Revisitada. São Paulo: Contexto, 1994.

NECKEL, Roselane. Pública vida íntima: a sexualidade nas revistas femininas e masculinas (1969-1979). 2004. Tese (Doutorado em História), PUC - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2004.

NEVES, Margarida de Souza. História, memória e memorialística. In: Esboços. Florianópolis: UFSC/Gráfica Universitária, n.1, 2004.

ORIA, Piera Paola. Mães e avós da praça de maio : símbolos de dignidade humana. P.179-189. In: Revista de Ciências Sociais. Vol 1, n.1. Porto Alegre: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFGRS, 1986.

PAIVA, Antonio Cristian Saraiva. Sujeito e laço social. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

PEDRO, Joana Maria. Relações de Gênero na pesquisa histórica. Revista Catarinense de História, Florianópolis. n° 2, 1994.

\_\_\_\_\_. As leituras francesas do feminismo francês e as identificações com o feminismo no Brasil. Inédito.

\_\_\_\_\_. O gênero de uma geração: identificação com o feminismo no período da Ditadura militar. In: MOTTA, Alda Britto; AZEVEDO, Eulália Lima; GOMES, Márcia (Orgs). Reparando a falta: dinâmica de gênero em perspectiva geracional. Salvador: UFBA, 2005.

\_\_\_\_\_. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). Inédito.

PINTO, Céli R. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

SALVATICI, Silvia. Memórias de gênero: reflexões sobre a história oral de mulheres. História Oral. Volume 8, n. 1, janeiro-junho de 2005.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. In MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp 2001.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as Ciências Sociais. In MORAES, Maria Lygia Quartim de(Org). Cadernos Pagu.(2001) Desdobramentos do feminismo. Unicamp 2001.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org) Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade. Porto Alegre, 16 (2): 5-22, Jul/dez. 1990.

\_\_\_\_\_. “Experiência”. SILVA, Alcione L. da; LAGO, Mara C.; RAMOS, Tânia R. (Orgs). Falas de gênero. Florianópolis: Mulheres, 1999, p. 21-55.

TELES, Maria Amélia de Almeida. Breve história do feminismo no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1993.

VIEIRA, Jaci Guilherme. História do PCB em Santa Catarina- da sua gênese até a operação Barriga Verde- 1922 a 1975. 1994. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1994.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)